



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – CAMPUS DE  
ARAGUAÍNA  
FACULDADE DE HISTÓRIA – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ESTUDOS DE CULTURA E TERRITÓRIO

WIRIS ORIMAR FERREIRA

**RELIGIÃO, POLÍTICA E CONSERVADORISMO: o caso da  
Assembleia de Deus Seta em Araguaína, Tocantins**

ARAGUAÍNA

2022

WIRIS ORIMAR FERREIRA

**RELIGIÃO, POLÍTICA E CONSERVADORISMO: o caso da  
Assembleia de Deus Seta em Araguaína, Tocantins**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Cultura e Território.  
Orientadora: Profa. Dra. Olivia Macedo Miranda de Medeiros.

ARAGUAÍNA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

F383r Ferreira, Wiris Orimar.

Religião, Política e Conservadorismo: O Caso da Assembleia de Deus - SETA - Em Araguaína - TO. / Wiris Orimar Ferreira. – Araguaína, TO, 2022.  
122 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Estudo de Cultura e Território, 2022.

Orientador: Olívia Macedo Miranda de Medeiros

1. Assembleia de Deus. 2. Cultura Política. 3. Conservadorismo. 4. Pauta de Costumes. I. Título

**CDD 306**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

WIRIS ORIMAR FERREIRA

**RELIGIÃO, POLÍTICA E CONSERVADORISMO: o caso da  
Assembleia de Deus Seta em Araguaína, Tocantins**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Cultura e Território.

Data de aprovação: Araguaína (TO), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

**BANCA EXAMINADORA**

*Olívia M. M. de Medeiros*

---

Profa. Dra. Olívia Macedo Miranda de Medeiros (UFNT)

Orientadora

*Olívia M. M. de Medeiros*

---

Prof. Dr. Vasni de Almeida (UFT)

Examinador Externo

*Olívia M. M. de Medeiros*

---

Prof. Dr. Plábio Marcos Martins Desidério (UFNT)

Examinador Interno

*Olívia M. M. de Medeiros*

---

Profa. Dra. Rejane Cleide Almeida de Medeiros (UFNT)

Examinadora Interna

*Olivier M. M. de Medeiros*

---

**Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos (UFMA)**

**Examinador Externo**

Dedico este trabalho a minha filha Aylla Ferreira.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a minha orientadora, Profa. Dra. Olívia Macedo Miranda de Medeiros, pelo tempo e pela paciência dispensados a mim ao longo desses dois anos e meio. Mesmo não tendo iniciado a caminhada com ela, uma vez que houve uma troca de orientação no meio do caminho, juntos estamos terminando este trabalho que irá contribuir à compreensão da territorialização da Assembleia de Deus (AD) em Araguaína. Quero, também, agradecer ao Prof. Dr. Euclides Antunes de Antunes, meu orientador inicial, pelas primeiras orientações no início do trabalho.

Agradeço aos professores do PPGCULT pelas aulas ministradas nas disciplinas que cursei no programa, aos membros da banca que contribuíram para o melhoramento do trabalho aqui apresentado e à secretaria do curso que sempre respondeu às minhas dúvidas.

Este trabalho não teria como ser concluído se não fosse a colaboração de meus interlocutores, os quais contribuíram para o andamento desta pesquisa. Agradeço ao pastor Paulo Martins Neto, que sempre me atendeu quando precisei da sua colaboração para a pesquisa, não só como interlocutor, mas também como pastor presidente da AD Serviço de Evangelização dos Rios Tocantins e Araguaia (Seta) de Araguaína. Esse líder da Igreja, atendendo à exigência do comitê de ética, autorizou-me a realizar a pesquisa na instituição da qual é o presidente. Agradeço ao meu pai Joaquim Alves Ferreira por fazer vários contatos com os interlocutores da pesquisa; sem essa ajuda, seria difícil o acesso às várias pessoas que entrevistei. Agradeço ao pastor Alcino José Mariano que, assim como meu pai, facilitou o contato com alguns interlocutores.

Para terminar, gostaria de fazer um agradecimento todo especial a minha filha Aylla Ferreira, que, mesmo tendo apenas 2 anos de idade, tem me trazido muita alegria.

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar a cultura política de viés conservador presente nas relações políticas e religiosas da Assembleia de Deus (AD), Serviço de Evangelização dos Rios Tocantins e Araguaia (Seta), em Araguaína-TO. Para tanto, utilizamos como fontes os relatos orais dos pastores e dirigentes da referida Igreja, os quais foram produzidos por meio de questionários semiestruturados sob a abordagem de História Oral de Alessandro Portelli (2010). Tratando-se de uma abordagem interdisciplinar (POMBO, 2020), buscamos articular duas dimensões teórico-analíticas: a discussão sobre território, a partir da perspectiva de Rogério Haesbaert sobre multiterritorialidade e território simbólico; e a abordagem do poder construído a partir de uma economia simbólica que articula o campo religioso e o político, sob a perspectiva de Pierre Bourdieu (1982; 2006; 2008). Dessa investigação, resultou a conclusão de que as pautas de costumes — as quais vêm se tornando importante moeda na economia simbólica dos campos religioso e político — foram mobilizadas pela AD Seta, especialmente a partir dos anos 2000, como instrumento de poder eleitoral. Esse instrumento, tanto na produção/reprodução da crença de seus leigos como no fortalecimento de seu poder dentro da política local, culmina com a ascensão de líderes que se valem da pauta religiosa para atingir posições dentro do legislativo e do executivo.

**Palavras-chave:** Assembleia de Deus. Cultura política. Conservadorismo. Pauta de costumes.



## ABSTRACT

The present dissertation aims to analyze the political culture of conservative bias present in the political and religious relations of the Assembly of God, Seta, in Araguaína-TO. In order to do so, we used as sources the oral reports of the pastors and leaders of the aforementioned Church, which were produced through semi-structured questionnaires, based on the approach of Oral History by Alessandro Portelli (2010). Since this is an interdisciplinary approach (POMBO, 2020), we seek to articulate two theoretical-analytical dimensions: the discussion about territory from Rogério Haesbaert's perspective of multi-territoriality and symbolic territory; and Pierre Bourdieu's (1982; 2006; 2008) approach to power constructed from a symbolic economy that articulates the religious and political fields. From this investigation, we concluded that the customs guidelines, which, have been becoming an important currency in the symbolic economy of the religious and political fields, were mobilized by AG Seta, especially since the 2000s onwards, as an instrument of electoral power both within the scope of production and reproduction of the beliefs of their lay people, as well as the strengthening of their power within local politics, which culminates in the rise of leaders who use the religious agenda to reach positions within the legislature and executive.

**Keywords:** Assembly of God, Political culture; Conservatism; customs agenda

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1. Locus da pesquisa Araguaína - Tocantins .....</b>	<b>13</b>
<b>Figura 2. Mapa Distrito 2 “Terra de Abraão” .....</b>	<b>82</b>
<b>Figura 3. Mapa Do Distrito 3: “Terra de Isaque .....</b>	<b>82</b>
<b>Figura 4. Mapa Distrito 4: “Casa de Israel” .....</b>	<b>83</b>
<b>Figura 5. Mapa Distrito 5: “Casa de Davi” .....</b>	<b>84</b>

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>AD</b>	Assembléia de Deus
<b>Conamad</b>	Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil
<b>CGADB</b>	Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil
<b>Seta</b>	Serviço de Evangelização dos Rios Tocantins e Araguaia
<b>Cadetins</b>	Convenção das Assembleias de Deus no Tocantins
<b>CIADSeta</b>	Convenção Interestadual das Assembleias de Deus do Serviço de Evangelização das Terras Tocantins e Araguaia
<b>PME</b>	Programa Municipal de Educação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 A ASCENSÃO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS: TERRITORIALIZAÇÃO DA FÉ.....</b>	<b>29</b>
2.1 Ascensão dos Pentecostais na América Latina.....	29
2.2 Ascensão da Assembleia de Deus no Brasil: Constituição e Estrutura Administrativa .....	34
2.3 A Territorialização dos Pentecostais nos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins .....	50
<b>3 TERRITORIALIZAÇÃO E CONSERVADORISMO NA CULTURA POLÍTICA DA AD EM ARAGUAÍNA.....</b>	<b>54</b>
3.1 Territorialização da AD em Araguaína: Primeiros Passos e Disputas .....	55
3.2 Primeira Cisão da AD nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins: o caso do Ministério Madureira .....	59
3.3 Articulações entre Conservadorismo e Conservadorismo Religioso: Alguns Apontamentos .....	63
3.4 Conservadorismo e Conservadorismo Religioso em Araguaína-To.....	66
3.5 Pautas de costumes e controle simbólico: Faces do Conservadorismo na AD .....	68
3.6 Territorialização Simbólica e Controle Comportamental dos Leigos na AD Seta de Araguaína.....	72
3.7 Comportamento e Pauta Política Religiosa na AD Seta de Araguaína.....	77
<b>4 A CONSTRUÇÃO DO PODER POLÍTICO DA AD Seta DE ARAGUAÍNA: DESAFIOS E PAUTAS.....</b>	<b>82</b>
4.1 A Cidadania Política dos Leigos da Assembléia de Deus em Araguaína: de “crentes” a crentes eleitores.....	86
4.2 A segunda cisão da AD Araguaína e as novas dinâmicas de inserção na política partidária.....	94
4.3 Pautas de costumes e Política partidária na AD Seta de Araguaína .....	99
4.4 A Igreja na Política e a Política na Igreja: Representação Partidária e Discurso do Sagrado na escolha dos Candidatos.....	104
4.5 Leis, legislação e embates políticos: a luta política em torno das pautas da Igreja AD Seta .....	111
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>118</b>

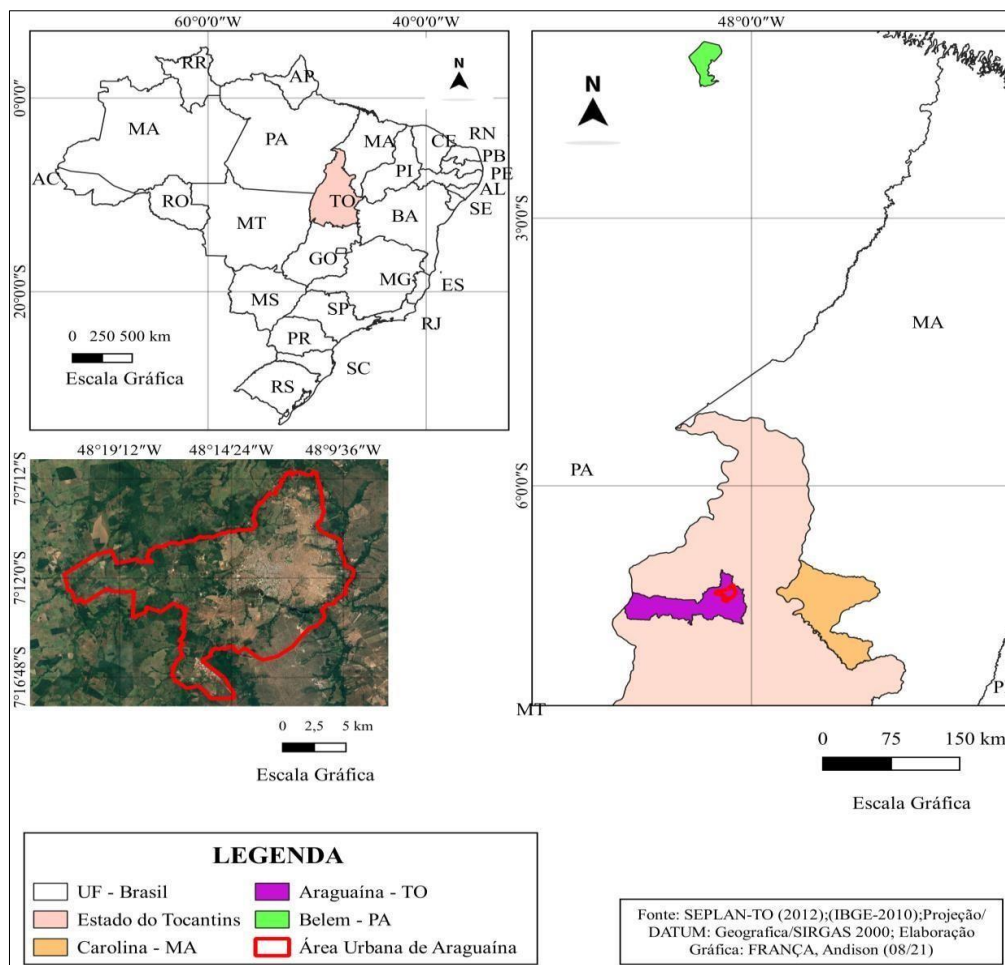
## 1 INTRODUÇÃO

Nesta dissertação, a partir de uma análise do caso específico da Igreja Evangélica Assembleias de Deus (AD), ministério Serviço de Evangelização dos Rios Tocantins e Araguaia (Seta), pretendemos compreender de que maneira se formou, ao longo dos anos, uma cultura política de viés conservador no município de Araguaína. A AD é uma denominação com inúmeros ministérios, possui centenas de pequenas igrejas independentes espalhadas Brasil afora, tem duas convenções nacionais — a Convenção Nacional das Assembleias de Deus no Brasil (Conamade) e a Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB). Neste trabalho, todas as referências serão direcionadas à CGADB e ao ministério Seta.

A Igreja Evangélica AD é uma entidade centenária que, por várias décadas, pouco se envolveu com a política institucional partidária (SANTOS; ALMEIDA, 2014), mesmo que, atualmente, já existam vários trabalhos de historiadores e sociólogos mostrando o contrário. Entretanto, o processo de redemocratização vivenciado pelo Brasil, na década de 1980, marcou também uma mudança de postura por parte do corpo de especialistas da AD no que tange à participação dos assembleianos na política eleitoral (SANTOS; ALMEIDA, 2014). Nesse sentido, visando a compreender essa transformação, partimos do estudo de caso da referida denominação em Araguaína-TO a pesquisa analisa por que uma instituição que se posicionava fora da política partidária resolve participar de forma tão incisiva dessas disputas.

Para tanto, torna-se necessário compreender o discurso político-religioso empreendido pelas lideranças assembleianas, que visavam a justificar a mudança sob o argumento da existência de uma “crise moral aguda” que estaria assolando o Brasil e o mundo. Essa crise (moral e aguda) é a razão de ser do pentecostalismo, uma doutrina que enxerga o mundo por essa ótica. Segundo o discurso que buscava combater essa “desordem”, era fundamental que a Igreja adentrasse a arena política; assim, a AD passou a adotar uma pauta política que defendia um conjunto de valores com base na dita moral cristã. É por meio dessa agenda política, fundada nos costumes, que os leigos — e, principalmente, o corpo de especialistas da referida igreja — dão significado ao território simbólico-religioso de Araguaína, o que faz dessa pauta uma territorialidade.

**Figura 1. Locus da pesquisa Araguaína - Tocantins**



Fonte: Arquivo do autor.

Como pode ser observado no mapa, Araguaína está localizada no norte do estado do Tocantins. A territorialização desse espaço, até meados do século XX, deu-se em grande medida por nordestinos, especialmente, por maranhenses e piauienses. Tanto o Piauí como o Maranhão são estados pertencentes à região Nordeste, e fazem divisa com o Tocantins. Esses sujeitos, ao chegarem à região, por volta da década de 1920, encontraram-na ocupada por diversos grupos indígenas. Esses foram, de fato, os primeiros moradores da região, inicialmente se estabelecendo na região do antigo norte goiano, além de grupos remanescentes de negros escravizados organizados em quilombos.

Apesar de haver, nessa “segunda leva” de novos territorializados, um grande número de maranhenses e piauienses, havia também uma parte vinda do Ceará, que era composta por romeiros católicos devotos de Padre Cícero. Na região, esses encontraram algumas outras religiões e ordens religiosas, dentre elas: a Igreja Católica, representada pela Ordem dos Orionitas; as igrejas evangélicas, como a Igreja Batista e a Igreja Presbiteriana; as religiões de matriz africana, e alguns centros espíritas.

No entanto, é importante ressaltar que a ocupação desse território pelas referidas

denominações religiosas não se deu sem conflitos. Segundo a historiadora Miriam Mendes Costa (2017)<sup>1</sup> — no seu trabalho *As relações de poder no processo de territorialização dos religiosos da congregação Pequena Obra da Divina Providência no norte goiano (1950-1970)* — com a chegada dos padres orionitas, começaram alguns embates entre estes e os demais religiosos que já estavam estabelecidos na região de Araguaína. Mas, “[...] o principal grupo combatido durante o período de 1950 a 1970 foram os protestantes (2017, p. 59). Para a historiadora

A principal preocupação dos religiosos orionitas ao se instalarem na região do antigo norte goiano, estava relacionada à contraposição daqueles que pertenciam a outras representações religiosas, como os evangélicos, os espíritas, os umbandistas, pois viam nesses grupos um contraponto ao trabalho que tinham para realizar, por isso não percebemos uma tentativa de diálogo nessa chegada com representantes religiosos de outras vertentes, pelo contrário, o que percebemos foram os embates entre esses grupos na região. (2017, p. 59).

Para Costa, a principal preocupação dos Orionitas era com os protestantes. Essa rivalidade se deu muito em função de católicos e evangélicos ou (protestantes) comporem o mesmo campo religioso, ou seja, o cristianismo. Nesse sentido, esses dois grupos professam a mesma fé, ficando as discordâncias que possam existir circunscritas às questões doutrinárias e interpretativas. Por partilharem praticamente os mesmos valores cristãos, a principal preocupação dos religiosos da ordem de Dom Orione era com a busca por hegemonia religiosa na região.

Antes de prosseguirmos, é necessário fazer algumas observações em relação a algumas terminologias que, normalmente, são usadas para definir e representar os protestantes no Brasil: evangélico, protestante, crente e pentecostal. Na América Latina, inclusive no Brasil, esses termos ao mesmo tempo em que procuram diferenciar podem confundir pela profusão de significados que lhes são atribuídos. No entanto, para Vasni de Almeida (2014), esses termos “[...] são eivados de significados históricos e marcam identidades.” (2014, p. 121). Para o autor, em diálogo com o historiador Martin Dreher (2014), a terminologia “protestante” foi cunhada no século XVI e serviu para “[...] designar seguidores dos princípios da Reforma de Marinho Lutero.” (2014, p. 121). Já o termo “evangélico”, nos Estados Unidos, “[...] passou a designar indivíduos convertidos ao evangelismo protestante e não às denominações”. (DREHER, 2014 *apud* ALMEIDA, 2014, p. 121). Já o termo “crente” começou a fazer parte do campo protestante brasileiro com a chegada dos pentecostais ao Brasil.

---

<sup>1</sup> Miriam Mendes Costa é graduada em História. Com mestrado interdisciplinar em cultura e território pela UFT. Professora da FACD em Araguaína.

Nesse lado do atlântico, esses termos foram mobilizados com a finalidade de diferenciar os protestantes dos católicos. Segundo Almeida, “[...] no mundo religioso, os nomes não apenas fazem referência a um grupo – eles representam visões de mundo.” (2014, p. 121). Os pentecostais buscavam diferenciar o termo “crente” tanto dos católicos como dos protestantes. Segundo o mesmo autor, atualmente, esses termos estão em desuso, mas, para facilitar a comunicação, este trabalho irá fazer uso de “pentecostal”, uma vez que a AD é uma igreja que se declara como tal.

Dito isso, a disputa por posição dentro de um mesmo campo, no caso, o religioso, visa ao fortalecimento de um grupo em detrimento do concorrente, haja vista a relação de concorrências existentes nesse campo (BOURDIEU, 1982). Nesse período, já havia um mercado de bens de salvação estabelecido nas proximidades de Araguaína. Os missionários católicos que estavam chegando, por fazerem parte de uma religião hegemônica, não aceitaram tranquilamente a eventual necessidade de disputar esse mercado com os não católicos. Essa percepção, por parte dos orionitas, foi responsável por vários atritos de ordem religiosa. As narrativas “dos mais velhos” sobre esses conflitos compõem parte da memória local.

Os motivos que levam a essas disputas são variados. Entre os principais fatores, está a negativa do grupo dominante em estabelecer qualquer tipo de entendimento com o grupo não hegemônico. As disputas religiosas materiais ou simbólicas foram uma constante durante o processo de territorialização do norte tocantinense. É nesse contexto de lutas que chega à região, já no final da década de 1940, a Igreja Evangélica AD. Essa instituição religiosa, que foi inserida no Brasil a partir de Belém do Pará, em 1911, somente três décadas depois chega a Araguaína-TO.

A sua inserção, no Brasil, foi obra de dois missionários suecos: Gunnar Vingren e Daniel Berg. A AD, até a década de 1940, seguiu o modelo de Igreja proposto por esses dois fundadores, os quais visavam a implantar, em terras brasileiras, o modelo de igrejas independente ou congregacional. No entanto, a partir da década de 1940, essa instituição começa a se estruturar em ministérios. Por esse motivo, é difícil precisar uma data exata para o início dos trabalhos assembleianos na região. Antes de 1948, já existiam igrejas independentes nas várias cidades que ficavam às margens dos rios Araguaia e Tocantins. No entanto, consideramos pertinente ter como referência o ano de 1948, pois é esse o momento em que a Igreja de Belém envia para Carolina-MA, divisa com estado de Tocantins, o pastor Armando Chaves Cohen. Esse tinha por missão fundar uma Igreja na referida cidade e, a partir desse ponto, organizar um serviço de evangelização que pudesse atender aos interesses de crescimento da AD que estava em curso nos vales dos rios Araguaia e Tocantins. Por esse



motivo, foi criado o Ministério<sup>2</sup> Seta, que ficaria responsável por atender o território objeto desta dissertação. Para Bertone de Oliveira Sousa (2011), “O Seta foi oficialmente estabelecido em 1952, por decisão da Convenção Estadual do Pará (Belém), realizada naquele ano.” (2011, p. 66).

Foi nesse contexto de territorialização da cultura pentecostal que a citada Igreja chega ao povoado Lontra — hoje, Araguaína — dando prosseguimento ao processo de expansão da crença pentecostal. Após um longo período de consolidação dessa cultura, em 2000, a AD na referida cidade passa por uma divisão. Assim, com a virada do milênio, veio também aos assembleianos a cisão do ministério Seta na cidade, que foi dividido em dois. Assim, surge a Convenção das Ads no Tocantins (Cadetins). Esse foi apenas mais um caso de desmembramento de um ministério na AD. As cisões têm tido papel relevante no processo de territorialização da citada Igreja. Essas divisões têm contribuído para as territorializações tanto físicas como simbólicas dos assembleianos por todo o Brasil. No território onde havia uma determinada quantidade de Igrejas ligadas à marca AD, passa a existir novos templos além daqueles já existentes. Nesse sentido, há também novas territorialidades, como uma nova cultura política, pelo fato de novos valores serem agregados aos já existentes. Diante desse processo há também uma mudança na paisagem com a presença de novos templos religiosos.

Os processos de estruturação dessa divisão serão objeto de análise no capítulo I dessa dissertação. Enquanto uma provável hipótese, queremos compreender se as disputas internas por poder, nos ministérios e entre esses, foram determinantes para a ruptura. A AD possui uma convenção nacional, a CGADB, com a qual os ministérios possuem laços doutrinários e fraternais. Mas, até que ponto esses laços são apenas fraternos, uma vez que os ministérios atuam em rede? Qual é o grau de liberdade dos ministérios em relação à CGADB? Possivelmente, nessa relação — que não é tão fraterna como se apregoa — esteja estruturada a forte atuação de um poder invisível e arbitrário. (BOURDIEU 2006). Os ministérios, enquanto representação desse poder, atuam dentro de certos limites que são impostos por tal estrutura. Dito isso, segundo Correa (2015),<sup>3</sup> “[...] historicamente na década de 40 as igrejas Assembleia

---

<sup>2</sup> O termo ministério no campo religioso possui vários significados. As inúmeras denominações que compõem esse campo atribuem sentidos variados ao conceito. Sendo assim, ministério pode significar, por exemplo, um tipo de serviço diaconal. Segundo Sueli Marques Ferraz no caso da Congregação cristã no Brasil ministério “significa um tipo de serviço diaconal, ordem do culto, filantropia, musicalidade”. (Ferraz, p. 22, 2013). Nesse sentido, a definição pode ser associada também aos cargos que os leigos ocupam na estrutura da igreja. A função que o pastor exerce é compreendida como um ministério. Mas nesse trabalho o conceito vai ser empregado seguindo um dos sentidos que é atribuído a ele na AD: a atuação da referida igreja dentro de uma determinada área geográfica se dá por meio dos ministérios através de uma confederação de igrejas, pois o corpo de especialistas da AD dividiu o espaço nacional em vários territórios visando evitar as cisões como veremos adiante. Portanto, ministério, nesse caso, está relacionado com a apropriação dos territórios físico e simbólico.

<sup>3</sup> Pós-doutoranda em Ciências da Religião pela Universidade Federal do Sergipe – UFS – PNPd/CAPES/CNPq.

de Deus criaram um sistema único denominado ‘Ministério’, em seu meio, para evitar a invasão de campo.” (2015, p. 223). A influência de um *ethos* nordestino recebido pela AD pode ter colaborado com essa formação em rede.

Outra hipótese para a cisão ocorrida em 2000 diz respeito às relações de concorrência entre os especialistas do campo religioso. Dentro desse campo, existe um mercado em pleno funcionamento que rege as relações de interesses que vêm ditando os rumos que a igreja tem tomando há décadas. (BOURDIEU, 1982). Nesse sentido, é importante compreender se as mudanças provocadas por essas relações de concorrência influenciaram na cisão da igreja ocorrida nos anos 2000, buscando perceber também se essa alteração é fruto de uma maior participação da AD na política local e o quanto suas reivindicações no campo da cultura seriam também uma forma de disputar territorialmente as demandas públicas da cidade.

Nesse sentido, investigar a formação de uma territorialidade religiosa de cunho conservador em Araguaína, que de algum modo contribuiu para a formação de uma cultura política de mesmo sentido, passa necessariamente pela compreensão do papel que os assembleianos desempenharam nesse processo. Por isso, o objetivo dessa dissertação consiste em compreender em que medida foi sendo construída ao longo dos anos uma cultura política de viés conservador em Araguaína e se esse processo foi determinante para a entrada da AD, por meio dos leigos e do corpo de especialistas, nas disputas político-eleitorais.

Além do mais para que a decisão de disputar hegemonia no campo político ganhasse respaldo a igreja precisou elaborar um discurso que justificasse a necessidade clara e premente de ela estar participando das esferas de poder, pois segundo a mesma, era urgente que se fizesse a defesa de uma agenda política baseada nos costumes. Uma vez que, segundo o seu corpo de especialistas os valores cristãos estavam sob a iminência de uma grave ameaça. Nesse sentido, esse trabalho ao buscar interpretar as motivações que levaram os assembleianos a ingressarem na arena política o faz levando em consideração duas hipóteses.

Uma primeira hipótese diz respeito aos elementos simbólicos pertencentes ao campo religioso que são apropriados pelo campo político. O corpo de especialistas da AD se apropria dos elementos de caráter religioso com a finalidade de adentrar ao campo político, ao mesmo tempo, eles se apropriam também de elementos do campo econômico, pois há também um mercado religioso a conquistar. Nesse sentido, esse trabalho visa investigar como esses elementos são mobilizados por esses sujeitos sociais para as disputas político eleitorais.

Outro problema a ser discutido nesse trabalho, para a compreensão do tema abordado,

diz respeito à defesa de uma agenda política baseada nos costumes ou na moral. Assim, pretendemos investigar como a AD tem se utilizado dessa agenda para se inserir no campo político e como tem transformado essa agenda em uma pauta de poder para os evangélicos.

Em razão de o campo religioso exercer influência nas relações políticas e sociais no município de Araguaína, quando decidimos investigar como uma cultura política de viés conservador se configura nesse território, escolhemos como sujeitos sociais os evangélicos da AD, ministério Seta, especialmente os pastores ou pessoas que influenciaram ou influenciam, segundo algum grau de ascendência social e religiosa, as decisões políticas e doutrinárias da referida denominação. A escolha pela referida Igreja e Ministério se deu muito em função de ela ter vivenciado no ano 2000 uma divisão que teve forte influência na construção de uma cultura política particular. Estas divisões têm sido frequentes na história da AD, afinal ela própria nasce de uma cisão com a igreja batista de Belém do Pará.

Além disso, entre as denominações pentecostais presentes no citado município, ela foi aquela que mais se expandiu pela localidade, contando atualmente com 83 congregações uma vez que a Igreja Sede passou a ser congregação. Por ter construído um território em rede através das inúmeras congregações espalhadas por quase toda a cidade, é possível investigar com mais assertividade a homologia que há entre os campos político e religioso, objeto de estudo desse trabalho. Além de ela possuir elementos simbólicos, como as representações mentais vinculadas aos ritos e rituais conhecidos como o dom de profecia, a glossolalia, que é o ritual de falar em línguas, e uma ampliação da relevância da figura do pastor. Relevância essa que pode estar sendo relativizada por parte dos leigos nas relações de transação com os especialistas. (BOURDIEU, 1982, p. 50).

Considerando a apresentação desses aspectos seminais da pesquisa, passamos a discutir alguns conceitos e noções que serão importantes para o desenvolvimento dessa investigação, buscando identificar as abordagens teóricas e metodológicas adotadas no trabalho. Iniciamos como a ideia de cultura política e suas relações com a construção de território e territorialidades simbólicas e/ou materiais. A Cultura Política precisa de lugares e ambientes onde possa se propagar. Ela, para exercer influência sobre o comportamento político de um grupo social, também precisa de certo período de tempo para se consolidar e internalizar-se. Dessa forma, tempo e ambiente são elementos imprescindíveis para a consolidação de uma cultura política; em relação ao ambiente, é sobre o território físico e simbólico que ela encontra o espaço adequado para se territorializar. Além disso, os territórios se formam a partir das relações sociais, políticas e econômicas que são estabelecidas no tocante às disputas pelo poder, que em larga medida constituem as bases da Cultura Política.

(HAESBAERT, 2009).

Os territórios são representações construídas por meio de discursos e práticas que evocam os desejos e subjetividades que um determinado grupo cultiva mediante suas especificidades com os seus pares ou mesmo com a externalidade. É por meio da discussão sobre a construção do território simbólico que objetivamos entender em que medida a formação de uma cultura religiosa de viés conservador influencia e/ou influenciou a formação de uma cultura política de viés reacionário, que tem se tornado hegemônico culturalmente e dominante na formação das territorializações simbólicas na AD de Araguaína-TO.

A territorialização referente ao sistema simbólico está relacionada com o discurso pentecostal, ou seja, os chamados dons espirituais. Os quais compreendem a linguagem, a língua, a religião, as representações e as práticas de um grupo religioso. Sendo essa a principal característica que diferencia as denominações pentecostais das outras vertentes evangélicas dentro do campo religioso cristão. Nesse sentido, o discurso pentecostal referente ao dom de revelação seria um sinal de poder que determinados fieis receberiam. Segundo a cultura pentecostal alguns sujeitos seriam emissários de Deus na Terra, o que contribui para o crescente poder de pastores em definir os caminhos políticos das denominações religiosas pentecostais.

A forma como esses religiosos foram territorializando suas crenças e por meio dela dando significado ao território de Araguaína se deu através desse discurso pentecostal que foi sendo moldado no transcorrer do tempo. A territorialização da AD pelo vale dos rios Araguaia e Tocantins e conseqüentemente pela cidade de Araguaína ocorreu principalmente por meio de ações prosélicas. Diferentemente de outras denominações evangélicas e católicas que chegaram à cidade e se valeram de ações nas áreas da saúde e educação para territorializar a sua fé, a AD recorreu principalmente ao proselitismo para alcançar o mesmo objetivo.

Além de ser uma denominação pentecostal e proselitista, a AD possui uma estrutura organizacional e hierárquica diferente das demais. Ela se divide em ministérios. É através deles que a referida igreja vem se territorializando pelo Brasil. Ao mesmo tempo em que esse modelo vem contribuindo para a expansão da igreja pelas várias regiões do país, ele tem provocado também inúmeras cisões. Nesse sentido, os ministérios têm se constituído em verdadeiros territórios, por aquilo que os caracterizou ao longo dos anos, a disputa interna por poder.

Com o passar das décadas os ministérios e seus pastores presidentes foram se fortalecendo e ganhando relevância na estrutura organizacional e hierárquica assembleiana. Os ministérios são responsáveis por congregar certo número de pastores e abrir novos campos.

Por serem instâncias de tomada de decisões eles trabalham com as subjetividades e os desejos dos seus filiados e isso faz com que interesses sejam contrariados. Nesse sentido, os ministérios se mostram como verdadeiros espaços de poder no qual as práticas de dominação se articulam firmemente para a construção do território simbólico. Para Haesbaert (2009):

Os espaços simbólicos não corresponderiam a exemplificações tão nítidas, pois eles parecem manifestar seus múltiplos “valores simbólicos” em permanente associação com outros papéis de natureza mais concreta. Alguns exemplos, entretanto, parecem traduzir de modo claro esta qualificação simbólica do território, como que materializando determinadas concepções e imagens. Assim, tanto os grandes monumentos ou prédios preservados por seu valor histórico quanto as reservas naturais, representantes de alegado “patrimônio”, assumem sobretudo um valor simbólico como signos que traduzem uma memória coletiva, nacional, regional ou urbana, perpassando então as mais diferentes escalas sócio espaciais – desde o espaço cotidiano de relações até o território internacional. (2009, p. 85).

O território simbólico é uma construção subjetiva realizada por um grupo que se apropria do espaço por meio de um determinado discurso e que produz resultados concretos nas agendas políticas dos grupos. O discurso é elaborado com a finalidade de exercer dominação sobre as percepções de mundo dos agentes e dos aspectos materiais de uma região. A ideia de território, nesse caso, se refere às representações mentais e às práticas que são produzidas com vistas a criar novas territorialidades. Ou seja, no caso da construção dos novos territórios assembleianos, são as representações e práticas que dão sentido ao universo simbólico partilhado por esse grupo religioso dentro do território.

O território simbólico demarca os seus limites a partir de interações imateriais por meio das quais o simbólico passa a determinar as relações sociais e no caso dessa dissertação, estabelece relações seminais com o campo religioso. Em relação a esse trabalho o simbólico se revela através de um discurso pautado por uma dada moral que busca estabelecer um modelo conservador de sociedade estabelecendo, assim, uma cultura política de mesmo sentido. Desse modo, o simbólico vai instituindo uma realidade. Pois ele é instituidor de realidades e ao mesmo tempo é instituído por ela. (BOURDIEU, 2006).

Tomando o campo do simbólico como constituidor e constituinte das representações, trabalhamos nessa investigação com a compreensão dada por Pierre Bourdieu (2006) ao termo representação, o qual não separa de forma rígida representações e realidades, visto que “a realidade, sendo em primeiro lugar representação, depende tão profundamente do conhecimento e reconhecimento”, ou seja, o acesso que temos à realidade, especialmente aquelas que têm suas compreensões mediadas pela análise conceitual, são interdependentes da construção e legitimação de categorias e ideias de pensamento do mundo social. (BOURDIEU,

2004, p. 107-108).

Assim, o território simbólico pentecostal é uma construção social que passa a existir em função de lutas discursivas, as quais buscam no desejo de territorialização de um grupo os instrumentos capazes de tornar hegemônica determinadas representações do mundo social. Nesse sentido, o território simbólico é o espaço por excelência para as lutas simbólicas, lutas essas que visam conservar ou transformar as divisões de poder existentes no interior de uma dada sociedade. (BOURDIEU, 2004)

A formação de um território simbólico é trabalho de um corpo de especialistas, no caso do campo religioso pentecostal exercido principalmente por pastores, que buscam exercer o monopólio sobre os comportamentos e os desejos de um segmento social. Essa luta pelo domínio das representações muitas das vezes se serve de manipulação. A tentativa de manipular os processos discursivos constituintes do território é fruto do trabalho desses profissionais que visam a sua apropriação. (BOURDIEU, 2004). O território é um espaço múltiplo, no qual, vários valores se fazem representar, entre eles, aqueles que levarão à formação de uma cultura política.

A cultura de um grupo sofre influência e ao mesmo tempo é influenciada pelas práticas e valores que acompanham determinada formação territorial. A cultura é uma construção humana que passa por mudanças no tempo e no espaço. Essas alterações na interpretação sobre o que representa cultura são motivadas por interesses de grupos que veem na manipulação desse conceito uma maneira de exercer dominação simbólica. Ou seja, a cultura pode ser traduzida como o próprio simbólico. Segundo Rodrigo Patto Sá Mota (2014) cultura política é:

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (2014, p.21).

A cultura política diz respeito aos comportamentos políticos que é partilhado por um determinado grupo humano. No caso dessa dissertação, partilhado pelos pentecostais da AD de Araguaína. Os sentidos que são atribuídos às práticas políticas desse grupo é consequência do universo simbólico que articula a crença dessa coletividade. Essa crença é baseada nos valores pentecostais, que compõe esse universo, e articula a formação de um território de igual sentido. Para Motta (2014, p. 22), cultura política é um “[...] fenômeno estruturado e reproduzido ao longo do tempo [...]”, ou seja, a cultura política partilhada por um grupo é uma

construção social executada por agentes sociais que leva décadas para ser estruturada. Logo, é resultado das territorializações simbólicas e físicas.

Segundo Serge Berstein (1998, p. 363) “cultura política é apenas um dos elementos da cultura de uma sociedade”. Ela faz parte de um conjunto de valores que envolveria elementos de outras esferas culturais. A cultura religiosa seria um desses integrantes. Assim, essas partes se articulam no sentido de compor coletivamente uma visão comum do mundo, contudo esse partilhar não é feito sem disputas e sem conflitos, ao contrário: é pautado em fortes embates discursivos e práticos para fazer valer uma determinada visão e ao mesmo tempo produzir um dado poder hegemônico. Por outras palavras, a cultura política se origina de um conjunto de símbolos, crenças e costumes que disputados no interior do próprio grupo alimentam a formação de determinadas representações do mundo social, representações essas que exercem forte poder simbólico e que influenciam diretamente nas ações políticas do grupo.

Articulando-se a ideia de cultura política com a dimensão do exercício do poder simbólico, compreendemos que se formam as estruturas principais para a construção do viés conservador na entrada na política partidária da AD de Araguaína. Sobre isso é importante destacar o papel relevante que a noção de cultura tem tido na busca por se compreender os vários comportamentos políticos existentes em um território. As preferências políticas de um grupo em certa medida são pautadas pela identificação dos membros desse grupo com os valores defendidos por essa mesma coletividade. Em decorrência desse processo, as opções políticas muitas vezes são consequência de uma estrutura simbólica que têm na cultura o seu referencial.

Ainda em relação à cultura política vale ressaltar como parte indispensável para a sua compreensão a discussão acerca dos vetores sociais. Estes são territórios responsáveis pela reprodução dos elementos culturais. Motta, (2014, p. 23), elenca alguns desses terrenos que se mostrariam férteis para a reprodução dos aspectos voltados para a cultura política. Segundo o autor já citado, a “família, corporações militares”, dentre outros seriam esses vetores. Porém, o autor traz também as Igrejas como sendo parte integrante desse rol. Nesse caso, a religião seria um território simbólico no qual determinados valores seriam mobilizados no sentido de influenciar na construção de uma cultura política. O campo político é apenas um dos campos pelo qual transita um grupo religioso.

Nesse sentido, no que concerne à discussão sobre a cultura política de um grupo religioso, a saber, a AD Seta de Araguaína, faz-se necessário um diálogo entre os campos político e o religioso. Os campos não são necessariamente forças antagônicas e, em muitos casos, mantêm um processo relacional, por vezes, complexo, dentro dos territórios. Eles

sofrem influência de interesses internos e externos. Não agem isoladamente. O que deve ser analisado é o fato de que cada campo possui sua dinâmica própria, o que não exclui a necessidade de estarem em interação. O que está em jogo nessa relação é a possibilidade de um campo se apropriar de elementos de outro: Pierre Bourdieu denomina esse processo como “homologia”. (BOURDIEU, 2004).

Esse movimento ocorre quando, por exemplo, determinada linguagem que é própria de um campo passa a ser apropriada pelos demais. Termos como “mercado” e “clientela” são próprios do campo econômico, mas foram apropriados pelo religioso como forma de explicar determinadas atividades que ocorrem no seu interior. Além disso, os agentes que atuam em determinado campo, para conseguirem êxito em uma determinada empreitada relacionada, podem precisar, por exemplo, transferir seu capital simbólico ao apropriar-se de ações de outro campo. (BOURDIEU, 2004).

O campo religioso e o político dão uma dimensão dessa relação. O sucesso político aguardado pode estar atrelado à capacidade de transferência de capitais que o agente religioso angariou enquanto desempenhava as suas ações religiosas. O capital simbólico, tão necessário ao agente religioso, deve ser ampliado ao campo político para a obtenção do sucesso. Esse processo relacional pode ser conflituoso, considerando a afirmação de Bourdieu de que um campo é lugar de enfrentamento. Há, no seu interior, forças se degladiando com o objetivo de ocuparem melhores posições. Bourdieu (2018) define “campo” como

[...] espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias. (2018, p. 104).

Para Bourdieu (2018), as relações de força que configuram um campo têm o intuito de transformá-lo ou de preservá-lo em seu status. Campo é um espaço estruturado e delimitado, com leis e regras próprias, onde os sujeitos que o integram têm suas posições determinadas por seus respectivos capitais. Para o autor, que compara essa disputa com um jogo, o que está em disputa no campo social é justamente a luta em prol do acúmulo de capitais. Para esse acúmulo de capitais, os agentes mobilizam estratégias e empenham seu poder simbólico. Exatamente por ser comparado a um campo de forças, por estar em constante disputa, é que o campo social é equiparado a uma competição. Mas, nesse caso, o troféu em jogo vai premiar a posição do agente ou da instituição dentro do campo em que se inserem, determinada pela



quantidade de capital adquirida no decorrer dos anos. Nesse sentido, a ocupação de postos importantes, pelos dominantes de uma estrutura, é reconhecida pelos dominados, o que ocorre por existir o acúmulo de capitais. Se um determinado campo atua de maneira relacional com os outros, o capital acumulado no campo religioso pode embasar a atuação no campo político (BOURDIEU, 2004).

O campo é também equiparado a um ringue pelos sentidos que lhe são atribuídos. A relação entre dominantes e dominados se dá na luta diária que travam pelo domínio material ou simbólico dos territórios nos quais estão inseridos; faz parte da lógica que caracteriza o campo do poder. Algumas formas de poder são mais dificilmente percebidas; são quase invisíveis. Mas é justamente por estar oculto que ele pode ser mais efetivamente exercido. Bourdieu denomina essa espécie de poder como “simbólico”. No entanto, segundo ele,

[...] num estado do campo em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda a parte e em parte alguma – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. (2004, p. 7).

Segundo Bourdieu (2004), o poder simbólico só pode ser exercido se houver cumplicidade por parte daqueles que estão na posição de dominados. Sem cúmplices, ele não existe. Passa a existir a partir do momento em que aqueles que estão sob seu domínio agem de forma a permitir a sua legitimação. A arbitrariedade é uma de suas características. Há um desinteresse por parte daqueles que estão sob sua influência em admitir a sua existência. Ao mesmo tempo, a indiferença gera essa força e faz possível o seu exercício. Para ser legitimado, é necessária a complacência daqueles que estão sujeitos a esse poder simbólico. Sem afiliados, não há como o poder ser exercido.

Ele depende, portanto, da autoridade simbólica que exerce naqueles que estão sob sua influência. Não possui uma estrutura de poder visível, tampouco uma força homogênea. É, antes, um poder velado, atrás de uma cortina. Faz-se presente em todos os lugares e, ao mesmo tempo, em lugar algum. A sua atuação é discreta na luta simbólica que trava para obter seu monopólio. Os pugilistas que vão à luta em busca do domínio simbólico usam algumas armas para ter êxito. O discurso seria um desses golpes simbólicos que são mobilizados pelos lutadores na busca por sua hegemonia (BOURDIEU, 2004).

Para Bourdieu, o poder simbólico deve ser buscado onde ele é imperceptível aos olhos

e à mente. Nesse sentido, esse poder se mostra nos discursos que são produzidos por uma classe ou grupo que, aparentemente, não têm uma finalidade definida. Aí, é possível percebê-lo. O poder simbólico age no sentido de manter ou provocar mudanças em meio a um território; as alterações sociais resultantes criam novas territorialidades.

O simbólico, em muitos casos, é resultado de uma produção discursiva. Por isso, o discurso é também constituído de poder simbólico que tem base no seu conhecimento e reconhecimento por parte de um grupo ou uma entidade. O discurso institui realidades a partir de uma dada concepção de cultura; mas, para tanto, precisa ser reconhecido pelo grupo ao qual foi direcionado. O processo de conhecimento e reconhecimento é inerente ao exercício de legitimação discursiva e requer que o grupo aceite a mensagem propagada pelo corpo de especialistas. A mensagem, para ser reconhecida pelos leigos, precisa partir de uma autoridade que tenha reconhecimento (BOURDIEU, 2004, p. 116).

A eficácia do discurso depende, também, do público receptor. A maneira como um determinado grupo interpreta o enunciado é o que determina seu sucesso. Um discurso religioso só será efetivado se as condições em que foi proferido forem condizentes com a crença dos receptores; precisa estar ancorado em lastros sociais para que possa ser legitimado.

Os caminhos que podemos seguir são variados. Entre as possibilidades, estão as escolhas das fontes com as quais iremos trabalhar. Uma vez que as fontes são a base do trabalho acadêmico, esta dissertação usará os relatos orais de pastores da AD e de alguns leigos que influenciaram a trajetória da referida Igreja. A escolha pela história oral se deu em função de ela possibilitar uma percepção mais clara das impressões que um grupo específico possui sobre um determinado acontecimento que o envolve. As fontes orais são construídas em meio a uma relação de confiança entre entrevistado e entrevistador. Segundo Alessandro Portelli (2016), essas fontes “[...] são narrativas individuais, informais, dialógicas, criadas no encontro entre historiador e narrador”. (2016, p. 9).

Um trabalho acadêmico, além de estar sustentado por uma base teórica, precisa contar com a parte metodológica. São esses dois caminhos que norteiam o trabalho do pesquisador. Nesse sentido, a pesquisa necessita estar embasada teórica e metodologicamente para conseguir confirmar as hipóteses levantadas no decorrer da caminhada a que o pesquisador se propôs a trilhar. Quando optamos por uma metodologia, é porque acreditamos que ela será capaz de dirimir as dúvidas que nos inquietaram na busca por compreender determinadas mudanças que se impuseram à nossa sociedade, ao longo do tempo, justamente por ser essa a maneira utilizada por nós para desenvolver um trabalho de pesquisa. No caso desta dissertação, utilizamos a Metodologia Qualitativa, mais precisamente, a História Oral,

especialmente por meio de dois de seus procedimentos: a história de vida e os questionários semiestruturados.

A escolha pelo uso da metodologia qualitativa ocorreu em razão de essa privilegiar o estudo das ações sociais individuais e grupais, algo que esta dissertação pretende abordar com os evangélicos da AD de Araguaína. Segundo Paulilo (1999), outro ponto relevante está relacionado ao fato de que as metodologias qualitativas possibilitam um exame intensivo dos dados, o que é importante para quem irá trabalhar com História Oral. Para Alessandro Portelli (2016), a História Oral é constituída por narrativas orais e testemunhos. Por esse motivo, em parte, as nossas fontes são os relatos orais dos assembleianos de Araguaína. Dessa forma, nos procedimentos de História Oral, para construir seus relatos os narradores partem do tempo presente de suas experiências, o qual está ancorado na articulação entre a memória individual e a memória coletiva. Para Maria Cristina Alves (2016), “a História Oral caracteriza-se como uma metodologia de pesquisa que busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela.” (ALVES, 2016, p. 3). A história oral possibilita que as narrativas construídas sobre determinado grupo social tragam as interpretações que os agentes dessa associação possuem sobre as questões relativas ao processo em que se inserem: como se percebem as mudanças que ocorrem no seu meio? Como disputam pela conservação? Ao transformar as suas falas em fontes, o pesquisador insere esses agentes sociais nas análises dos processos sociais.

Assim como qualquer fonte, as orais precisam de uma análise criteriosa. O cruzamento das fontes orais constitui um desses critérios. A história oral precisa ser compreendida como uma troca de conhecimento entre pesquisador e narrador. A sua importância se dá em razão de facilitar a captação do que acontece entre os valores sociais e individuais. Além disso, permite que os elementos do presente se misturem com os do passado.

Além de utilizar a História Oral como metodologia, este trabalho incorpora ao procedimento metodológico a interdisciplinaridade, que será importante no sentido de dar ao pesquisador a possibilidade de dialogar com outras disciplinas (a exemplo da Geografia e da Sociologia) na busca por uma melhor compreensão do objeto de pesquisa. Assim, considerando que essa pesquisa se propõe a mobilizar conceitos oriundos de várias disciplinas, a interdisciplinaridade entre as abordagens de cultura e território contribuirá para fortalecer as análises realizadas. Conforme explica Olga Pombo (2006):

[...] a interdisciplinaridade existe sobretudo como prática. Ela traduz-se na realização de diferentes tipos de experiências interdisciplinares de investigação (pura e aplicada). (POMBO, 2006, p. 14).

Diante de um quadro com essas características, faz-se necessário que o investigador busque olhar para o seu objeto com vistas a fugir da especialização ou do exclusivismo, tentando construir um diálogo com as outras disciplinas e seus conceitos. Esse diálogo, corroborando as explanações de Pombo, abrange sempre uma prática de pesquisa; ou seja, metodologicamente, trabalhar de forma interdisciplinar pressupõe elaborar resultados de pesquisa que promovam a pluralidade dos saberes em diálogo, pois, diante de um mundo em transformação, o conhecimento produzido em caixas não consegue dar as respostas satisfatórias e que ajudem a compreender as mudanças em curso. Somente a troca de conhecimento é capaz de proporcionar essa compreensão; nesse sentido, trata-se de uma interação entre saberes. (POMBO, 2005). Nas palavras de Olga Pombo, tenta-se romper “[...] o caráter estanque das disciplinas” com a interdisciplinaridade. (2005, p. 5).

Considerando essas discussões preliminares, o capítulo 2 dessa dissertação visou a analisar o processo de territorialização vivido pela Igreja Evangélica AD Seta, em Araguaína – TO, em um processo que se inicia no final da década de 1940. No entanto, para se chegar até esse período, foi necessário voltar um pouco no tempo e entender como os protestantes — e, depois, os pentecostais, em especial, os assembleianos — foram se territorializando na América Latina e no Brasil. Por outras palavras, este capítulo aborda a constituição e a territorialização da AD, com o intuito de compreender as bases da formação de sua cultura política.

No capítulo 3, analisamos a territorialização da AD em Araguaína. Enfrentando a análise das cisões, propusemo-nos a compreender a forma com que o processo de territorialização simbólico da AD na cidade constituiu e consolidou uma cultura política conservadora valendo-se de uma pauta de costumes específica. Esse capítulo enfatizou alguns aspectos dessa pauta, evidenciando suas mudanças e permanências ao problematizar a sua mobilização pelo corpo de especialistas da AD. O objetivo foi atender aos seus interesses que, no caso desta análise, foram os interesses políticos.

No capítulo 4, foi discutido, a partir de uma análise de relatos orais dos pastores e principais membros da AD Seta em Araguaína, a forma como a Igreja passou de um discurso que recusava a política para um discurso e uma prática que assumiram a política enquanto um dos campos preferenciais de atuação da AD Seta. Além disso, enfatizamos as relações com a política partidária da cidade, que formulou elementos que conduzem essa Igreja a profissionalizar sua atuação no campo político por meio da mobilização de pautas de costumes que avançam do âmbito religioso aos espaços da sociedade em geral.

## **2 A ASCENSÃO DAS ASSEMBLEIAS DE DEUS: TERRITORIALIZAÇÃO DA FÉ**

Neste capítulo, discutiremos o longo processo de territorialização dos protestantes pela América Latina, dando ênfase à chegada dos missionários Daniel Berg e Gunnar Vingre ao Brasil, nos primeiros anos do século XX. Sendo eles os fundadores da AD, nesta sessão, propomo-nos a investigar “quais interesses foram determinantes para a chegada desses religiosos à região?”. Qual grupo mais se destacou e por quê? A seguir, discutiremos chegada, expansão, peculiaridades e estrutura administrativa de um desses grupos no Brasil: a AD. A ênfase será dada à interiorização dessa instituição pelos vales dos rios Araguaia e Tocantins. Tema que será ainda mais esmiuçado na próxima sessão, pois focará nas ações de territorialização desenvolvidas na região.

### **2.1 Ascensão dos Pentecostais na América Latina**

A territorialização do Cristianismo na América Latina começa juntamente com o processo de colonização iniciado por Portugal e Espanha. Esses dois estados nacionais tiveram como principal aliada dessa empreitada a Igreja Católica. A cruz se tornou o principal símbolo da colonização europeia em grande parte do continente americano. Mas, mesmo com toda essa influência do catolicismo, a penetração de outras vertentes do cristianismo vem se realizando desde o período colonial. (SILVA, 2017). Segundo Ari Pedro Oro (2008), as incursões de grupos ligados ao campo protestante, em terra latino-americana, datam do século XVIII. Porém, segundo a historiadora Elizete da Silva, referindo-se ao Brasil, a partir da primeira metade do século XIX essa presença se fez sentir de forma mais sistemática graças a um “[...] conjunto de fatores de ordem econômica e política.” (SILVA, 2017, p. 129).

Mas, mesmo surgindo novas empresas de salvação em solo latino, a Igreja Católica não perdeu o seu monopólio. Desde a chegada das primeiras caravelas, essa sempre gozou de forte influência política. Religião e política sempre estiveram em uma relação de proximidade nessa parte do continente americano. Valendo-se dessa aproximação entre estado e religião, o catolicismo se constituiu enquanto religião hegemônica. Levou alguns séculos até que essa hegemonia sofresse algumas fissuras causadas pelo crescimento das Igrejas pentecostais. Mesmo seguindo como a instituição religiosa com o maior número de fiéis, a chegada de novos produtores de necessidades religiosas tem ameaçado essa posição hegemônica, levando a

mudanças no panorama religioso e político da América Latina.

Esse território, atualmente, é um conglomerado de 20 países. (ORO, 2008). Todos têm como característica a forte presença católica. Em alguns desses estados, o catolicismo, inclusive, ainda é considerado a religião oficial. Mas, essa realidade tem sofrido mudanças nas últimas décadas com a ascensão das igrejas pentecostais e neopentecostais, que têm experimentado um crescimento considerável nas últimas décadas. O pentecostalismo enquanto movimento ressurgiu nos Estados Unidos no início do século XX. Mas, tão logo essa doutrina começa a prosperar, alguns dos seus praticantes (os pentecostais) a desterritorializam em direção à América Latina.

Segundo Airton Luiz Jungblut (2018), entender a penetração dos protestantes nessa parte do continente americano “[...] trata-se sempre de uma tarefa complicada de se realizar, tendo em vista as notáveis diferenças nacionais desses processos, distribuídos numa extensa área continental composta por 20 países e duas dependências.” (p. 74). Contudo, mesmo em meio às dificuldades apontadas pelo autor, foi possível construir modelos classificatórios que facilitaram a compreensão do processo de territorialização desse grupo religioso na América Latina. Segundo Almeida e Correa (2020), referindo o caso brasileiro, cujo contexto não se diferencia muito do restante da América Latina, “[...] os protestantes inseriram-se definitivamente no Brasil no século XIX.” (p. 43). Nesse primeiro momento, não pretendiam conquistar novos fieis, mas visavam a dar apoio aos imigrantes que já eram protestantes em seus países de origem. Por isso, ficaram conhecidos como protestantes de imigração. (ALMEIDA; CORREA, 2020).

Talvez seja pertinente uma ressalva em relação ao uso do termo “protestante” nesta parte do trabalho, mesmo que já se tenha explicado, na introdução, o conceito desse termo e o de “pentecostal”. Uma vez que os pentecostais só chegariam à América Latina no início do século seguinte, achamos mais apropriada a denominação em se tratando do século XIX, período em que esse grupo religioso conseguiu se territorializar, de fato, na região. Dito isso, segundo Fábio Henrique de Abreu (2015), “[...] a história das tentativas de inserção do protestantismo na América Latina e, particularmente, no Brasil, data desde a segunda metade do século 16.” (2015, p. 41). Os protestantes de imigração, segundo Roberto Ervino Zwetsche, vêm da Europa e se territorializam especialmente na América do Norte e na América do Sul, principalmente no Cone Sul: Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Chile. (2017). O protestantismo de imigração ou as igrejas étnicas, termo também utilizado para se referir a esse grupo, comumente tinha as suas instituições religiosas instaladas nas colônias de imigrantes europeus. Segundo Jungblut, “[...] fazem parte dessa classe: grupos de luteranos

vindos da Alemanha, anglicanos vindos da Inglaterra e, em menor escala, menonitas de várias procedências.” (2018, p. 75). Ainda que a América Latina tenha sido, basicamente, colonizada pelos países ibéricos, a vinda de protestantes procedeu de regiões que tinham vivenciado incisivamente a reforma liderada por Martinho Lutero.

Ainda segundo Almeida e Correa (2020), a partir de 1850 se junta a esse grupo, já instalado na região, uma nova leva de missionários; dessa vez, norte-americanos que tinham o propósito de “[...] aumentar as fileiras do protestantismo.” (2020, p. 44). Eles foram denominados “protestantes de missão”, pois tinham como finalidade conquistar novos territórios físicos e simbólicos por meio da empresa missionária americana. Nesse sentido, para Antonio Gouvêa Mendonça (2008):

[...] as lutas políticas e religiosas na Europa que tinham impulsionado os “pais peregrinos” para a América na segunda década do século XVII ainda marcavam os ideais do protestantismo americano no século XIX. Uma civilização cristã segundo o modelo protestante era a meta...a esperança e a possibilidade aberta de se construir uma civilização cristã modelo que pudesse desbordar-se para além das fronteiras americanas tomou corpo após a Independência, e vai servir de base para a empresa missionária. Os componentes da nova civilização cristã seriam, de um lado, a desinstitucionalização eclesiástica (contra o establishment), e, de outro, a ordenação da vida segundo o tripé religião-moralidade-educação...o tripé religião-moralidade-educação cumpria o seu papel normativo e civilizador. Em outras palavras, garantia a estabilidade e o progresso social ao mesmo tempo. (2008, p. 90).

Nessa busca por apropriação de territórios, esse novo grupo de protestantismo de missão visava, além dos interesses religiosos, a promover o avanço do poderio político americano no mundo. Imbuídos dos valores puritanos, esses missionários se propunham a criar uma sociedade onde pudessem “[...] regular a vida social em todos os seus detalhes.” (MENDONÇA, 2008, p. 93). Essa sociedade, fundada a partir de uma dita moralidade cristã, buscava a renúncia de prazeres sociais — como “[...] jogo de cartas, jogos de azar, dança, frequência a teatros.” (MENDONÇA, 2008, p. 85) — para conseguir se enquadrar nesse modelo. Esse grupo religioso chegou à América Latina por meio de igrejas, como a metodista, a presbiteriana e a batista, e, a partir das ações de territorialização desses religiosos, foi ganhando espaço entre os latinos.

O protestantismo de missão, quando ingressa na América Latina visando à implantação de uma nova empresa de salvação, acabou entrando em inevitável atrito com a Igreja católica, que exercia o monopólio da gestão dos bens de salvação na região. No entanto, esses conflitos no campo religioso eram motivados não apenas pela busca de ampliação do mercado religioso, mas também por interesses políticos dos Estados Unidos. O século XIX foi também um período de muita efervescência religiosa nesse país. (MENDONÇA, 2008). Nesse século, os

avivamentos que assolaram o protestantismo americano, em razão do movimento pentecostal, foram um prenúncio dos acontecimentos do início do século XX. Esse grupo, que logo migrou para a América Latina, veio, principalmente, dos EUA; segundo Zwetsch, eles chegaram no início do século XX após terem passado por uma experiência com os chamados “dons espirituais”. A ocorrência dessas penetrações, ainda que em espaços e tempos diferentes, não significou que um termo suplantou o outro, mas que, de certa forma, misturaram-se e representam parte da História da América Latina com seus interesses. O protestantismo de missão, de alguma forma, assemelha-se ao pentecostalismo, uma vez que ambos visavam à conquista de novos territórios. Esse movimento foi iniciado na cidade de Los Angeles, na rua Azusa. Ele diz respeito a um conjunto de fatores reivindicados como sobrenaturais, os quais supostamente aproximariam o homem a Deus.

Os pentecostais foram os últimos a formarem o seu território simbólico nessa parte do continente; porém, sua pregação foi a que mais encontrou eco entre os trabalhadores latino-americanos. José Míguez Bonino, ao analisar o pentecostalismo em questão, entende que, apesar de surgir em Los Angeles, foi no sistema simbólico pentecostal que essa teologia encontrou as condições sociais e culturais adequadas para se desenvolver com maior força entre os latinos. O protestantismo de missão e imigração encontrou certa dificuldade para crescer e alcançar as massas populares da região, o que não ocorreu com os pentecostais. Esses, em um curto espaço de tempo (em menos de 50 anos), multiplicaram-se e alcançaram, praticamente, toda a América Latina. Bonino comenta o papel de personagens como Daniel Berg e Luigi Francescon, ambos nascidos no continente europeu, no processo de territorialização do pentecostalismo na citada localidade. O autor afirma que eles foram apenas “disparadores” do processo e que, na verdade, a matéria-prima era encontrada em abundância. Para Bonino, tais disparadores

[...] só fazem despertar uma vivência religiosa de setores populares latino-americanos. A semente poderá ter sido produzida em Los Angeles ou Chicago, mas foi plantada em terra latino-americana, alimentou-se das substâncias vitais desta terra e as novas massas populares latino-americanas comprovaram que o sabor de seus frutos correspondia às exigências de seu paladar. Francescon, Hoover ou Berg podem ter tido um sotaque estrangeiro, mas “a língua do espírito” que falavam encontrou eco nos portuários de Valparaíso ou nos operários de São de Paulo e foi repetida na linguagem de rotos (integrantes da classe baixa) chilenos, de indígenas tobas ou aymaras ou de camponeses centro-americanos. (2003, p. 51).

Portanto, foi na América Latina, entre as massas populares, que o sistema simbólico pentecostal encontrou as condições adequadas para se territorializar com mais efetividade. Foi por se aproximar dos trabalhadores latinos através da valorização e uso dos símbolos religiosos



e por ter menos apego ao texto escrito, por exemplo, que o pentecostalismo conseguiu se tornar uma das expressões mais proeminentes do protestantismo latino-americano. Os bens simbólicos pentecostais, tal como o dom de revelação,<sup>4</sup> constroem significados que de alguma forma conseguem dar repostas aos problemas de ordem social, econômica e política dos indivíduos, com promessas de soluções mediadas na relação entre o homem e Deus. As condições sociais encontradas em solo latino, que alimentaram o crescimento do pentecostalismo, dizem respeito às subjetividades dos agentes sociais, que estão vinculadas, sobretudo, à toda ordem de sofrimento e exploração. Para Pierre Bourdieu, (1982) o interesse religioso

[...] tem por princípio a necessidade de legitimação das propriedades materiais ou simbólicas associadas a um tipo determinado de condições de existência e de posição na estrutura social, dependendo portanto diretamente desta posição, a mensagem religiosa mais capaz de satisfazer o interesse religioso de um grupo determinado de leigos, e de exercer sobre ele o efeito propriamente simbólico de mobilização que resulta do poder de absolutização do relativo e de legitimação do arbitrário, é aquele que lhe fornece um (quase) sistema de justificação das propriedades que estão objetivamente associadas ao grupo na medida em que ele ocupa uma determinada posição na estrutura social. (1982, p. 51).

Os trabalhos que procuram explicar o crescimento do pentecostalismo na América Latina, em sua maioria, tentam confirmar hipóteses com base na expansão de alguma atividade econômica, como o ciclo da borracha ocorrido no Brasil, ou mesmo em algum processo de transição política vivido pelos países latinos. Segundo essas análises, esses acontecimentos influenciaram a expansão do pentecostalismo pelo continente. Estudos como esses correm o risco de deixar de fora das suas interpretações as contribuições que o simbólico oferece durante as territorializações de cunho religioso. No sistema simbólico pentecostal, os elementos de territorialização estão voltados aos aspectos de caráter subjetivo desse grupo religioso. Entre esses aspectos, estão os chamados “dons de revelação”. Segundo Bonino, a vinda do italiano Luigi Francescon — fundador da Congregação Cristã no País — ao Brasil e à Argentina, em 1910, deu-se após uma “visão”. (2003, p. 51). Essas representações religiosas são recorrentes entre os pentecostais.

Por outro lado, segundo Bourdieu (1982), as funções sociais que a religião desempenha em favor de um grupo diferenciam-se de acordo com a posição que um ou outro ocupa na estrutura das relações de classe. Os pentecostais encontraram, nas camadas populares latino-americanas, as condições necessárias para territorializar a sua mensagem. Na base da pirâmide

---

<sup>4</sup> Segundo Larissa Costa Duarte, o dom de revelação compõe o sistema simbólico pentecostal e se caracteriza por visões do passado e do futuro. (2011).

social, os trabalhadores latinos encontraram nessa mensagem um discurso cujo conteúdo era e é voltado para explicar as condições materiais de existência dessa coletividade dentro de um contexto futurista e milenarista. Mesmo não sendo uma prerrogativa dos pentecostais, pois está presente também no protestantismo tradicional, a promessa de salvação eterna constitui uma das principais ideologias do pentecostalismo. Logo, a redenção desses trabalhadores iria ocorrer após o evento denominado “segunda vinda de cristo”.

Nesse sentido, essas trocas simbólicas envolvendo a promessa de bens de salvação entre os fiéis e os agentes especializados, os pastores, encontraram na América Latina um território propício. Nele, essas transações referentes ao mercado religioso poderiam ser efetivadas e, assim, dar sentido à existência desses agentes sociais. Os pretensos “dons espirituais” contribuem com a AD no sentido de influenciar a organização do seu território simbólico. A sua principal característica é o chamado “Batismo no Espírito Santo”. Em princípio, ao receber esse batismo o agente estaria apto a desenvolver determinadas práticas religiosas, como a glossolalia (o dom de falar em outras línguas), promover a cura de doenças ou profetizar. No Brasil, a Igreja Evangélica AD foi uma das precursoras desse movimento.

Assim, esse agente social seria revestido de um poder simbólico que, para ser exercido, precisa da cumplicidade daqueles que estão sujeitos a ele (BORDIEU, 2004). É um poder invisível que se reveste de uma aura de naturalidade, que permite, ao agente especializado, exercê-lo de forma imperceptível. As práticas pentecostais, como as de cura, mostraram-se bastante receptivas em um continente com imensas desigualdades sociais. Nessa parte do continente americano, o pentecostalismo tem conseguido se sobressair entre as demais denominações evangélicas. No Brasil, as Igrejas que mais representam essa modalidade são a AD, a Congregação Cristã no Brasil e a Deus é Amor.

## **2.2 Ascensão da Assembleia de Deus no Brasil: Constituição e Estrutura Administrativa**

A territorialização material e simbólica da Igreja Evangélica AD brasileira tem início em 1910 com a chegada dos suecos Daniel Berg e Gunnar Vingren a Belém do Pará. (ALMEIDA; CORREA, 2020). Mesmo sendo de nacionalidade sueca, foi dos Estados Unidos que eles migraram em direção ao norte do Brasil. Ambos eram membros da Igreja Batista norte-americana. Esse país viu florescer o movimento pentecostal moderno. Logo após terem, supostamente, vivenciado algumas experiências relativas a essa doutrina em território estadunidense, com as quais os batistas não concordavam, os dois suecos se dirigiram ao Brasil

em uma viagem missionária cujo objetivo era iniciar um novo trabalho religioso (ALENCAR, 2010; SOUSA, 2011).

A chegada dos dois estrangeiros a Belém, somada ao fato de que iniciaram suas ações prosélicas nela, fez com que essa cidade se tornasse, nas primeiras décadas do século XX, a precursora da territorialização da crença e da cultura assembleianas. A AD de Belém foi o ponto por onde se iniciou o território em rede que, mais tarde, a igreja construiria. A partir dessa cidade, inúmeros missionários foram enviados pelo corpo de especialistas da Igreja para as várias regiões do País (inclusive, para os vales dos Rios Araguaia e Tocantins) para que a igreja se apropriasse de novos territórios. Foi por isso que a Convenção Estadual do Pará enviou, no final dos anos de 1940, o pastor Armando Chaves Cohen à cidade de Carolina, no Maranhão, e, posteriormente, à Araguaína, no Tocantins (SOUSA, 2011). Entretanto, cabe aqui a constatação: a presença de igrejas evangélicas independentes na região dos vales dos Rios Araguaia e Tocantins se deu antes mesmo da chegada do Ministério Seta, pois já havia uma AD no povoado Lontra, atual cidade de Araguaína, na ocasião da instalação do referido ministério.

A AD e a Congregação Cristã foram as primeiras Igrejas pentecostais a surgirem no Brasil. Iniciado nos Estados Unidos, o pentecostalismo contemporâneo não tardou para chegar à ex-colônia portuguesa. Em solo brasileiro, a cultura pentecostal encontrou um terreno fértil para a sua propagação. Em algumas décadas, a AD se tornaria a maior Igreja desse segmento religioso no País, superando em número de membros e em territorialização física e simbólica as demais denominações evangélicas existentes até então (CORREA, 2015; MENESES, 2015).

Influenciados pela cultura pentecostal, os dois suecos desembarcaram na capital paraense no dia 19 de novembro de 1910. Nessa cidade, frequentaram a Igreja Batista por um ano. Contudo, devido aos confrontos que estavam existindo entre os já citados missionários e os dirigentes batistas de Belém, em relação aos chamados dons pentecostais, ambos foram expulsos dessa denominação. Já em 1911, acompanhados por mais 18 fieis, fundaram a AD que, inicialmente, recebeu o nome de Missão de Fé Apostólica. Somente em 1918 é que recebe o nome que a tornaria conhecida em todo o Brasil. (2011, p. 51).

A citada Igreja inicia o seu processo de territorialização tendo nos discursos simbólicos proselitistas um dos principais meios de interação com as regiões Norte e Nordeste para divulgar a sua crença. Ao passo que as igrejas ligadas ao protestantismo de missão, como os batistas, usaram a educação enquanto prática de territorialização, os assembleianos se valeram dos discursos prosélicos pentecostais, como os testemunhos de curas divinas (supostamente

alcançados pelos fiéis), e da glossolalia para acelerar o processo de territorialização, tanto a simbólica (religião) como a física (Brasil). O “dom de cura divina” seria concedido pelo “espírito santo” a determinados fiéis. São recorrentes, entre os pentecostais, relatos como o do pastor Cohen (designado para a cidade de Carolina-MA), atribuindo ao sobrenatural a suposta cura alcançada por uma pessoa:

Como eu já disse, minha esposa não era crente. Mas, tendo adoecido subitamente de uma enfermidade para a morte, pois nosso médico a desenganou, ela manifestou a vontade de se entregar a Jesus. Então, imediatamente, mandei chamar o pastor e, diante dele, ela confessou que queria Jesus. O pastor orou e ela recebeu a cura imediatamente, glória seja dada ao nome do senhor. (1985, p. 112).

Utilizando discursos, como o anteriormente apresentado, os pentecostais da AD foram territorializando as suas crenças e sua cultura pelas várias regiões do Brasil. A cura divina é uma das crenças que faz parte do universo simbólico pentecostal que articula os valores desse grupo. A cura divina e a glossolalia são elementos que compõem o mesmo universo simbólico. Nesse sentido, ao atribuir uma suposta melhora no estado de saúde de sua esposa a uma intercessão feita por um pastor, Cohen reforça esses discursos simbólicos que têm sido empreendidos para dar sustentação às práticas políticas e religiosas da referida Igreja. Além do mais, reforça o prestígio do pastor entre os assembleianos.

O simbólico está relacionado com as ideias, com os discursos, com os ritos e as crenças de um determinado grupo social (BOURDIEU, 2004). No caso desta dissertação, relaciona-se com os pentecostais da AD que compartilham os mesmos códigos culturais, pois é o universo simbólico que articula os assembleianos a um determinado território. Nesse sentido, a cultura pentecostal se apropria de uma linguagem simbólica, como a glossolalia, para assegurar o controle sobre determinado território. Segundo Jonas Silva Meneses (2015) a glossolalia é a principal diferença entre a AD e “[...] outros segmentos religiosos predominantes.” (2015, p. 201). Os elementos simbólicos se relacionam com os aspectos mentais do agente.

Nesse sentido, a cultura pentecostal é o elemento que articula a formação do território assembleiano, já que ela o delimita. O território no seu sentido físico ou simbólico possui algumas características que contribuem para sua produção. A AD se organiza a partir de ministérios que, por sua vez, são formados pelas Igrejas sedes ou mães. Já essas são um conglomerado de congregações e pontos de pregação. Portanto, a estrutura organizacional da AD tem os ministérios na ponta e as congregações na base. Existem, também, as convenções nacionais com as quais os ministérios podem estabelecer “laços fraternais”, ainda que essa não seja uma regra. Essa hierarquia diferencia a AD das demais denominações evangélicas, pois

o território assembleiano é uma formação simbólica que possui os próprios limites e hierarquias. São os elementos que vão dando contornos a esse território.

Os limites do território assembleiano são determinados pela apropriação de elementos culturais e físicos. Os ministérios fixam pontos, que são as congregações ou pontos de pregação, cujo objetivo é exercer a dominação física e simbólica sobre uma região específica. Esses pontos se espalham por um espaço dando origem a uma rede que constrói o território assembleiano. Esses vários pontos formam uma hierarquia que dá origem à estrutura de poder da AD, e se comunicam a partir da cultura pentecostal. Nesse sentido, os elementos físicos e simbólicos se articulam na delimitação do território.

Nas relações hierárquicas entre os leigos e o próprio corpo de especialistas, está a dinâmica que rege a estrutura de poder que caracteriza o território assembleiano. No topo dessa cadeia hierárquica, está o pastor presidente do ministério, a quem é conferido um poder que, muitas vezes, é invisível aos olhos daqueles que estão subordinados. É preciso encontrar a maneira de o descobrir. (BORDIEU, 2004).

Assim sendo, é um poder consentido entre aqueles que o exercem e os que o aceitam. Esse poder é mascarado pelas relações de dominação que há dentro do campo religioso. Por ser portador de um capital religioso e simbólico, o pastor-presidente — responsável por administrar o ministério e proferir os sermões, nos cultos, segundo os dogmas da Igreja — seria também “uma escolha divina” para exercer o ofício de pastor. Nesse sentido, teria um poder quase mágico. (BOURDIEU, 2006), o qual o torna detentor de um poder simbólico. Além do mais, ele “[...] personifica o exemplo maior de autoridade eclesiástica para a maioria dos fieis.” (SOUSA, 2011, p. 159).

Como personagem central na organização eclesiástica de um ministério, o pastor presidente exerce um poder quase ilimitado — tanto simbólico como hierárquico — sobre os demais pastores e os leigos. Os sentidos que são atribuídos à sua figura, enquanto agente que possui a prerrogativa de ter sido “escolhido por Deus”, visam a criar a ideia de que as suas decisões são inquestionáveis. A forma como são distribuídas as cadeiras no chamado púlpito, ou seja, onde se senta o corpo de especialistas durante os cultos, é um dado que busca reforçar o poder do pastor na hierarquia da AD. O local de assento a ele reservado fica no centro do púlpito; portanto, é a cadeira mais imponente. Os demais assentos destinados aos pastores auxiliares buscam realçar esse poder.

No entanto, mesmo sendo essa uma realidade ainda presente nos templos assembleianos, há indícios de que esse poder vem perdendo parte da sua influência. A figura do pastor, enquanto sacerdote que se coloca como representante da voz de Deus, cujas decisões

não sofrem questionamentos, tem padecido alguns desgastes nos últimos anos. Os líderes religiosos, diante de algumas situações de cunhos administrativo e religioso, têm sido indagados pelos leigos sobre os motivos que os levaram a tomar determinada decisão, pois o campo religioso é o território para “[...] as relações de transação que se estabelecem, com base em interesses diferentes, entre os especialistas e os leigos.” (BOURDIEU, 1982, p. 50). Em muitos casos, quando os interesses do pastor vão de encontro aos dos leigos, isso é motivo suficiente para diminuir a sua influência.

O Pastor Fredson, ao mencionar o tempo em que a palavra do pastor detinha enorme peso, o faz de forma saudosista. Segundo ele, atualmente, o pastor já não desfruta de tanto prestígio nas igrejas, e sua palavra vem sendo contestada em alguns momentos:

Nossa! Palavra de um pastor na Igreja, antigamente o pastor falava o povo cegamente obedecia. Hoje não é assim mais. Hoje o povo está esclarecido. As igrejas são repletas de universitários, de pessoas formadas, de pessoas que têm conhecimento, entendeu? Então a gente tem que se policiar muito no que a gente faz e fala... Isso! É muito forte. Mas assim é o povo hoje conhece muito seus direitos, né? E hoje ela está forte, dependendo da forma que o pastor trata, né? Da forma que o pastor trata as suas ovelhas. Se ele honrar as pessoas da sua comunidade certamente ele será honrado e será mais respeitado. Mas, é igual eu te falo, hoje em dia não tem mais essa questão de você dizer assim “essa é a minha palavra, é palavra final, e é isso aqui”. O povo hoje é tão esclarecido... pra você ter uma ideia, às vezes você está pregando a palavra de Deus, se você errar o povo já tá lá no Google, né? Vendo se aquela palavra que o pastor falou é certa, que tem pessoas que tem coragem dizer “não, está errado”. Levantar e falar. Antigamente você não ouvia isso. Você não via isso porque a igreja, os pastores tinham uma autoridade assim tremenda. Eles falavam e ninguém ousava a questionar aquilo que o pastor fala. Hoje já não tem mais, né? (entrevista concedida pelo pastor Fredsn Borges, no dia 18/08/2020).

A atenção que o pastor dispensa à palavra “conhecimento”, enquanto discorre sobre as mudanças que vêm ocorrendo em relação ao poder do pastor nas igrejas Ads, demonstra o quanto esse termo está, para os assembleianos, de alguma forma relacionado ao sentimento de perda que esse grupo religioso julga já ter experimentado em algum momento. Ele atribui essas transformações ao capital cultural que os leigos teriam adquirido nos últimos anos. As ressalvas que esse grupo demonstra em relação à palavra remetem ao movimento denominado “fundamentalista”, e cuja origem é norte-americana. Uma das características desse movimento é justamente a forte oposição que costuma fazer aos avanços do conhecimento científico. Segundo Magali do Nascimento Cunha, “[...] neste discurso, identifica-se um rechaço a certas teorias científicas e a adoção de outras.” (CUNHA, 2020, p. 28).

Na estrutura da AD, a implementação e a difusão de conceitos como o anteriormente citado é tarefa do corpo de especialistas da instituição. Mesmo em um contexto fragmentado, dada a quantidade de ministérios existentes que utilizam a marca AD, provavelmente a

importância atribuída ao pastor seja um fator de identidade que de alguma maneira os une. De maneira geral, cada ministério tem a sua estrutura, mas, em todos eles a figura do pastor presidente tem papel central. A maneira como ocorre a escolha do presidente do ministério é variada, mas, no caso desta dissertação, cujo foco é o Ministério Seta, a escolha do presidente é feita pelo voto. Dessa escolha, não participam os leigos. A condição de eleitor é reservada somente a pastores e evangelistas. Todos eles são homens, uma vez que às mulheres não é permitido receber esses títulos na AD. Essa forma de escolha, visto que as mulheres em geral não podem participar da votação, demonstra os valores conservadores mobilizados pela instituição nos últimos 100 anos. Mesmo que algumas Igrejas pertencentes ao segmento neopentecostal já permitam que mulheres façam parte do corpo de especialistas, a Igreja Evangélica AD continua negando-lhes esse papel.

O ministério Seta é fundado na região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins pelo pastor Armando Chaves Cohen. Ele foi o missionário enviado pela Convenção Estadual do Pará (Belém) para a cidade de Carolina, no Maranhão, no ano de 1947. Segundo relato do citado pastor:

Há muito o Ministério da Igreja pensou em enviar o irmão ao sertão maranhense, para abrir o trabalho na cidade de Carolina e em toda aquela região. Carolina é um centro muito importante e, de lá, o irmão pode atingir o norte de Goiás, fazendo um grande trabalho para Jesus. (1985, p. 113).

A Igreja de Belém foi uma das primeiras instituições assembleianas a conseguir construir uma estrutura que se assemelha ao que mais tarde seriam os ministérios, ou seja, constituiu o seu corpo de especialistas, tinha um pastor presidente e contava com várias igrejas com as quais Belém mantinha laços. Nesse contexto, os termos “ministério da Igreja” podem ser interpretados como uma das primeiras alusões feitas à nomenclatura e ao significado que a palavra Ministério passaria a ter nas décadas seguintes. A igreja em questão exerceu o papel de agente multiplicador no processo de sua territorialização. Ao dizer que a igreja “[...] pensou em enviar o irmão ao sertão maranhense [...]” à sua direção, reforça o seu papel de agente de territorialização e o põe a agir enquanto ministério. Na hierarquia, estão: CGADB, Ministério CIAdSeta, Campo de Araguaína e Congregações (FERREIRA, 2021.)

O espaço a ser apropriado pelo pastor Cohen foi delimitado por Belém. Nas palavras dos dirigentes belenenses, seria “o sertão maranhense”; pela localização de Carolina, podemos entender que no sul do maranhão e no “norte de Goiás”, hoje Tocantins, está localizada a

cidade de Araguaína. Nesse sentido, o objetivo era construir uma malha que integrasse esse espaço aos valores pentecostais, gerando, assim, um território simbólico que se comunicaria pela cultura pentecostal. Esse território, em forma de rede, teria as Igrejas como pontos que delimitariam o seu raio de atuação.

Mas não ficaram circunscritos apenas nesses dois territórios por muito tempo; em algumas décadas, ela passa a ter pontos espalhados pelo sudeste, fato esse que foi determinante para integrar a região a essa rede. Essa integração com o sudeste contribuiu para que daí se originasse um dos seus maiores ministérios, o de Madureira. Os ministérios passaram então a ser os centros de poder da AD em substituição a Belém.

O grau de independência dos ministérios, em relação à CGADB, vem suscitando vários debates no campo acadêmico. Este trabalho não pretende esgotar essa discussão, dada a sua complexidade, pois a relação que envolve as duas instituições, dita apenas fraternal, pode ser bem mais do que um laço de fraternidade. O que pretendemos, aqui, é somente trazer ao debate mais um elemento para enriquecer as discussões em torno do assunto. Nesse sentido, se a AD atua em rede, qual é o real grau de liberdade dos Ministérios em relação à estrutura nacional? Por ser um sistema que se estrutura em rede com início nos pontos de pregação, até chegar a uma estrutura nacional o grau de liberdade que se apregoa pode não ser tão grande. Os nós que vão dando a tessitura da rede formam uma engrenagem sem espaço para grandes movimentos.

A CGADB institui as suas normas a partir das quais se impõe a todo o território nacional. Ao ser questionado sobre a possibilidade de o Ministério Seta consagrar mulher ao cargo de pastora, o pastor Paulo Martins Neto diz que a Convenção Nacional não aceitaria, e argumenta:

O presidente do Ministério Seta é membro da Convenção Geral. O Ministério Seta faz parte da convenção geral. Nós acordamos isso desde 1969. Então nessa época a, a o Ministério Seta decidiu fazer parte da convenção geral. Então todos os nossos ministros, eles também são membros da convenção geral. E a convenção geral ela nos rege em matéria de doutrina, matéria de usos e costumes e, e, e, a nossa maior agência de doutrina é a escola bíblica dominical. Nós trabalhamos sempre na orientação da convenção geral. Nosso material é da CPAD. E, e basicamente é isso. Doutrina, usos e costumes nós somos dependentes da convenção geral... não aceita ele como ministro. Ela não aceita essa consagração. Porque ela foge a um dos quesitos exigidos pra que alguém seja consagrado... ela só não aceita. Ela não insere essa pessoa no rol de membros. Ela não credencia essa pessoa... mas ele é credenciado pela convenção geral. Respeita não. Ela não aceita isso, entendeu? Você pode fazer, mas você sabe que não vai ser aceito. Cria, cria atrito porque a gente está é, é de certa forma, burlando uma regra, num é, que ela adota... quando nós aceitamos fazer parte da CGADB, nós também declaramos que aceitamos as suas regras, seu estatuto, suas regras. (entrevista concedida pelo pastor Paulo Martins Neto, no dia 04/10/2021).



As análises que são realizadas sobre a relação entre a CGADB e os Ministérios geralmente se resumem a questões doutrinárias, como aparece na fala do pastor Paulo. No entanto, essa proximidade pode ir além desse ponto, como pode ser observado na narrativa do mesmo pastor. A própria composição da CGADB, da qual fazem parte os presidentes dos ministérios, mostra que essa relação pode ir além dos laços fraternos. Esse fator mostra o quanto a estrutura é rígida e conectada a todos os seus pontos. Dela, participam os associados das várias regiões do País, demonstrando, assim, a maneira com que essa relação se dá em rede. Além da composição da convenção geral, outro elemento aparece na narrativa do pastor, que serve para referendar essa relação. O ponto em discussão trata dos requisitos exigidos para que a consagração de um pastor seja legitimada. Esse reconhecimento passa necessariamente pela CGACB, que é o único órgão que possui legitimidade para reconhecer as consagrações que são realizadas pelos ministérios.

Dito isso, até a década de 1930, a AD brasileira estava sob a liderança dos suecos. A liderança era dos europeus, mas o crescimento da Igreja só foi possível graças ao empenho dos brasileiros, em especial, de nordestinos e nortistas. Esse hibridismo deu aos assembleianos um modelo organizacional que buscou conciliar os interesses de brasileiros e suecos. Ambos tinham uma visão diferente a respeito do tipo de estrutura administrativa que a Igreja deveria adotar. (ALENCAR, 2010).

Os suecos desejavam implantar o modelo de Igreja local ou congregacional. Os escandinavos entendiam que as Igrejas deveriam ser livres de qualquer controle estatal ou mesmo de qualquer estrutura que tivesse uma liderança nacional. Os brasileiros, por sua vez, pretendiam adotar uma estrutura administrativa na qual o poder fosse mais centralizado. A AD possui uma organização administrativa que é um misto entre o sistema episcopal (administrado por um bispo ou pastor) e o sistema congregacional (onde cada congregação é independente). A adoção desse modelo impediu que a igreja adotasse uma liderança vertical (ALENCAR, 2010).

O Ministério Seta segue, de alguma forma, esse modelo. As congregações possuem independência administrativa e financeira em relação às igrejas-sedes, mas estão ligadas à CGADB por questões doutrinárias e fraternais. Usando o exemplo da construção de uma Igreja em Araguaína-TO, no ano de 1987, podemos inferir como se dá as relações de relativa independência de uma congregação em relação à igreja-sede, como mostra o relato de dona Antonia Vieira, membro da AD Seta:

Isso! Porque não tinha um templo, né? Aí a gente congregava em casa. Na casa de

irmãos. Quando a gente conseguiu aí, mas aí foi tão abençoada que todo mundo trazia material, até as mulheres ia ajudar. Levavam lanche, levava comida para os homens que tava trabalhando. Eu sei que foi assim uma benção, sabe? Quando nós viu a igrejinha tava pronta. Nós não pediu nada, da sede. Nenhuma telha. Nada, nada, nada. Aí quando nós arrumou tudo, pintou ela de amarelinho bem cremizinho, sabe? Arrumou tudo, que chamou o irmão Fíco e a irmã Antônia Salazar para consagração, num é? Que era o dia de inaugurar o templo. Aí eles vieram e disseram que era a igrejinha de ouro. Nossa! Eles ficaram tão alegre com nós, porque a gente trabalhou mesmo, sabe? Com nossos braços para fazer a congregação. (Entrevista concedida por Antônia Vieira em 24/10/2020).

O relato de Antônia Vieira remete à construção de uma igreja no bairro onde ela residia na década de 1980, e indica que as congregações são mais ou menos autônomas no que se refere ao seu surgimento dentro da cidade de Araguaína. Ao que tudo indica, a construção da igreja foi uma iniciativa da membresia daquela localidade. Todo o material foi adquirido pelos fiéis, os quais também executaram a obra. Conforme o modelo adotado, nas questões orçamentárias, não há a necessidade de uma autorização do pastor presidente para que alguma atitude seja tomada sobre a construção. Segundo o relato, o pastor-presidente do campo de Araguaína à época — Francisco Bueno de Freitas, conhecido por todos como Fíco — foi convidado apenas para a inauguração. Mas, apesar dessa autonomia para construir e abrir igrejas, quando se refere ao dinheiro arrecadado, parte é destinada à igreja-sede, e o restante permanece na congregação.

Assim, retornando ao contexto mais geral da formação da AD, a década de 1930 foi decisiva para as pretensões dos dois grupos de suecos e brasileiros. Exatamente no ano de 1930 foi realizada a primeira CGADB, na cidade de Natal, com a finalidade de resolver as divergências que existiam em torno do modelo administrativo que a Igreja deveria adotar, e outras discordâncias, como a que diz respeito ao papel que a mulher deveria desempenhar na estrutura eclesiástica da instituição. Brasileiros e suecos se debruçaram nas narrativas que dariam os argumentos necessários para os dois grupos. Esse episódio, que envolveu os líderes assembleianos, nas primeiras décadas da Igreja no Brasil, também marca uma das primeiras disputas em torno dos poderes simbólico e religioso dentro da AD no País.

Tais disputas circulavam em torno de um conjunto de ideias que seriam determinantes para os rumos da Igreja nas décadas seguintes. A condição que foi reservada à mulher nas celebrações religiosas da AD, por exemplo, norteia os conceitos que passaram a reger o pensamento dos dirigentes dessa Igreja. A mulher, até os dias atuais, não faz parte do corpo eclesiástico da instituição; ou seja, ela não pode ser consagrada a diaconato, presbitério, evangelista ou a cargo de pastora, que é o topo da estrutura hierárquica. Ao negar à mulher a participação nas instâncias de decisão da Igreja, justamente em um momento que elas

começavam a conquistar alguns direitos, como o de votar, a convenção de 1930 esboçava os primeiros traços do conservadorismo que acompanhariam a AD.

Segundo Bourdieu (2018), um campo, como é o religioso, é um espaço para lutas e disputas entre os sujeitos sociais que atuam no seu interior. A concorrência que caracteriza os vários campos é motivada pelo conjunto de interesses dos sujeitos. No entanto, cada campo possui sua própria estrutura e especificidade e, nesse sentido, deve ser analisado seguindo as suas particularidades. No caso do campo religioso, um espaço de forças no qual os especialistas e os leigos se enfrentam, a originalidade produzida está em se adequar às diversas formações sociais em que está inserido (BOURDIEU, 1982). A religião reproduz as relações de dominação presentes na sociedade; no caso das mulheres, a influência do patriarcado se reproduz dentro da AD, e, nesse espaço simbólico, ideologias, regras e normas são elaboradas para se alcançar determinados objetivos.

Na década de 1930, em meio a disputas por posição, a AD já havia se territorializado em quase todo o País; mas, em regiões interioranas, como os vales dos rios Araguaia e Tocantins, a presença da citada denominação era irrelevante. Diante desse quadro, e pelo fato de que a Igreja ainda estava sob a liderança dos suecos, os brasileiros passaram a requisitar a direção dos trabalhos. Assim, essa também foi uma década de nacionalização da AD. Na convenção de Natal, os suecos transferiram o comando da Igreja para os pastores nacionais. (SOUSA, 2011). Mas, mesmo com a transferência, os europeus continuaram a exercer enorme influência dentro da instituição religiosa brasileira.

A mudança de comando não se deu de forma pacífica. Aliás, as disputas por poder envolvendo os assembleianos foi uma constante desde o princípio da constituição da igreja AD, que nasce de uma cisão ocorrida dentro da Igreja Batista de Belém. Nesse sentido, as cisões são resultantes das lutas por hegemonia e, ademais, constituem um fator de territorialização entre os pentecostais. Essas constantes disputas internas levaram a referida instituição a dividir em Ministérios o território físico e simbólico onde já havia se estabelecido e naquele que pretendia se estabelecer. Segundo Marina Aparecida Correa (2015):

[...] na década de 40, as igrejas ADs criaram um sistema único denominado de Ministérios, em seu meio para evitar a invasão de Campo. Até essa época, existiam várias igrejas em um único local dificultando o trabalho de evangelização assembleiana, formada geralmente por pequenas igrejas. Dessa forma, as pequenas igrejas foram dissolvidas formando uma única igreja denominada de Ministério em cada cidade, para que houvesse unidade entre as igrejas locais, evitando-se, assim, possíveis lutas em torno do poder. (CORREA, 2015, p. 223).

Na década de 1940, o objetivo das territorializações da AD era a organização da Igreja

em esfera local e a construção de novos territórios físicos e simbólicos. A centralização do poder a partir da escala regional, que visava a evitar atritos, era vista como uma possível solução para as disputas envolvendo as várias ADs de uma mesma cidade ou região. Essas igrejas, mesmo que isso não fosse uma regra, começavam por iniciativa própria de algum membro. Esse, após contar com um número considerável de fieis, procurava a liderança da Igreja para que fosse integrado aos quadros da instituição. No entanto, esse modelo gerava conflitos uma vez que não havia uma coordenação centralizada. A apropriação e dominação desses espaços, com a criação dos Ministérios, foi a solução encontrada, e representava um processo de transformação nesse momento vivido pela igreja.

O curso da territorialização de um grupo é resultado de um conjunto de fatores que estão ligados ao tempo e ao espaço. Nesse sentido, as territorializações são parte de um momento que reflete os interesses reivindicatórios de um grupo dentro de um contexto histórico específico. Esses interesses fazem parte de um jogo de forças que leva a transformações no conjunto de uma comunidade. Na década de 1940, as territorializações ocorreram em função das transformações na organização hierárquica e administrativa pelas quais a AD passava no período. A instituição havia iniciado, nos anos de 1930, um processo de estruturação que levou a inúmeras tensões entre os pastores brasileiros e os missionários suecos. Isso, inclusive, possibilitou a realização da primeira CGADB, tornando os processos de territorialização propícios a lutas entre os agentes sociais.

É nesse contexto que se insere a criação dos ministérios. Portanto, o processo de territorialização da AD passa também pela importância que os ministérios foram adquirindo ao longo do tempo na estrutura organizacional da instituição. A AD decidiu adotar o sistema de ministério com o objetivo de evitar as cisões; porém, tal intento não foi alcançado. As cisões continuaram ocorrendo mesmo com a criação dos ditos ministérios, e foi por meio deles que a referida Igreja foi sendo territorializada no interior do Brasil. Os ministérios são construções simbólicas e em rede que buscam construir um território por meio da apropriação de um espaço simbólico e físico. Essa construção tinha como objetivo dar aos assembleianos a possibilidade de exercer a hegemonia religiosa em uma dada região. De posse desse poder religioso, enveredava-se no campo político.

Nesse sentido, os ministérios são núcleos de poder que transitam do campo religioso ao político. As ações de territorialização da AD por meio dos ministérios seguem a lógica dos conflitos. Os agentes sociais envolvidos nesse processo atuam para delimitar uma fatia do mercado religioso. Assim, os processos de territorialização são cercados por conflitos de interesses entre a nova empresa de salvação e as que já estão estabelecidas. Ao

desterritorializar, os ministérios trazem novos valores, criando novas territorialidades, como a agenda dos costumes. São valores ligados a costumes, como a maneira de trajar dos fiéis, partilhados e usados pelos assembleianos para dar significado ao lugar onde se territorializaram.

Segundo Maxwell Pinheiro Fajardo, “[...] a AD no Brasil é uma Igreja que cresce enquanto se fragmenta.” (2015, p. 1). Essa fragmentação diz respeito aos ministérios. Mas, mesmo fragmentada, a AD possui duas convenções gerais: a CGADB e a Conamade. A criação dessa última ocorreu em 1989, após uma disputa por poder envolvendo os líderes assembleianos:

Em 1989, a CGADB promoveu uma Assembleia Geral Extraordinária na cidade de Salvador-BA, quando foi decidido pelo desligamento dos pastores do Ministério de Madureira, por força de dispositivo estatutário que impede ao ministro pertencer a mais de uma convenção nacional. Os ministros do Ministério de Madureira optaram por manter a existência da então recém-criada Convenção Nacional de Ministros da AD de Madureira (CONAMAD), abrindo com isso uma dissidência na igreja (CGADB, 2020).

A criação dos ministérios, entre os anos de 1930 e 1940, visava a resolver o problema das dissidências dentro da Igreja. A fragmentação da AD em ministérios atendia aos interesses dos brasileiros em relação aos rumos administrativos que a Igreja deveria adotar. Essa estrutura atendia, em especial, os interesses das lideranças nordestinas e nortistas uma vez que o coronelismo era o modelo político dominante nessas duas regiões.

Portanto, as décadas de 1930 e 1940 foram decisivas para os rumos da AD no Brasil. As resoluções tomadas nesse período, concernentes ao futuro da Igreja, tiveram reflexo nas décadas seguintes. A transferência da direção dos trabalhos aos brasileiros e a interiorização da Igreja são exemplos dessas decisões. Segundo Bertone de Oliveira Sousa (2011), a partir da década de 1940,

[...] a Convenção decide incentivar seus missionários a pregar e abrir igrejas pelo interior do país, não devendo se preocupar com o valor que a igreja lhes pagaria e nem com o conforto, pois, segundo relatório daquele ano, “deveriam visar ao crescimento da obra, não colocando as dificuldades financeiras como obstáculo à expansão da igreja. (CPAD, 2004 *apud* SOUSA, 2011, p. 58).

Várias vertentes do protestantismo, e mesmo de algumas ordens da Igreja católica, tinham interesse na região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins, pelo menos, desde o início do século XX (BRAGA, 2021). Nesse sentido, o autor menciona a presença de missionários batistas, em 1910, na região. Essa parte dos sertões nordestino e nortista chamou a atenção

não somente das instituições religiosas brasileiras, mas também de algumas igrejas europeias, cujos especialistas haviam sido enviados a Carolina, cidade maranhense que fica às margens do rio Tocantins (BRAGA, 2021). Essa cidade foi o ponto inicial de territorialização para as várias vertentes do cristianismo na região Araguaia-Tocantins. Carolina foi a cidade escolhida para receber as inúmeras denominações protestantes chegadas nesse território. Foi por Carolina que os missionários iniciaram o processo de territorialização e disputa religiosa nos vales do Araguaia e Tocantins. Mesmo com o avanço das Igrejas Evangélicas sobre esse território, a AD foi uma das últimas Igrejas evangélicas a se territorializar na região, processo esse iniciado já no final da década de 1940.

Um ponto relevante nesse processo de territorialização foi a presença de missionários independentes. (BRAGA, 2021, p. 368). A vinda desses agentes sociais para o vale Araguaia-Tocantins tinha a finalidade de criar um território físico e simbólico que atendessem aos padrões morais e civilizatórios desses religiosos, e ocorreu antes mesmo da presença de uma estrutura organizacional que representasse uma determinada instituição protestante ou mesmo católica. Esses agentes especializados, em boa parte, eram enviados da Europa e dos Estados Unidos. Segundo Cristiano Marinho Braga (2021):

Esses missionários não faziam parte da convenção batista que fundou a igreja de Carolina, mas segundo Santos, eram eles das „chamadas Igrejas Batistas Livres, independentes ou Igrejas Cristãs, localizadas no interior do Estado (Maranhão), cujos mantenedores eram grupos ingleses residentes na Europa. (BRAGA, 2021, p. 368).

As citações demonstram o quanto o vale dos rios Araguaia e Tocantins despertava o interesse dos mais variados grupos de religiosos, nacionais e estrangeiros. O objetivo desses religiosos era se apropriarem desse espaço e transformá-lo em um território simbólico religioso. Tanto assembleianos como batistas tinham o mesmo objetivo. Na primeira citação, a AD estimula seus missionários a partirem para o interior do Brasil com a ressalva de que eles não deveriam se preocupar com o lado financeiro. Essa é uma característica da instituição pentecostal. Segundo o seu corpo de especialistas, “Deus providenciaria tudo.” Fazendo um paralelo com a segunda citação, quando os missionários batistas chegavam à citada região, contavam com um grupo que os mantinha. Mas os dois grupos convergiam quando o assunto versava sobre os missionários independentes presentes na região. No ano de 1947, o pastor Armando Chaves Cohen chega à cidade de Carolina, enviado pela AD de Belém, sendo recepcionado por um missionário húngaro que atendia pelo nome de João Jonas. Essa foi a primeira das três passagens de Cohen por Carolina.

Na primeira citação, é feita uma referência à convenção CGADB que, por várias décadas, foi a única convenção a nível nacional entre os assembleianos. Ela funcionava como uma instância de decisão para as lideranças da AD. A hegemonia da CGADB durou até sua cisão com o ministério de Madureira em 1989. A decisão de enviar missionários para o interior do País partiu dessa convenção, à qual coube dar as instruções necessárias acerca do assunto. Da mesma forma, a partida de seus missionários em direção a uma região desconhecida, sem terem que se preocupar com salário, foi uma determinação da convenção, configurando uma busca por exercer o monopólio da gestão dos bens de salvação. Para tanto, tem-se lançado à apropriação de territórios, tendo como lema o seguinte *slogan*: “Deus providencia tudo”. Essa expressão é envolta por um poder simbólico, uma vez que aqueles que se submetem a essa ideia procuram dar-lhe um caráter divino, ou seja, não a reconhecem enquanto uma forma de poder.

O campo religioso é, por assim dizer, uma das preferidas áreas de atuação do simbólico. Para dar significado às suas práticas, os elementos usados pelos agentes sociais que integram esse campo versam sobre o sagrado. Ao dizer que o missionário deveria ajudar a igreja a crescer sem se preocupar com salário, a liderança da instituição expressa uma ideia que tem movido as práticas desse grupo. O crescimento da Igreja, em grande parte, teve base nessa premissa; foi em torno desse poder simbólico travestido de sagrado que a AD foi se territorializando e construindo o seu território. A interiorização da cultura pentecostal no norte de Goiás (atual Tocantins) — mais especificamente nos vales dos rios Araguaia e Tocantins — deu-se nesse contexto.

Para entender o processo de desterritorialização da AD nessa região e das demais instituições religiosas, é necessário que percorramos dois caminhos. Primeiro, antes mesmo de a Convenção Estadual do Pará (Belém) enviar o Pastor Armando Chaves Cohen para a cidade de Carolina no Maranhão, para que ele pudesse criar, a partir dessa cidade, um serviço de evangelização, já havia agentes religiosos especializados e independentes que realizavam esse trabalho sem necessariamente estar ligados a uma instituição. Nesse sentido, a criação de uma igreja em Carolina (em 1947) e a fundação do Ministério Seta (em 1952), na mesma cidade (SOUSA, 2011, p. 66) visavam a atender os interesses da Igreja de Belém no sentido de que ela pudesse agregar em seus templos as “almas conquistadas” no concorrido mercado religioso. Segundo Cohen (1985), quando chegou à Carolina, ficou surpreso com a recepção que lhe foi preparada, uma vez que acreditava não haver “crente” nessa cidade. Em sua autobiografia, intitulada *Minha Vida*, o pastor e autor narra sua chegada à cidade maranhense:

No dia 8 de abril de 1947, viajamos pelas Aerovias Brasil e chegamos a Carolina. Minha surpresa foi grande – estava a nossa espera um bom grupo de irmãos liderados pelos pastores Alcebíades Pereira Vasconcelos, então apascentando a Igreja em Marabá, Pará, e Israel Oliveira, de Tocantinópolis, Goiás...eu sabia que, em Carolina, não morava nenhum crente, e a perspectiva era que eu chegasse à cidade e procurasse me arranjar por mim mesmo, como Deus permitisse...aqueles irmãos eram de uma congregação que distava três léguas de Carolina, de um lugar chamado Santa Luz, no município de Filadélfia, estado de Goiás. Essa congregação era liderada pelo diácono Severo Bispo da Silveira, e tinha como pastor um evangelista itinerante, o qual desbravou o estado do Maranhão e parte de Goiás, chamado João Jonas, um húngaro radicado no Brasil. (1985, p. 115).

A presença de um pastor itinerante e estrangeiro na região mostra as inúmeras maneiras que o pentecostalismo tem utilizado para se territorializar pelo Brasil; da mesma forma, a presença de pastores no extremo norte de Goiás, na cidade de Tocantinópolis, e no sudeste do Pará, em Marabá, evidenciam o interesse da AD em territorializar toda a região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins, que é composta justamente pelos estados de Tocantins, sul do Maranhão e sul/sudeste do Pará. Assim, principalmente a partir de 1940, a AD conseguiu fazer-se presente em praticamente todas as cinco regiões do Brasil. A falta de estrutura não impediu as suas práticas proselitistas, pois a ausência de uma igreja estruturalmente forte foi sendo suprida por ações individuais de agentes que tinham de alguma forma identificação com a cultura pentecostal. Esse modelo de igreja independente, em alguma medida, lembra o formato de igreja que os suecos vinham defendendo.

A citação anterior revela, também, uma visão que é recorrente entre os líderes assembleianos: que os pastores teriam contribuído para o “desbravamento” da região. A ideia de desbravamento presente no texto remete a uma interpretação eurocêntrica de cultura. Os agentes sociais que habitavam o então norte goiano deveriam percorrer um longo caminho civilizatório até atingir o estágio que se encontrava algumas regiões no Brasil. Nesse percurso nada melhor do que poder contar com o auxílio de um húngaro. Nesse contexto, os pastores são tratados como heróis por serem eles, segundo os seus pares, os portadores de uma ideia de progresso civilizatório que chegaria à região, em parte, por intermédio das suas mãos. Portanto, nesse território cultura e civilização são feitas sinônimos na luta simbólica travada pelos especialistas da AD. Assim, a cultura pentecostal seria o elo que conduziria os povos dos vales dos rios Araguaia e Tocantins ao progresso material, intelectual, espiritual e moral. Esses valores seriam os elementos que conduziriam esses ribeirinhos ao mundo civilizado. Nesse processo civilizatório e colonizador, as crenças e a moral vividas pelos agentes sociais da região eram valores que não correspondiam aos praticados no mundo civilizado. Nesse sentido, precisavam ser substituídos por novos valores que os aproximassem da civilização cristã e europeia. Nesse processo de territorialização as práticas religiosas dos ribeirinhos, como as



de matrizes africanas e o catolicismo seriam as primeiras a serem combatidas pela missão de evangelização e civilização da AD de Belém. Levando, assim, a novas territorialidades religiosas baseadas na crença pentecostal.

A chegada do Pastor Cohen, ao vale dos rios Araguaia e Tocantins, com a missão de organizar a AD na região, revela essa visão civilizatória que a citada Igreja possuía. O processo civilizatório empreendido por uma instituição religiosa além de objetivar a levar “boas maneiras” a um povo dito não civilizado visava também atribuir novos significados às condutas morais partilhadas por um determinado grupo social. Os valores ligados aos comportamentos morais, como as vestimentas, a obrigatoriedade de casamento no civil para ter o direito de participar das instâncias da Igreja, revelam o caráter conservador do processo civilizatório almejado pela instituição. A moral ligada a uma pauta dos costumes tem sido um dos elementos de territorialidade para os assembleianos, como enuncia o pastor James:

A toda prática que não agrada a Deus, dessa questão que você citou em que você falou aí, da diferencia dos pentecostais conservadores, e os neopentecostais, que os neopentecostais não têm mais as questões de uso e costumes, que as pessoas acham que são apenas os usos e costumes, mas esses usos e costumes estão vinculados a doutrina da salvação. (entrevista concedida pelo Pastor James Barbosa em 03/03/2020).

O referido pastor levanta o argumento da diferenciação entre os pentecostais e os neopentecostais, defendendo que os primeiros aderem à pauta dos usos e costumes, enquanto os segundos teriam abandonados os valores conservadores cristãos, Além disso, esse elemento de diferenciação remete ao modelo de territorialização que os pentecostais da AD de Araguaína pretendem estabelecer como norma: aquela que reivindica padrões conservadores como doutrina, ou seja, como bem e salvação e conseqüentemente como instrumento civilizatório. Os interesses da Igreja em se apropriar de um espaço cujos valores, segundo o seu corpo de especialistas, não atendiam aos padrões ditos civilizatórios juntamente com a pretensão da AD em “evangelizar” o interior do Brasil, através da construção de um território simbólico que tivesse na cultura pentecostal o elemento que articularia todos os demais componentes do território, encontraram na defesa dos usos e costumes o elemento “civilizatório” que possibilitou a ela atingir os seus objetivos. Nesse sentido, cultura e civilização são conceitos que são mobilizados com o intuito de atingir os fins almejados pela instituição. Segundo Raymond Williams “civilização e cultura novamente se confundem, como estados vindos do passado e não como processos em evolução”. (1979, p. 21).

A apropriação dos valores relacionados aos usos e costumes pelos assembleianos é

uma construção simbólica. É por meio dessa construção que a AD vai se territorializando e ampliando o seu universo de atuação. Essa construção discursiva relacionada com o conservadorismo sinaliza uma postura que a instituição vem adotando ao longo dos anos nas várias áreas em que têm atuado. Assim, os valores conservadores são um conjunto de elementos discursivo que tem dado poder simbólico aos assembleianos.

É em meio a um processo de nacionalização da instituição, de interiorização dos pentecostais pelo Brasil que a Igreja Evangélica AD chega ao antigo norte de Goiás e conseqüentemente a Araguaína. A territorialização da AD pelos vales dos rios Araguaia e Tocantins ocorreu em duas fases. Todas elas têm relação com a passagem de Cohen por Carolina. Os anos nos quais Cohen passou por Carolina para implantar a AD foram: 1947, quando inicia os trabalhos de evangelização; regressando para Belém em dezembro de 1950 uma vez que a Igreja de Carolina pertencia ao Ministério de Belém. Voltando em dezembro de 1952 para fundar o Ministério Seta onde permaneceu até 1955. (Cohen, 1985, p. 152).

### **2.3 A Territorialização dos Pentecostais nos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins**

A Igreja Evangélica AD chega aos vales dos Rios Araguaia e Tocantins na década de 1940. Nesse período, a denominação já havia passado por inúmeras transformações em sua estrutura a nível nacional como, por exemplo, a transferência da liderança dos trabalhos dos suecos para os pastores brasileiros. Segundo Ricardo Mariano “desde os anos 50 o pentecostalismo cresce muito no Brasil”. (2008, p. 69). Assim sendo, a chegada dos assembleianos à localidade acima mencionada coincide com o período de expansão e de territorialização da cultura pentecostal em solo brasileiro. A referida Igreja começa o seu processo de territorialização institucional através dos vales dos rios Araguaia Tocantins a partir de uma base de “evangelização” que foi montada em Carolina-MA, cidade limítrofe com o norte de Goiás à época. A Igreja de Belém envia o Pastor Cohen (COHEN, 1985) para a cidade de Carolina, em parte, pela sua localização geográfica, mas também porque a sede do município já contava com certa infra-estrutura como um aeroporto, com linha aérea, que a interligava com outras regiões do país. Cristiano Marinho Braga citando os memorialistas de Carolina que escreveram sobre a cidade e sua importância para a época em análise diz

Na visão dos memorialistas da cidade, nas décadas de 1940 e 1950, Carolina era próspera – possuía uma economia crescente e tinha certa influência na região. Era, além do mais uma cidade que fazia a ligação fluvial com outras cidades da região norte, “especialmente com Belém, capital do Estado do Pará, com as cidades vizinhas de Porto Franco, Boa Vista (atual Tocantinópolis) e também com Pedro Afonso, até

chegar a Porto Nacional” (NETO, 1979, p. 74, *apud* BRAGA, 2021, p. 371).

O processo de territorialização iniciado por Carolina se deu através de ações prosélicas. Essa é a principal ação de territorialização que a AD utiliza para “disputar as almas” no mercado religioso, no caso em questão, dos sertanejos dos vales do Araguaia Tocantins.

No mesmo dia, sempre ansioso para falar de Jesus a alguém, fui visitar nosso amigo, que nos cedeu sua casa para o culto de minha posse. A família dele estava presente e, daquela maneira hospitaleira e educada de todo o carolinense, eles me ouviram falar de Jesus e aceitaram o convite para ir à noite ao culto em nosso salão. (COHEN, 1985, 118).

Essa citação extraída da autobiografia do Pastor Armando Chaves Cohen mostra como os pentecostais por intermédio da AD territorializaram suas crenças nos vales dos rios Araguaia e Tocantins: através de práticas prosélicas e com sutilezas por parte dos pastores para ganhar a confiança dos moradores. A nova empresa de salvação foi se tornando parte da paisagem local e ao mesmo tempo construindo representações sobre o território em disputa com outros credos religiosos. A visita a casa do morador de Carolina para “falar de Jesus” demonstra a maneira persuasiva que os pentecostais utilizam para conquistar novos fieis. Sem se preocupar com a possibilidade de o proprietário da casa já confessar algum credo religioso o pastor Cohen o aborda, segundo ele, para “falar de Jesus”. As práticas prosélicas sempre foram um fator de territorialidade na AD. Converter novas pessoas se apropriando de novos territórios era o objetivo da Igreja de Belém e a viagem do pastor Cohen para os vales do Araguaia e Tocantins se deu dentro desse contexto. A apropriação dos territórios físicos (vales Araguaia e Tocantins) e simbólicos (as crenças religiosas) por parte da AD de Belém se deu através dos símbolos pentecostais. O pentecostalismo é uma doutrina que se baseia no livro bíblico de Atos dos apóstolos. Segundo essa doutrina alguns fieis após serem “batizados com o espírito santo” receberiam dons.

Entre esses dons especiais estaria justamente o de revelação. Segundo relato do pastor Cohen antes mesmo de ele vir para a cidade de Carolina ou mesmo de conhecê-la teve um sonho com a mesma, o que três anos depois viria a se cumprir. Segundo Maxwell Pinheiro Fajardo (2015, p. 174) esse é um “elemento fundamental no imaginário assembleiano”. Mas mesmo tendo atribuído aos desígnios divinos a sua vinda para a referida cidade o fato é que a Igreja em Belém já tinha a intenção de ter um representante nos vales Araguaia Tocantins como estratégia para ampliar o seu número de fieis

O que passo a relatar se passou no ano de 1944, quando eu ainda estava no exército e nem ao menos pensava em ser consagrado e sair para trabalhar na Seara do senhor [...] quando, em uma bela noite, durante um sono tranquilo e feliz, tive um sonho tão claro e perfeito que não tive dúvida em afirmar que era uma revelação. Sonhei que estava andando com dois companheiros – um invisível pra mim, mas era com quem eu conversava, enquanto o outro era uma criança, muito loura e bonita, com cachos que chegavam à altura dos ombros, aparentando cerca de quatro anos[...] -, o companheiro que falava comigo disse: “aqui é um lugar muito bom e farto. Aqui na margem do rio mora um feiticeiro”[...] Entramos em uma cidade, andamos por várias ruas e eu reparei bem no tipo das casas: construção antiga, casas baixas, mas que davam a ideia de grandes mansões. Passamos por algumas ruas de casas cobertas de palhas. Chamou-me atenção aquele tipo de cobertura (eu conheço muitos tipos de cobertura, como se faz com a palha, mas aquele me era desconhecido), via muito bem como era feita e estava apto a descrevê-la. Por fim, saímos em uma avenida muito larga e, bem no centro dessa avenida, havia uma pequena praça. Lá chegando, cheguei a me sentar em um banco de pedra, de onde fiquei contemplando as casas e a própria praça, pois a noite era bem clara e havia boa visibilidade. Levantei-me e continuamos mais um pouco. No sonho, já era cinco horas da manhã [...] era 1947. Três anos já se haviam passado... e agora me encontrava na cidade de Carolina, sentado em um banco de pedra de uma pequena praça, no centro daquela avenida larga[...] comecei a olhar para todos os lados – a praça, a avenida larga, as casas, a noite bem clara, que, ajudada pela iluminação pública, facilitava bem a visibilidade, e examinei o banco em que estava sentado, dizendo a mim mesmo: “Não há dúvida. Foi aqui mesmo que eu estive em sonho. E está é a cidade para onde eu tinha de vir. Louvado seja o senhor! Ele me revelou e tudo deu certo. Graças a Deus. (COHEN 1985, p. 116 a 118).

A narrativa do pastor descrevendo com detalhes como era a cidade maranhense quando da sua chegada, segundo ele, foi apenas uma confirmação do que ele já havia visto em sonhos. A narrativa além de trazer aspectos detalhados sobre a urbanização da cidade, revelando como eram as ruas, as construções das casas, traz também um olhar eurocêntrico que acompanhava o representante da Igreja de Belém. Ao descrever as pessoas que o acompanhava ele se refere a uma delas como sendo uma criança loira. Tudo leva a crer que essa descrição destoa dos moradores de Carolina no período referido pelo pastor Cohen. Se a dita revelação que o pastor teria recebido era sobre a cidade do sul do maranhão esse personagem que o acompanhava provavelmente não seria um dos moradores.

A forma como os pentecostais atribuem sentido ao mundo é determinado pelos elementos simbólicos. A narrativa elaborada pelo pastor Cohen sobre a sua chegada a Carolina se insere nesse contexto das produções simbólicas. A estruturação de uma sociedade pautada nos valores morais por parte dos assembleianos passa pela teologia pentecostal. É por meio dela que os pentecostais vão organizando o mundo natural e social. O citado pastor atribui significado a sua presença na referida cidade a sua crença nos “chamados dons espirituais”. É esse conjunto simbólico que constrói e dá sentido ao universo pentecostal. Segundo Bourdieu

A religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente

fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos. (BOURDIEU, 1982, p. 33).

Ao procurar justificar as suas decisões e da instituição a qual representava por meio da religião, o pastor Cohen busca colocar a sua crença como legítima e verdadeira em relação às demais. Para isso, as crenças existentes nos vales Araguaia Tocantins precisavam ser diminuídas de importância. Ao se referir a um praticante de outra religião como sendo um “feiticeiro” ele se coloca na condição de representante de Deus. Logo, outras forças religiosas precisavam ser combatidas. É nesse contexto que a Igreja Evangélica AD chega à região do vale Araguaia e Tocantins, e mais especificamente a Araguaína, que à época pertencia ao norte de Goiás, hoje estado de Tocantins.

### **3 TERRITORIALIZAÇÃO E CONSERVADORISMO NA CULTURA POLÍTICA DA AD EM ARAGUAÍNA**

Neste capítulo, vamos discutir a construção da territorialização da AD em Araguaína, partindo da análise de duas dimensões: primeiro, a territorialização material, quando essa igreja construiu seu território com a ocupação espacial das áreas localizadas em Araguaína, desde antes dessa vir a se tornar uma cidade. Segundo, após a consolidação territorial da AD em Araguaína, a interferência do conservadorismo na construção de uma pauta de costumes que entroniza a referida igreja em uma dada cultura política na cidade em questão e que se dá por meio de um processo de territorialização simbólica que visa ao controle dos costumes e práticas dos leigos.

Sobre a dimensão simbólica do território em estudo, retomemos Rogério Haesbaert, o qual defende não haver grupo social ou indivíduo sem território, ou seja, sem uma relação complexa com o território em seus modos materiais e simbólicos. (HAESBAERT, 2016). Nesse sentido, o território é a base da existência humana, e sua apropriação, em diversas facetas e formas do magma sociocultural, faz com que a vida seja possível. Indo além do material, as vivências humanas constituem-se por meio das “relações de domínio e apropriação do espaço, ou seja, nossas mediações espaciais do poder, poder em sentido amplo, que se estende do mais concreto ao mais simbólico” (HAESBAERT, 2016, p. 339). Esses territórios simbólicos são permeados e atravessados pelas religiões, circunstâncias nas quais espaços físicos da igreja mesclam-se com as narrativas, com o imaginário religioso e com as relações de poder e dominação entre sujeitos e campos.

O território agrega todas as faces humanas e desenvolve sua territorialização como “uma construção de uma experiência integrada do espaço” (HAESBAERT, 2016, p. 341). Desse modo, a territorialidade da Igreja AD Seta de Araguaína está associada a eventos culturais e religiosos, assim como a intervenções políticas no privado e no público. Sua territorialização se expressa em espaços e tempos distintos, é uma via que se entrecruza, pela vida urbana, grupos sociais, entre o sagrado e o profano, como veremos no decorrer desse capítulo.

### 3.1 Territorialização da AD em Araguaína: Primeiros Passos e Disputas

Araguaína era um pequeno povoado conhecido pelo nome de Lontra. O lugarejo, por sua vez, fazia parte do município de Filadélfia, norte de Goiás. Esta última era a sede do município e fazia fronteira com a cidade de Carolina, sul do Maranhão, de onde partia a evangelização realizada pela AD. Somente em novembro de 1958, o Povoado Lontra consegue sua emancipação política, passando a ser nomeado de Araguaína. Portanto, a chegada dessa denominação evangélica ao território em questão se deu antes mesmo da criação do próprio município. Segundo o pastor Paulo Martins<sup>5</sup>

A minha denominação. Ela chega em Araguaína na década de 1940. Já no final da década 1948... A época chamava Lontra. E ela vem de uma, uma base missionária que foi estabelecida em Carolina. Uma base missionária chamada de serviço de evangelização das regiões do Tocantins e Araguaia... Foi fundada pelo pastor é...é...é... Armando Chaves Cohen. Ele era de Belém(Entrevista com Paulo Martins Neto, em 28/ 11/2019).

A fala do pastor nos remete a uma narrativa sobre a territorialização da AD na região. Essa narrativa nos leva a inferir sobre a relevância que teve Belém durante o processo de territorialização dessa denominação pentecostal. Foi a partir dessa cidade que novas fronteiras foram sendo abertas para que os assembleianos pudessem divulgar o seu discurso proselitista. A citada Igreja chega a Araguaína somente depois de trinta e oito anos da sua implantação no Brasil, mesmo com a proximidade entre os estados do Pará e Tocantins. Belém não foi apenas o local de fundação da AD, mas também o ponto de irradiação por onde ela se territorializou para todo o território nacional.

O processo de territorialização da referida Igreja, em Araguaína, foi marcado por disputas entre os vários grupos religiosos que visavam exercer o monopólio da gestão dos bens de salvação. O campo religioso é um território caracterizado por acirradas lutas entre as instituições que buscam exercer hegemonia. As relações de concorrência entre os especialistas e a fragmentação desse campo são dois elementos que contribuem para a competição pelo monopólio da gestão dos bens de salvação. A AD ao chega a Araguaína encontra outros grupos religiosos já estabelecidos, caso da Igreja Católica. A chegada de uma nova empresa de salvação à cidade leva ao surgimento de atritos visando à reserva de mercado.

Na cidade de Araguaína, a AD estende seu processo de territorialização entre o final da década de 1940 e meados de 1960. Segundo relatos da narradora Antonia Salazar eram comuns

---

<sup>5</sup> Pastor Paulo Martins Neto é Pastor Presidente da Igreja Evangélica AD em Araguaína-TO; e presidente da CIADSETA-TO.

os atritos envolvendo os assembleianos e os moradores locais. Os conflitos acompanham as territorializações simbólicas e físicas em um determinado território, ou seja, eles fazem parte desse processo. Ao relatar os trabalhos de evangelização assembleianos em curso nos anos de 1960, Salazar traz à memória algumas contendas que teriam existido entre os pentecostais e os católicos em Araguaína

E da entrada onde hoje é vila aliança, que era um comércio dum irmão, tinha na casa dele. Ele dava a sala, era os cultos. Os malandros iam de baladeira jogar pedra pra quebrar a lâmpada, o vidro do lampião... Maldade! Não gostava de pregação do evangelho. Eles achavam uma coisa contraditória, pra eles deveria ser só o catolicismo. E de malandragem mesmo, era de malandragem. Pra fazer ah, o pastor ser contrariado. (Entrevista concedida por Antônia Salazar de Freitas em 11/02/2020).

O trecho acima é relevante para compreendermos como se deu o processo de territorialização da AD em Araguaína e no Brasil. A narrativa começa detalhando a forma empregada pela Igreja para se territorializar pela cidade, ou seja, através da prática da nucleação. Essa prática de evangelização ocorre quando um fiel cede a sua casa para a realização dos primeiros cultos no bairro onde reside. Para Mônica Sampaio Machado (1997) esse é um importante meio de pregação para os pentecostais, oriundo da AD. Portanto, os trabalhos começam sem a presença física dos templos que posteriormente são erguidos pela instituição. As territorializações são norteadas por um conjunto de fatores físicos e simbólicos. A citação acima faz menção a territorialização física, pois a chegada da Igreja nas proximidades da Vila Aliança, bairro de Araguaína, corresponde à conquista de um território físico e simbólico.

Esse território simbólico é constituído a partir de uma ideia de oposição entre o sagrado e o profano. O homem religioso ao se opor as práticas sociais e religiosas tidas por ele por profanas provoca uma ruptura que leva à formação do território sagrado. Nesse sentido, é esse contraste em relação à determinada visão de mundo que opõe o homem religioso àquele denominado de “profano”. Ou seja, a elaboração de um conjunto de normas de sentido moral em Araguaína, por parte do homem religioso pentecostal, entrou em contradição com as existentes. É essa ruptura provocada por novos costumes em função da chegada de uma nova empresa de salvação que levou à criação do território pentecostal assembleiano.

No entanto, o relato de Antonia Salazar mostra também como os processos de territorialização podem ser conflituosos. Em alguns casos chegando ao confronto físico. As territorializações pentecostais trazem novas práticas que fazem com que surjam novas territorialidades: são os novos valores simbólicos desterritorializados, como a glossolalia, que levam ao acirramento



entre os grupos em disputa. A presença de um grupo pentecostal ligado à AD se reunindo na casa de um morador do citado bairro foi o suficiente para despertar em alguns católicos da localidade o desejo de combater as práticas religiosas partilhadas pela nova agremiação desterritorializada. No caso do relato de dona Antônia, observamos que os católicos recorreram em alguns momentos ao uso da violência física para tentar dissuadir por meio do medo a nova empresa de salvação.

De fato, o processo de territorialização simbólico e físico da AD, em Araguaína, foi marcado por disputas externas com outras ideologias religiosas, em especial, o catolicismo. Ao mesmo tempo, internamente, começou a viver os seus conflitos como foi com o Ministério de Madureira. À medida que a cidade foi crescendo, a AD Seta participou desse processo através dos grupos de nucleação e pontos de pregação. Para Machado (1997, p. 40) “a nucleação é uma prática informal, através da qual um crente ou um pastor reúne em sua casa, ou mesmo em qualquer outro lugar um pequeno grupo de não crentes curiosos em conhecer a Bíblia”.

Em Araguaína, a Igreja deu os seus primeiros passos onde hoje está localizada a região central da cidade. É a partir desse ponto que ela foi se territorializando por toda a cidade, criando um território em rede cujo termo diferenciador é a cultura pentecostal que partilha crenças como a “cura divina”. Ela inicia a sua territorialização seguindo uma tendência das ADs no Brasil: o proselitismo assembleiano, o qual atinge principalmente as camadas mais subalternas da população. Os trabalhadores são os que mais vão ao encontro dos produtores de bens de salvação. Na citada cidade ela começa o seu processo de territorialização justamente por um bairro de trabalhadores. Ao narrar a expansão da instituição pela municipalidade Antonia Salazar diz

Nenhuma outra. Nenhuma, nenhuma, nenhuma. Tudo congregava ali. Até que quando eu casei, foi pesado. Os membros, não sei se você ouviu falar, que lá no JK, era o gaúcho, no rio lontra. Então veio essa empresa desse Gaúcho e muitos eram empregados lá. Onde o vice-presidente da nossa igreja, que auxiliava o meu esposo, senhor Agenor, que já é falecido. Ele era um dos chefes, gerentes das máquinas, no gaúcho. Então rapazes, moças, famílias, vinham de pé, do JK, pra congregar. Geralmente vinha no sábado, ficava na casa dos irmãos...E depois a dos Barros, que também era um pouco pregado. Então nós íamos durante a semana, fazia aquela visita semanal, uma semana nos Barros, outra semana no JK e outra semana chamava no Laranjeira, Água amarela, Aqui pro fundo pra onde hoje é o jardim dos Ipês. Então era essa a rotina.(Entrevista concedida por Antônia Salazar em 11/02/2020).

Considerando o relato de dona Antonia Salazar, a AD em Araguaína parte do centro em direção aos setores mais afastados: JK, Barros e Água Amarela; sendo esses bairros constituídos, em sua maior parte, por trabalhadores de baixa renda. JK e Barros são bairros

que se localizam às margens da rodovia Belém-Brasília, ou seja, estão distantes do centro da cidade, tendo o bairro JK servido como ponto de apoio para a construção da referida rodovia. De fato, a abertura da rodovia federal atraiu vários operários para a cidade, dentre eles havia vários frequentadores da AD. Nesse sentido, a construção da rodovia contribuiu para o processo de territorialização da cultura pentecostal na cidade, o que evidencia o fato de que a mensagem pentecostal alcança principalmente aqueles que estão na base da pirâmide social.

As motivações que levam um agente a se aproximar da religião são bastante complexas. É um processo que vai muito além da posição social e envolvem o habitus do agente social e as experiências que são vividas e experimentadas por ele no seu cotidiano. As pessoas vivem as suas experiências e por meio delas vão dando sentido às suas ações. Nesse sentido, não se trata apenas dos significados que são atribuídos pelos pastores aos momentos de culto, se revelando também um momento de socialização para os fiéis. Assim, é possível inferir do relato acima, de dona Antonia Salazar, que os fiéis que se deslocavam do JK aos finais de semana com a finalidade de assistir aos cultos procuravam muito mais do que viver alguns minutos de celebração religiosa, significando a oportunidade de encontrar os seus pares após uma semana dura de trabalho.

O fato de se hospedarem na casa de amigos ou mesmo de parentes enquanto esperavam a celebração religiosa denota a importância que tinha esses momentos na vida dessas pessoas. Era a oportunidade de colocarem as conversas em dia ou mesmo de resolverem alguns problemas pendentes. Se não existisse o fator religioso para esses agentes, momentos assim eram mais escassos. Já para outros a religião pode significar a solução para os seus problemas. Nesse sentido, se aproximar de uma instituição religiosa é percebido como a possibilidade de dias melhores. Quando questionada sobre o porquê da sua ida para a AD Antonia Vieira deu a seguinte justificativa:

O motivo específico foi só sofrimento. Muito sofrimento. Sabe? E também que igual eu te falei que eu comecei lê a palavra, e aí Deus começou a falar comigo, né? Que eu tava errada. É! E eu dizia sempre: senhor, se eu tiver errada nesse caminho, me ensina! Me ensina o caminho certo que eu não quero ir para aquele fogo que a minha mãe falava. Aquele fogo do purgatório. Aí até quando Deus abriu a minha mente, meu coração, sabe? E nesse dia foi dentro da minha casa quando Deus me revelou a salvação. (Entrevista concedida por Antônia Vieira Bonfim, em 24/10/2020).

A interlocutora ao comentar os motivos da sua adesão a AD apresenta em primeiro plano o “sofrimento” como sendo a principal causa, mas no decorrer da narrativa ela vai articulando à sua fala as agruras do seu cotidiano com os valores da cultura pentecostal, no caso, o “dom de revelação”: adicionando, assim, ao sofrimento material o fator sobrenatural. Ao mobilizar

valores pentecostais com a finalidade de justificar a sua nova crença, a narradora evidencia como a cultura pentecostal consegue dar significado às ações desse grupo. Os valores imateriais presentes entre os assembleianos como a glossolalia, a cura divina, o dom de revelação ou de profecia e a busca pelo batismo no espírito santo são expressões do simbólico. São esses valores simbólicos que articulam e dão sentido ao mundo material dos assembleianos influenciando nas suas práticas políticas e sociais.

De fato, existem os fatores sociológicos relacionados com a ideia de classe social. A função da religião, segundo Bourdieu, é fornecer “justificações de existir em uma posição social determinada, em suma, de existir como de fato existem, ou seja, com todas as propriedades que lhes são socialmente inerentes”. (1982, p. 48). O fato de o discurso pentecostal penetrar com mais facilidade entre os trabalhadores está relacionado com a maneira como ele justifica a existência de uma classe que está exposta as várias formas de dominação.

No transcorrer das décadas, além dos conflitos com os católicos ou com outras igrejas protestantes de Araguaína, a AD Seta, durante suas territorializações, experienciou intensas disputas internas pela conquista de novos territórios; disputas estas sustentadas em difíceis relações de concorrências, às quais, segundo Bourdieu, opõem especialistas (1982, p. 50). A AD possui como uma de suas características a fragmentação. A sua divisão em ministérios, a partir da década de 1930, é fruto dessas relações de concorrência. Nesse sentido, por dois momentos a instituição, em Araguaína, viveu essas relações de concorrências entre as suas lideranças. Na década de 1960 e nos anos 2000.

### **3.2 Primeira Cisão da AD nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins: o caso do Ministério Madureira**

Nos anos de 1960, o atrito se deu com o ministério de Madureira, se configurando o que veio a ser nomeado como primeira cisão da Assembleia de Deus, na região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins. Embora atualmente seja muito comum encontrar dentro de Araguaína ADs ligadas aos mais diferentes ministérios, algumas décadas antes essa situação era impossível de ocorrer. No caso, na década de 1960, a AD na cidade se fazia representar pelo Ministério Seta. Um ministério quando era criado visava acomodar os interesses de determinadas lideranças regionais, por isso, geralmente, eles eram regionais. Portanto, a presença de um segundo ministério dentro do mesmo território era gerador de conflitos e, desse modo, a chegada de um novo ministério a Araguaína fez nascer uma rivalidade entre as lideranças dos Ministérios Seta e Madureira. No ano de 1953 na CGADB realizada na cidade

de Santos (SP) o tema já era debatido pelos convencionais. Havia uma preocupação com a “abertura de igrejas do Ministério de Madureira em outros campos”. (CPAD, 2004, p. 287). No livro a História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil de publicação da CPAD diz

[...] havia, também, problemas internos, tais como igrejas que estavam entrando no campo das outras, causando indisposição entre líderes regionais. O encontro em Santos era a oportunidade de contornar esses problemas internos e de os obreiros animarem-se mutuamente para enfrentar os ataques de fora. (CPAD, 2004, p. 290).

Esse tipo de acontecimento passou a ser conhecido nas instâncias deliberativas da AD como “invasão de campo”. O campo faz parte da estrutura administrativa dessa instituição, sendo formado pelo ajuntamento de várias igrejas ou congregações de uma determinada localidade. Já a junção de vários campos forma um ministério. Este, por sua vez, pode, através de laços fraternais, filiar-se a uma convenção nacional, como a CGADB. Se enquadrar dentro dessa estrutura de poder significava respeitar os acordos que eram celebrados em torno dos limites de atuação de cada ministério. Uma vez rompido o acordo entre as lideranças devido às relações de concorrência, detonava-se uma crise.

Em meados de 1960 Araguaína já era um campo filiado ao Ministério Seta. A cidade estava crescendo e atraindo novos moradores das várias regiões do país. Entre os territorializados havia um membro do Ministério de Madureira; este, ao chegar à cidade e não encontrando nenhuma Igreja ligada ao ministério com o qual mantinha vínculo, decidiu por romper os acordos e criar o Ministério de Madureira na cidade. Contudo, essa pretensão encontrou resistência por parte dos líderes do Ministério Seta, os quais detinham o monopólio da marca AD no município. Segundo Antonia Salazar

Então esse Israel de Oliveira, que estava tomando conta do rebanho, houve um atrito com um moço do ministério de Madureira, que veio do Sul... Sessenta e quatro, sessenta e cinco. Ele veio tomar conta de umas fazendas aí no sul, então ele quis estabelecer patrimônio com o ministério Madureira. E o Israel Oliveira disse: “não concordamos, porque já está registrado na prefeitura, o nosso ministério do Seta” – que era esse Serviço de Evangelização rios Tocantins e o Araguaia. Então o Israel não deu conta, de acalmar ou de, como é que eu quero dizer, de entrosar, conscientizar este fulano que veio do sul, que quis trazer outro ministério. Então como ele não tinha, como que dizer assim, argumentos para dominar o chegante. Então eles disseram é o pastor Fíco, que está em Tocantinópolis, já tinha saído de Xambioá, levado para Tocantinópolis, que aumentou o grupo. Eles precisavam de uma pessoa mais abalizado. Então de Tocantinópolis o Fíco veio para cá, para acalmar esta situação. (Entrevista concedida por Antônia Salazar de Freitas em 11/02/2020).

Pela fala da narradora é possível inferir como os ânimos andavam exaltados entre os

dois ministérios nos anos de 1964 e 1965, a ponto de ser preciso fazer o remanejamento entre os pastores de Araguaína e Tocantinópolis, ambas as cidades localizadas no norte de Goiás. A presença do Madureira na cidade fez com que o Ministério Seta diante da ameaça de ter que repartir parte do seu rebanho com a nova empresa de salvação agisse para impedir que o propósito se concretizasse. Para manter o monopólio da teologia pentecostal restrita ao grupo religioso que já estava constituído no município o seu corpo de especialistas foi mobilizado tendo em vista a necessidade de se manter a hegemonia dentro desse subcampo religioso. Assim, trazer um pastor com mais capacidade de persuasão foi o caminho encontrado.

Nessa relação de concorrência entre os líderes o que se buscava era a conquista de novos territórios por parte do Madureira; já o Seta pretendia manter a sua área de influência afastando qualquer sinal de concorrência. O pastor Israel Oliveira era quem estava à frente da AD na cidade quando da chegada do referido Ministério Madureira. A ele inicialmente foi confiada a missão de afastar o “intruso”, incumbência essa que ele não conseguiu desempenhar com êxito. Seja como for, fica demonstrado que, no concorrido mercado religioso, demonstrar habilidade para debelar as constantes crises que surgem ao longo do caminho pode ser crucial para a ascensão de um pastor a cargos mais elevados na estrutura da Igreja.

Em tese, a vinda do representante do Madureira para Araguaína não foi uma designação da Igreja AD, pois aparentemente a finalidade foi de ordem pessoal. Entretanto, dada a fragmentação da AD em vários Ministérios foi possível ao novo morador cogitar expandir a área de atuação da instituição com a qual ele mantinha vínculo, no caso o Ministério de Madureira. A religião enquanto território simbólico é um espaço no qual as forças antagônicas travam as suas lutas simbólicas, a rivalidade entre os dois Ministérios durou pouco mais de um ano e os embates ocorreram em grande medida no campo da linguagem. Considerando que o campo religioso é constituído por símbolos, é através deles que os interesses políticos e sociais que caracterizam esse campo ganham sentido. Desse modo, a apropriação de uma linguagem, por parte do corpo de especialistas, mais condizente com os valores pentecostais implica em conseguir exercer uma maior influência sobre os crentes. No relato acima a narradora atribui o insucesso do pastor Israel Oliveira na condução da crise com a Madureira à sua inabilidade com os “argumentos”. Podemos inferir dessa fala que a ausência desses ditos “argumentos” vai além do emprego de um vocabulário mais rebuscado e se insere no contexto das lutas simbólicas.

Ao se apropriar de um conjunto de símbolos e valores que formam a cultura pentecostal os agentes especializados da AD procuram dar legitimidade para as suas ações tanto religiosas quanto políticas no contexto das disputas simbólicas. A mobilização do poder simbólico pelos

pentecostais requer por parte do agente especializado certa habilidade na condução das práticas religiosas relacionadas com essa teologia. O relato da narradora é emblemático nesse sentido: ao dizer que faltou “argumentos” ao Pastor Israel Oliveira, Antônia Salazar deixa transparecer como o uso da linguagem pentecostal se torna uma forma de poder simbólico entre os pentecostais. A falta de “argumentos” do citado pastor teria sido a motivação para a vinda do pastor Francisco Bueno de Freitas (Fiíco) para Araguaína. Ou seja, nas Igrejas pentecostais, em certa medida, as relações de poder são construídas em torno de uma linguagem dita pentecostal; portanto, é o emprego adequado dessa linguagem que dá poder, em certa medida, ao líder religioso.

Portanto, as disputas por espaços de poder na AD têm sido a razão da sua fragmentação em ministérios. (ALENCAR, 2010, p. 130). Na década de 1960 a citada Igreja, em Araguaína, vivenciou essa experiência a qual não se mostrou exitosa. A tentativa de cisão foi debelada e o Ministério Seta, na cidade, nas décadas que se seguiram, pode ostentar a marca AD de forma hegemônica. No entanto, nos anos de 2000, o meio evangélico local foi novamente abalado por uma segunda ameaça de cisão dentro daquela que se tornou a maior Igreja evangélica da cidade, porém nesse momento, a ameaça foi concretizada e a Igreja passou novamente por momentos de tensão. Alguns pastores da AD araguainense entraram em rota de colisão com a direção do Ministério Seta.

Definir os fatores que levam a AD a ser tão fragmentada não é tarefa fácil. Mas podemos começar a desenrolar esse novelo compreendendo as relações de poder que determinam os interesses dos especialistas da AD em determinado território. A Igreja de Araguaína era dirigida pelo pastor Fiíco, desde os anos de 1967, conforme relatou Antônia Salazar. O citado pastor ficou à frente da instituição religiosa por aproximadamente 30 anos. De fato, essa é uma característica comum entre os líderes assembleianos, os pastores presidentes de campo geralmente ficam à frente da Igreja mãe por um longo período, ou seja, não há um limite fixo de tempo para que possam permanecer na direção de um campo. Geralmente uma eventual substituição só através da mesa diretora da Convenção.

Durante uma permanência prolongada à frente da Igreja, é comum a esses líderes religiosos construírem também uma rede de relacionamentos e influência tanto do ponto de vista religioso quanto político. Nesse sentido, as décadas na direção desses templos religiosos fornecem aos pastores presidentes as condições para se apropriarem de um poder que os torna, nas palavras de Correa, “[...] verdadeiros bispos regionais.” (2015, p. 230). É nessa condição que o pastor Fiíco chega ao ano de 2000: a influência do referido pastor era enorme, a ponto de receber em sua casa o então governador Siqueira Campos. Segundo Antônia Salazar, sobre

a relação do pastor Fiíco com o então chefe do executivo estadual:

Era tanto que assim, na época, que ele, o Siqueira, tava na fundação do Estado, quando eles vinham pra Araguaína, ele dizia assim: quando descer no aeroporto o primeiro cafezinho é na casa do Fiíco. (Entrevista concedida por Antônia Salazar em 11/02/2020).

O período a que a narradora se refere é o final dos anos de 1980, quando se deu a criação do Estado do Tocantins, mais precisamente entre 1989 e o início dos anos de 1990. Siqueira Campos governou o Estado entre 1989 e 1990, período de dois anos, e depois entre 1994 e 2002. Praticamente durante todo esse período pastor Francisco Bueno de Freitas (Fiíco) esteve à frente da Igreja de Araguaína, pois somente no final da década de 1990 ele passou pelo processo de jubramento. Mas, ainda assim, não perdeu o prestígio entre as lideranças políticas e religiosas, considerando que quando houve a cisão da Igreja, no ano de 2000, Fiíco era o presidente de honra da Igreja. Não estava mais na direção dos trabalhos, mas ele e a família continuavam a exercer enorme influência nas decisões que a Igreja vinha a tomar.

A primeira fase do processo de territorialização da AD Seta em Araguaína parece terminar por volta do final da década de 1990, quando a referida denominação se consolida como representante de parte considerável dos evangélicos protestantes que viviam da região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins. É nesse momento também que a AD Seta de Araguaína começa a perceber a importância da territorialização simbólica e passa a discutir e implementar uma pauta de costumes que atenda aos seus interesses de inserção no campo político.

### **3.3 Articulações entre Conservadorismo e Conservadorismo Religioso: Alguns Apontamentos**

As igrejas evangélicas, em especial as pentecostais, têm experimentado profundas alterações em suas relações com a sociedade brasileira. Sua inserção no campo político eleitoral representa uma dessas mudanças. A homologia entre os campos político e religioso tem-se dado pela adoção de uma agenda de cunho conservador. O discurso utilizado por esses religiosos para adentrar a arena política vem sendo relacionado com as pautas que dizem respeito a um conservadorismo de ordem moral. O conteúdo dessa agenda foi apontado por Andrea Dip como portador de alguns temas, como a proibição do aborto (2018, p. 13). Mesmo

tendo uma definição clara e objetiva, a agenda tem suas ambiguidades e não se apresenta, assim, de forma tão bem definida aos leigos (pentecostais) de Araguaína.

Nesse sentido, discorrer sobre conservadorismo, no Brasil, tornou-se uma tarefa urgente. Entender essa categoria de análise como algo fixo pode levar a resultados que não trarão grandes contribuições para a compreensão do tema. Ao abordar o assunto com os entrevistados dessa pesquisa, os assembleianos do Ministério Seta, em Araguaína, a tal pauta não surge com tanta naturalidade. Não há por parte desses sujeitos precisão em relação ao que seria essa agenda conservadora.

Segundo Ronaldo de Almeida (2017), o termo “conservadorismo”<sup>6</sup> vem sendo empregado como “categoria política de acusação”. Além de ser um conceito ambíguo, devido ao momento político essa palavra passou a fazer parte do cotidiano do brasileiro. Muitas vezes sendo utilizada sem um mínimo de rigor. Mas quais os sentidos que são atribuídos a ela? Conservadorismo sob qual aspecto? Um dos sentidos atribuídos a palavra visa delimitar o lado do campo político que determinado grupo social pretende atuar. Assim, o conceito passou a ser utilizado como arma ideológica nos conflitos políticos e culturais no Brasil.

Nesse sentido, o conservadorismo é uma ideologia característica de um grupo social que tem por meta controlar determinados avanços no campo dos costumes em um dado território. Desse modo, podemos entender esse conceito como um mecanismo de poder mobilizado pelos assembleianos nos embates simbólicos, visando à manutenção de uma determinada concepção de mundo, ou seja, é uma maneira desse grupo se afirmar sobre outro grupo através de suas crenças e valores. É a partir da vivência entre homens e mulheres numa relação imaginária que se constrói a sua relação com as condições reais de existência. O imaginário e o real se encontram, pois “o conservadorismo é, sim, uma ideologia”. Assim sendo, para o historiador Gabriel Romero Lyra Trigueiro, citando o filósofo britânico

---

<sup>6</sup> Mas, antes de prosseguir, é necessário tecer algumas considerações a respeito da relação entre conservadorismo e fundamentalismo evangélico. Mesmo não sendo sinônimos, esses termos, em alguma medida, possuem laços; segundo Magali do Nascimento Cunha, o conservadorismo é uma característica do fundamentalismo. (2020). O fundamentalismo evangélico foi um dos mecanismos utilizados pelas associações missionárias norte-americanas para espalhar a dita moralidade cristã pelo mundo. Esse conceito surge entre “[...] tendência ultraconservadora de um segmento protestante dos Estados Unidos na virada do século 19 para o 20.” (CUNHA, 2020, p. 5). Esse movimento vem sendo utilizado por determinados grupos conservadores, em especial os de vertente pentecostal, para reagir aos avanços que consideram contrários à fé cristã, e cujos valores defendidos são extraídos de textos bíblicos. O elemento de coesão entre os preceitos fundamentalistas e as ideias conservadoras é, justamente, a reação a determinadas conquistas por grupos sociais que não comungam dos ideais considerados hegemônicos ou que pretendem ser. Em Araguaína, essa oposição tem se manifestado principalmente em temas relacionados aos direitos LGBTI+, gênero e aborto. A câmara municipal da cidade tem-se constituído em um território para os embates entre os grupos pró e contra essas conquistas. Entre os objetivos dos fundamentalistas está justamente o de ocupar os espaços de poder para fazer valer os seus ideais de sociedade (CUNHA, 2020). Nesse sentido, os campos político e religioso são, para o fundamentalismo, as suas expressões.



## Huntington

[...] o conservadorismo se fundamenta, frequentemente, na iminência do sentimento de perda, isto é, na ideia de que aquilo que o presente lhe oferece está prestes a ser ceifado por alguma agenda política radical. (2015, p. 102).

Os evangélicos têm sido frequentemente colocados entre aqueles que vêm sendo nominados de ala conservadora. A eles, principalmente, vêm sendo atribuída essa característica. Segundo Almeida (2017) as atuações de algumas lideranças evangélicas, tanto políticas como midiáticas, têm contribuído para reforçar esse atributo que muitas vezes tem sido empregado com alguma imprecisão uma vez que no Brasil e na América Latina o termo evangélico abrange um número considerável de religiosos e nem todos eles compartilhariam das ideias conservadoras. Ricardo Mariano nos esclarece que

[...] o termo evangélico, na América Latina, recobre o campo religioso formado pelas denominações cristãs nascidas na e descendentes da Reforma Protestante europeia do século XVI. Designa tanto as igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) como as pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembléia de Deus, Evangelho Quadrangular, Brasil para Cristo, Deus é Amor, Casa da Benção, Universal do reino de Deus etc.). (2014, p. 10).

Nesse sentido, cabe dizer que todos aqueles que não são católicos ou praticantes das religiões afro se enquadrariam nesse conceito. Portanto, referir-se a esses agentes sociais como componentes de um grupo homogêneo não ajuda a compreender as várias faces que constituem a identidade desses religiosos brasileiros, considerando que a fragmentação tem sido a principal característica dos evangélicos no Brasil. O conservadorismo, segundo Norberto Bobbio (1995), encontra na ciência política uma definição referente à sua função. Para esse autor, a função do conservadorismo é designar um conjunto de “[...] ideias e atitudes que visam à manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento, apresentando-se como contraparte das forças inovadoras”. (1995, 242). Conservadorismo vem sendo associado com a ideia de contenção dos avanços políticos e sociais. Assim, as mudanças, na sociedade, podem ocorrer desde que dentro de certos limites, pois as transformações não devem ameaçar o poder político estabelecido.

O objetivo maior do conservadorismo era manter o controle sobre as mudanças sociais, visando à manutenção de um passado no qual existiria um conjunto de valores materiais ou simbólicos, que estariam sob constantes ameaças por parte de determinados segmentos da sociedade. Esses segmentos almejavam implantar novos valores que se contrapunham aos interesses dos grupos dominantes. É nesse contexto de acirramento de ideias que o

conservadorismo vai se constituindo enquanto categoria política de acusação. Para Almeida, tal conceito vai sendo construído “[...] relacionalmente no embate político.” (2017, p. 4). Nesse sentido, esse tema não é algo consolidado, mas um termo que vai sendo construído tendo em vista as relações e disputas políticas em determinado tempo e espaço, como veremos ao analisar a relação entre campo religioso e político a partir do viés do conservadorismo crescente em Araguaína.

### **3.4 Conservadorismo e Conservadorismo Religioso em Araguaína-To**

Além da sua construção, o conservadorismo tem também a sua composição. Ele é composto por uma pauta que sofre a influência dos valores culturais. Quais são as variantes que compõem essa pauta? Ela é produto de quais circunstâncias? Ao se apropriar de determinados elementos da cultura visando à formação do conservadorismo em um dado território, os grupos sociais, que comungam desse pensamento, agem em busca de definir quais são esses componentes. A dificuldade em definir a referida pauta está justamente no fato de ela não apresentar uma definição exata. Nesse caso, de um lado, a cultura enquanto componente do simbólico trabalha no sentido de influenciar na construção dessa agenda. De outro lado, a definição dessa pauta conservadora se faz também com mecanismo de territorialização simbólica que visa o controle dos leigos por meio da regulação de seus costumes e comportamentos. Considerando a relação entre cultura e territorialização simbólica, o que é ser conservador, por exemplo, em Araguaína?

Araguaína é uma cidade com forte presença agropecuária cujos valores morais ligados a esse segmento do agronegócio são cultivados. A religião também desempenha enorme influência na formação cultural dos munícipes. Esses dois fatores em conjunto são de fundamental importância para se entender a formação de uma cultura política conservadora em Araguaína. Mesmo esse trabalho sendo voltado apenas para os aspectos religiosos do município como método para entender o conservadorismo político na localidade, faz-se necessário essa ressalva em relação à influência de uma cultura de cunho rural presente na região.

Compreender o comportamento político dos moradores do território em discussão, este no sentido físico ou simbólico, passa necessariamente pela interpretação dos valores culturais presentes nessa comunidade. Nesse sentido, a palavra cultura possui sentidos variados uma vez que o termo muitas das vezes é empregado visando atender a interesses de grupos

hegemônicos. Segundo Terry Eagleton “cultura é considerada uma das duas ou três palavras mais complexas da nossa língua”. (2011, p. 9). Dada a complexidade do assunto, o termo também vem sendo empregado de forma fragmentada. Atualmente o termo cultura é empregado para se compreender às várias áreas da atividade humana, inclusive a religiosa.

O pentecostalismo é uma doutrina que chega a Araguaína pelas mãos da Igreja Evangélica AD no final dos anos de 1940. No povoado havia também outras Igrejas evangélicas e religiões de matriz africana. Segundo Antônia Salazar até a década de 1960 havia as seguintes instituições religiosas instaladas na cidade “AD; a Batista ali da Souza Porto; a Presbiteriana, aquela da Cônego, lá em cima; e a adventista; e a católica. E aí domingo cada um membro ia pro seu rumo. Só eram essas”. (Entrevista concedida por Antônia Salazar de Freitas em 11/02/2020).

Na fala da narradora está presente uma das características do pentecostalismo e da AD, o exclusivismo. Mesmo citando algumas Igrejas evangélicas não pentecostais e a católica, ela não faz alusão alguma às religiões de matriz africana que já se faziam presentes na comunidade. Ambos, AD e pentecostalismo, não se mostram abertos ao diálogo com outras vertentes religiosas que não comungam de seus dogmas. Segundo Adriano Sousa Lima

As teologias pentecostais de modo geral, e a teologias assembleianas, de forma específica, trabalham com o método exclusivista. A partir de uma leitura literalista da escritura, essa tradição cristã entende que as outras religiões não são oriundas de Deus, que não são inspiradas pelo Espírito Santo. Logo, todas necessitam, caso queiram encontrar a salvação, se arrepender dos seus caminhos de idolatria e voltar para o senhor Jesus Cristo. (2018, p. 265).

A AD é uma instituição religiosa conhecida por manter um relativo afastamento das demais denominações cristãs e certa hostilidade em relação às religiões africanas. Geralmente, promove seus eventos sem a participação de outras igrejas, e esse afastamento a tem levado a desenvolver um sentimento de superioridade diante das outras empresas de salvação. A AD vivenciou, nas últimas décadas, um certo processo de mudança na visão que possuía sobre ter exclusividade na produção do passaporte para a dita “salvação eterna”. Apesar disso, essa visão de superioridade ainda permanece entre os seus seguidores, mesmo que com menos força.

É com essa visão que a igreja evangélica AD e o pentecostalismo territorializam Araguaína, passando a exercer influência na formação cultural do lugar. O isolamento contribuiu para que a referida igreja adotasse determinados padrões de comportamento relacionados à área da moral (como, por exemplo, a proibição do corte de cabelos às

mulheres), os quais, articulados com outros interesses, influíram para diferenciar (em termos de costumes e práticas) os assembleianos dos demais grupos sociais. Essa diferenciação — que produz um sistema hierárquico entre as empresas de bens de salvação — coloca a AD Seta como protagonista na dinâmica de territorialização simbólica na cidade de Araguaína no que se refere à construção de uma pauta conservadora de costumes. Além disso, essa pauta de costumes inseridos no cotidiano da membresia influenciou na elaboração de uma agenda política que defendia os mesmos valores. Por meio dessa agenda, fundamentada nos costumes, os pentecostais da AD foram dando significado ao lugar onde viviam, o que transformou sua pauta conservadora em uma territorialidade.

No Brasil, a definição dos atributos culturais que comporiam a tal agenda conservadora tem-se mostrado complexa. No entanto, Almeida (2017, p. 13) propõe compreender os sentidos atribuídos ao termo “conservadorismo”, o que ele define como “[...] quatro linhas de força que cooperam para a resultante que tem sido considerada conservadora.” (2017, p. 13): a econômica, a moral, a securitária e a interacional.

Esta dissertação, ao propor uma análise do conservadorismo em Araguaína, ater-se-á na linha de força que faz referência à moral; uma temática que, nas últimas décadas, vem ganhando relevância nos debates públicos.

### **3.5 Pautas de costumes e controle simbólico: faces do conservadorismo na AD**

A AD sempre teve uma preocupação no que concerne ao vestuário e aos cuidados com a aparência dos leigos. Nas reuniões da CGADB (onde os assuntos doutrinários e administrativos são debatidos) essa preocupação com os usos e costumes em território nacional resultou em deliberações. Ao menos em três oportunidades esse tema foi alvo de discussões e deliberações. Citando Bertone Sousa, Rok Sônia Naiária de Oliveira discorre sobre o tema:

A primeira vez que se tratou sobre a temática de estabelecer normas comportamentais para os fiéis assembleianos foi em 1946, numa Convenção Geral realizada em Recife, quando “[...] José Teixeira Rego, um dos pastores que participavam do evento leu um documento publicado no *Jornal Mensageiro da Paz*, em julho daquele ano, assinado pelo ministério da AD de São Cristóvão, Rio de Janeiro, que impunha regras de vestimentas as mulheres.” (SOUSA, 2011, p. 207, *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 6).

A proposta para deliberar sobre o tema partiu dos líderes do Ministério de Madureira

sob a liderança do pastor Paulo Leivas Macalão. Este Ministério fica localizado na cidade do Rio de Janeiro, capital da república na época. Macalão e os seus companheiros acreditavam que era necessário o uso de vestes que cobrissem a maior parte dos corpos masculinos e femininos (Oliveira, 2014). Essa primeira reunião para tratar da temática aconteceu em um contexto que Oliveira denomina pós-guerra, referindo-se à Segunda Guerra Mundial. A autora explica que, para esses pastores, “[...] alguns autores da bíblia davam orientações sobre a maneira correta de vestir-se e pentear-se [...]” (2014, p. 51). Essa visão revela outra característica da AD: essa denominação é fundamentalista por fazer interpretação literal e atemporal da bíblia. (SOUSA, 2011, p. 165).

Essa primeira tentativa voltada para a criação de normas comportamentais não foi aceita pelos convencionais. Esse foi um dos muitos embates entre o Ministério de Madureira e a CGADB até a cisão dos dois em 1989. A proposta teria partido de Madureira, sendo logo rechaçada pelos demais convencionais em uma demonstração clara de como as relações de concorrência são fortes dentro da AD. Por outras palavras, se a ideia partiu do citado ministério, o melhor seria vetar a sua inclusão na doutrina da igreja.

Em um segundo momento, no ano de 1975, as preocupações com os usos e costumes relativos ao vestuário foi novamente alvo de discussão na cidade de Santo André, São Paulo. Nesse ano, uma resolução contendo oito normas foi aprovada e a Igreja passou a contar com um estatuto escrito que facilitou as discussões sobre o assunto. Devido à convenção ter sido realizada na cidade paulista, a resolução foi nominada de Santo André. A elaboração do regulamento — que continha oito pontos abordando normas relacionadas ao controle de corpos e mentes — transforma esse código em uma forma de território simbólico para os assembleianos. Segundo Sousa (2011), nessa resolução, era vedado o uso de

1. cabelos compridos pelos membros do sexo masculino;
2. pinturas em olhos, unhas e na face em geral;
3. sobrancelhas alteradas;
4. traje masculino pelos membros ou congregados do sexo feminino;
5. cabelos curtos pelas irmãs (membros ou congregados);
6. minissaias e outras roupas contrárias ao bom testemunho da vida cristã;
7. aparelho de televisão, convindo abster-se tendo em vista a má qualidade da maioria dos programas (abstenção justificada, inclusive, por evitar possíveis problemas de saúde;
8. bebidas alcoólicas.

Esse documento passa a reger — em todo o território nacional (o que inclui Araguaína) — o comportamento moral e cotidiano dos leigos. Por se apresentar como um elemento normatizador das condutas e costumes de um grupo, o decreto é um instrumento do poder que forma o território simbólico assembleiano. Nesse sentido, a pauta de costumes instituída pela igreja se apresenta como um manual construído a partir das interpretações bíblicas feitas pelo corpo de especialistas e se reveste do poder simbólico. É por meio desse poder invisibilizado que a pauta ganha legitimidade e passa a determinar a atuação da AD no espaço público de Araguaína.

Os oito pontos elencados anteriormente foram sistematizados na CGADB de Santo André. Com vistas a ditar as ações dos leigos da AD, são deliberativos e servem como referência para entender os laços que unem as convenções locais com a CGADB. Essa resolução visava a tornar o corpo dos leigos uma representação potente do pensamento conservador que caracteriza a instituição; desse modo, o controle do corpo passa a ser a expressão simbólica das ideias desse grupo religioso. Há quase uma dezena de itens nesse documento que versam sobre o entendimento dos especialistas assembleianos acerca do comportamento e da aparência dos leigos; porém, segundo essa deliberação, não se trata de imposições, mas de orientações, ou seja, não seriam taxativos. Mas, esse conjunto de regras poderia ser ampliado pelas convenções regionais ou estaduais, uma vez que essas gozam de autonomia para tanto.

Dentro do universo simbólico assembleiano, as vestes e as demais formas de apresentação da aparência física significam uma forma de expressar a sua compreensão de mundo e, ao mesmo tempo, de se diferenciarem. Nesse sentido, o corpo passa a ser uma representação das ideias defendidas por esse grupo, e, assim, torna-se um território simbólico. Portanto, as peças usadas para cobri-lo devem passar a ideia de modéstia. Dentro desse território pentecostal assembleiano, as vestimentas e a aparência são revestidas por um poder simbólico porque são parte e expressão desse poder. Os significados atribuídos pela AD às vestimentas se valem de um discurso que tem por lema o alcance dos bens de salvação, o que seria atingido por meio de um comportamento exemplar no que se refere aos regulamentos e às doutrinas. Essa pauta do controle do corpo dos leigos está implicada nos discursos e nas intenções políticas dos especialistas da AD.

É importante destacar que essas normas foram criadas em contextos históricos específicos e, de alguma forma, elas atenderam aos interesses políticos da AD, que se contrapunham aos avanços que estavam em curso na área comportamental. Para Oliveira, foi no ano de 1946 que se debateu, pela primeira vez, sobre esse assunto de forma institucional

na AD. Os valores estavam mudando e a Igreja precisava se posicionar frente aos avanços. Segundo Oliveira (2014, p. 51), “[...] diante de um contexto de pós-guerra, os líderes da Igreja de São Cristovão (RJ) temiam pelo recado na aparência física das mulheres, que poderiam ser incitadas pelo ‘espírito do mundanismo’.” Porém, mesmo que a resolução enfatizasse os usos e costumes por parte das mulheres, essa era direcionada a ambos os gêneros.

Outro momento de acirrado debate durante as convenções gerais da AD, em torno da temática sobre os usos e costumes, deu-se nos anos de 1970. Essa década, segundo Oliveira, é conhecida pelo forte ativismo dos movimentos feministas e pelo avanço nas liberdades sexuais. “É importante pensar que todas essas transformações ocorridas na década de 70, eram contrárias ao que a Igreja AD pregava como sendo os bons costumes e os verdadeiros valores cristãos”. (OLIVEIRA, 2014, p. 52). Assim, ao se sentir novamente ameaçada pelas transformações sociais em curso, a AD resolve aprovar a resolução de Santo André tornando obrigatória a obediência às normas citadas.

A pauta dos costumes sempre foi tema recorrente na AD, desde a sua fundação. Por influência de seus fundadores, que eram do norte da Europa, comumente o tema era discutido dentro da Igreja. O modo como se trajavam para se protegerem do frio europeu foi trazido para o Brasil e transformado em doutrina; porém, o assunto, ao longo das décadas, vem sendo reelaborado e assumindo novos papéis discursivos para atender aos interesses políticos da instituição. Sempre que a AD vê suas pretensões de poder sob ameaça, retoma a agenda dos costumes, uma vez que essa funciona como elemento de coesão entre os leigos, dando sentido às suas ações de territorialização. Para Bertone de Oliveira Sousa, é fundamental

[...] entender esses costumes na sua dupla origem: na tentativa de alcançar a santidade pela rejeição aos padrões da sociedade secular, negando a promiscuidade, a exposição do corpo seminu e a sensualidade; também pelos padrões de comportamento da sociedade nórdica europeia, de onde vieram os fundadores da AD e onde, além da santidade, possivelmente o clima frio tenha influenciado no uso de roupas que cobriam todo o corpo, costume que também passou a ser adotado no Brasil. (2011, p. 17).

No entanto, é pertinente acrescentar um terceiro elemento às duas narrativas construídas para justificar a origem da temática dos usos e costumes na AD. Nesse sentido, somam-se à “busca pela santidade” e à influência dos pais fundadores os interesses políticos como fatores explicativos da agenda dos costumes. Os dois primeiros elementos aparecem com bastante nitidez nas narrativas que discorrem acerca do assunto, tanto nas publicações da própria instituição como nos trabalhos acadêmicos. Contudo, as preocupações políticas que corroboram a formação da mesma agenda não têm merecido a

devida atenção, e seus valores de cunho religioso são mobilizados pelo campo político com vistas a justificar as pretensões políticas da AD. Os usos e costumes na AD têm por base os seis pontos elencados acima, mas essas diretrizes se alteram conforme o território no qual estão inseridas criando novas territorialidades. Esses pontos apenas norteiam as ações dos leigos, permitindo que outras abordagens à relação entre pauta de costumes e políticas sejam construídas.

### **3.6 Territorialização Simbólica e Controle Comportamental dos Leigos na AD Seta de Araguaína**

Em Araguaína, a AD Seta se notabilizou por exercer um forte controle sobre o comportamento dos leigos durante o seu processo de territorialização inclusive em relação às roupas permitidas ou não. No interior do universo simbólico assembleiano as vestimentas contribuem para a formação desse território e dá coesão a ele. Contudo, dentro desse território, o controle exercido pela Igreja através de um poder simbólico sobre a vida dos leigos vai além das roupas, chegando mesmo ao comportamento político desse grupo. Antônia Salazar, quando questionada sobre uma possível mudança na doutrina da Igreja de Araguaína, fala do que era permitido aos leigos usarem em seus corpos no período que tem por limite o final dos anos de 1990

Houve. Num é nem na doutrina. Eu considero como uma desobediência do povo. Porque na própria Bíblia diz: “no princípio não era assim”. Privava-se pela doutrina. Que a Bíblia não leva costumes. Não é costumes, é a doutrina. Então veio se modernizando. Em parte, a gente acredita para poder, não é nem prender o povo, acatar porque aquele que vem e diz: “Ah! aqui não corta o cabelo! E a igreja fulana corta! Aqui na nossa igreja, principalmente, a cadeira do Fíco. Enquanto ele viveu, não usava esmalte, não pintava os lábios, não usava brinco, aparava-se ou acertava-se os cabelos; e as mulheres não usavam calça. (Entrevista concedida por Antônia Salazar no dia 11/02/2020).

Na AD de Araguaína a pauta dos costumes é bem mais ampla do que os seis pontos referendados pela convenção geral realizada em Santo André. Além dos temas já deliberados pela CGADB a convenção da CIADSeta agregou outras normas visando um maior controle sobre a aparência e o comportamento dos leigos. Mesmo a AD atuando em rede através de um território físico e simbólico por meio dos pontos de pregação, das congregações, Igrejas sedes e os ministérios que se unem à CGADB, ainda há certa margem de decisão. Devido a essa independência, o Ministério Seta realiza suas convenções para deliberar sobre os assuntos



doutrinários e administrativos referentes às Igrejas filiadas a ele. Nessas reuniões são debatidos entre outros assuntos aqueles que tratam dos temas de ordem moral. Segundo o pastor Fredson Borges nas convenções se discute

Nessa convenção? Se discute vamos dizer assim, o bom andamento da igreja; se discute os problemas relacionados a ordem moral da igreja; os problemas relacionados, por exemplo, a adaptação da igreja a esse tempo que nós já vivemos que hoje os estudiosos já dizem que o tempo hipermoderno, né? Já passamos do pós-modernismo estamos no Hiper modernismo. Então a igreja se... Ela tenta se encaixar, né? Através Desses... Desse novo sistema... Ela trata da questão doutrinária, como que agora a questão se a igreja recebe ou não pastores divorciados. Se pode ou não um pastor que foi divorciado e casou-se com outra mulher dirigir uma Igreja... Às vezes eu falo de doutrina, mas às vezes é normas e costumes. Um exemplo aqui, a AD, mulheres aqui na Ciadseta, mulheres não usam calça, entendeu? Não vem pro culto de calça. Que hoje até usa. Mas em muitas igrejas aí já usa. Por exemplo, tem Convenções aí que, que os membros se reúnem, os pastores se reúnem eles jogam sinuca, eles jogam futebol. A Igreja aqui é proibido. A convenção nossa proíbe dessas coisas. (entrevista concedida pelo pastor Fredson Borges em 18/08/2020).

A AD de Araguaína, uma vez que é filiada ao Ministério Seta adota também essa pauta descrita acima. A agenda dos costumes envolve relações de poder, pois ao ditar normas ela se insere no campo das lutas simbólicas entre os dominantes e dominados que pelejam pelo poder simbólico. A produção dos bens de salvação, como a citada agenda de costumes, visa manter as estruturas de poder que estruturam esse campo religioso. Por ser ela um instrumento de contenção dos avanços na área comportamental e social, a referida agenda é também conservadora no sentido de controlar as mudanças sociais. Ou seja, é com o intuito de evitar a erosão de um mundo que estaria alicerçado nos “valores cristãos” que a agenda de costumes é mobilizada como prática política conservadora pela AD, sendo o pânico criado em torno do desmoronamento desse universo que confere poder simbólico a essa agenda. (BOURDIEU, 2006).

O campo religioso é um território no qual os leigos e o corpo de especialistas e mesmo os especialistas medem forças. Pastor Fredson ao elencar os pontos sobre os usos e costumes que geralmente são debatidos na Convenção do Seta mostra o quanto esse é um espaço para o embate. Os debates em torno desse tema sobre o qual não há unidade abrem brechas para as divergências e nesse sentido o ato convencional se torna uma arena. Ao relatar que em determinada igreja não há exigência tão rígida em relação aos aspectos doutrinários o pastor expõe as fissuras que há no campo pentecostal. Ao falar da necessidade de a igreja se adaptar aos tempos atuais ao mesmo tempo em que cita as divergências sobre os costumes dentro da própria AD o pastor nos remete a um campo de lutas que no caso dessa dissertação é o campo religioso. Os usos e costumes são instrumentos simbólicos. Oliveira ao abordar o tema diz

“destacamos que as crenças doutrinárias assembleianas, ao mesmo tempo que assumem características de normas são também legitimadas como tradição do grupo”. (2014, p. 50).

As questões comportamentais elencadas na fala do pastor Fredson Borges vão desde restrições impostas às mulheres no que se refere ao uso de maquiagem chegando até a lei do divórcio. Quanto a este último tema, o debate trazido pela mesa diretora era para que fosse decidido pela convenção da CIADSeta se uma vez divorciado, o pastor poderia assumir a direção de Igreja, sendo esse um assunto recorrente entre os assembleianos. Segundo o historiador Adroaldo José Silva Almeida quando houve a aprovação da lei do divórcio no Brasil, em 1977, os pastores da AD entenderam essa mudança no código civil como uma ameaça aos valores aos quais defendiam. “Para eles, tratava-se de um dispositivo constitucional que atentava contra os princípios cristãos”. (2020, p. 194). Porém, um ponto que chama a atenção na aprovação dessa lei, segundo o historiador, é o fato de que mesmo os pastores da AD tendo uma posição contrária a tal projeto de lei, os deputados evangélicos votaram favorável a ele; atitude essa que causou enorme desgaste entre a liderança da Igreja e os deputados evangélicos que foram favoráveis à inovação. Segundo Almeida

[...] a polêmica sobre o divórcio... colocou em xeque os parlamentares evangélicos como legítimos defensores dos interesses de sua comunidade religiosa. Se, a despeito da opinião dos pastores e de outras lideranças religiosas, a maioria dos deputados provou atuar conforme seus interesses, onde estaria a necessidade, portanto, de representação evangélica no Congresso Brasileiro? (2020, p. 197).

Esse episódio soou como um alerta para a AD e seus líderes no sentido de elaborar uma pauta dos costumes que conseguisse dar coesão ao discurso da igreja em torno dos valores de cunho moral defendidos por ela. Até meados da década de 1980 essa instituição religiosa não dispunha de um conjunto de normas elaboradas visando a sua entrada no campo político. A falta de unidade em torno dos elementos que comporiam essa agenda dava margem para que os parlamentares atuassem de forma individual. Nesse caso o que prevalecia eram os interesses pessoais de cada parlamentar ligado aos evangélicos. Além disso, até 1985 não havia uma participação da AD no campo político enquanto instituição. Mas essa realidade começa a sofrer alteração com a eleição para a constituinte de 1988, quando então começa a elaboração de uma agenda dos costumes e os candidatos passam a ser apontados pela igreja e assumem compromisso com a defesa dos valores defendidos por ela.

Esses dois temas, tanto o divórcio como o uso de maquiagem pelas mulheres mostram o quanto pode ser abrangente e diversificada a pauta dos usos e costumes nas ADs. Por ser relativamente variada ela também vem se mostrando dinâmica. Essa agenda tem sofrido

modificações em relação ao seu conteúdo visando se adequar a um dado momento histórico no qual os interesses políticos da Igreja supostamente estariam sob ameaça. A AD é uma Igreja que para continuar crescendo no concorrido mercado religioso precisa se adaptar a novas exigências que se impõe a ela. Essas demandas, muitas vezes produzidas, têm levado a flexibilização e, ao mesmo tempo, tem ampliado a tal agenda.

Depreende-se assim que a AD é uma Igreja fragmentada sob quase todos os pontos de vista. Isso inclui os usos e costumes. Portanto, não é tão simples chegar a resultados quando tratamos sobre o tema em uma pesquisa. Mesmo os vários ministérios da AD tendo por referência os seis pontos tratados acima, sistematizados na convenção da CGADB em Santo André em 1975, a temática tem se revelado divergente entre os pastores da instituição. Nesse sentido, a tal agenda é tão fragmentada quanto a AD. Assim como existem várias ADs, existem também várias agendas dos usos e costumes. Os caminhos da investigação são desconhecidos e tortuosos. Por ser mobilizada como pauta política essa agenda precisa ser constantemente renovada, ou seja, os pontos sobre os usos e costumes que são relevantes para os assembleianos serão construídos levando-se em conta o momento histórico. A depender dos interesses políticos alguns pontos dessa agenda como a proibição da mulher cortar o cabelo ou andar de bicicleta começam a perder relevância e novos temas como tatuar partes do corpo passam a ter papel central entre os elementos que compõem a dita agenda. Talvez o ponto que melhor pudesse representar os sentidos que são atribuídos aos usos e costumes na AD de Araguaína na atualidade fosse o uso da tatuagem. O pastor Wagner Mendes, ao discorrer sobre os usos e costumes na AD da referida cidade, faz menção ao uso da tatuagem por parte dos leigos como sendo algo que não se recomendaria a um corpo que está em busca dos bens de salvação. Na fala do pastor há certa referência aos temas que compõe a tal pauta e como ela se modifica no tempo e no espaço.

Esse tempo atrás o tecladista nosso chegou nos músicos e disse assim: - “Rapaz, eu vou mandar fazer uma, uma, uma tatuagem de um teclado no meu braço. E os músicos aqui, eu sou músico também. Então a gente conversa, brinca muito, eu brinco muito com eles, tenho muita liberdade com eles. Aí eles disseram, rapaz, larga de mão disso, rapaz. Aí ele disse: - “não! Porque aí fica bonito e tal! Eu sou tecladista mesmo, né? Aí me contaram. Meu menino é baterista aqui e minha filha canta. Eles me contaram. Eles não falaram junto com os outros meninos não. Aí eu falei: é! Deixa vê, né? Aí ele veio pedir minha autorização, o tecladista. - “Pastor, tô querendo mandar fazer um teclado aqui e tal! Tatuar um teclado aqui (no meu braço). O que, que o senhor acha?” Aí eu falei: irmão fulano, me responde uma coisa? Ele disse, “sim pastor”! Tudo que Deus faz é perfeito? “É, pastor Wagner! É sim”! Você tem certeza que tudo que Deus faz é perfeito? Ou Deus faz coisas, fez algumas coisas imperfeitas, que precisa ser aperfeiçoado? Ele começou a sorrir. “- Não! Deus fez tudo perfeito! Já sei que, que o senhor vai falar”. Falei: pois é! Deus fez tudo perfeito e você quer mudar o que Deus fez colocando uma tatuagem no teu braço, aí? Quando você faz isso aí, você está

dizendo: - Deus, tu fez errado, tu tinha que ter feito um teclado aqui! (apontou pro braço). Ele parou assim, e disse: “é pastor, vou fazer isso não”! Há uns anos atrás, mulher que cortasse o cabelo, era excluída da igreja. Mulher que depilasse o cabelo das pernas era excluída da igreja. Eu não vou falar em maquiagem que era excluído. Agora, Será que Jesus vai condenar uma pessoa só porque ela aparou a ponta do cabelo?

A fala do pastor mostra o quanto às mudanças na AD até são aceitas, mas desde que esses avanços ocorram dentro de certos limites. As transformações levadas a cabo no que concerne ao entendimento sobre o que venha a ser os usos e costumes, por parte do corpo de especialistas, dão uma amostragem de como essas alterações são feitas obedecendo a uma pequena margem para mudanças. Por outro lado, a maioria das transformações nos usos e costumes da AD ocorrem em razão de pressões que passam a existir tanto internamente como as que derivam dos próprios leigos que desejam inserir em suas vidas cotidianas os avanços e conquistas contemporâneas. Nesse caso, dentre as pressões externas surge a entrada da mulher no mercado de trabalho, pois as relações de trabalho levam a mudanças na área comportamental. A mulher além de passar a consumir mais, uma vez que agora tem a própria renda, elas também começam a ter que obedecer às regras impostas pelas empresas nas quais passam a desempenhar as funções profissionais. O uso do uniforme é um exemplo.

Além desse aspecto doutrinário do qual trata o relato acima, ela também mostra a relevância que o pastor possui dentro do universo simbólico assembleiano. Pastor Wagner ao mencionar que o músico da igreja se reportou a ele para pedir autorização para fazer uma tatuagem no braço mostra o quanto esse líder religioso é coberto por um poder simbólico, pois o poder que é conferido ao pastor passa despercebido como tal. A fala do especialista no sentido de que o leigo não realizasse o procedimento foi determinante para que o tecladista desistisse da ideia.

### 3.7 Comportamento e Pauta Política Religiosa na AD Seta de Araguaína

Além dos seis temas elencados acima que tratam da aparência do grupo de leigos, há outros dois pontos mencionados pela resolução de Santo André realizada no ano de 1975, os quais dizem respeito ao comportamento dos leigos em assuntos que não tratam propriamente do controle dos corpos, mas visam exercer influência em outras áreas da vida dos fiéis, como se depreende dos itens abaixo:

[...]7 -Uso de aparelho de televisão – convindo abster-se, tendo em vista a má qualidade da maioria de seus programas; abstenção essa que justifica, inclusive, por conduzir a eventuais problemas de saúde;8-Uso de bebidas alcoólicas (CPAD, 2004, p. 438-439 apud Sousa p. 204).

Não há dúvida de que a principal preocupação do grupo de especialistas ao elaborar a pauta dos costumes tem sido com a condição de como os corpos dos leigos devem se apresentar perante uma sociedade supostamente em crise em virtude de não partilhar desses mesmos valores, mas há outros elementos que são também impostos aos leigos como forma de superar o que a Igreja considera uma decadência moral na qual o “mundo” estaria mergulhando. Os dois pontos acima se inserem nesse contexto. Eles tratam respectivamente do avanço tecnológico e da proibição do uso do álcool por parte dos leigos.

Ao incluir o aparelho de televisão na sua agenda de costumes a AD deixa transparecer a sua preocupação com as mudanças que são comuns em um mundo que está sempre se transformando. A televisão representa um avanço tecnológico que se não combatido traria prejuízos para os interesses dessa empresa de salvação. Nesse sentido, para esse grupo religioso os avanços modernos são interpretados como uma afronta aos valores ofertados no mercado religioso como bens de salvação e tidos por eles como sagrados.

A modernização e os sentidos que são atribuídos a ela fazem parte de um conjunto de narrativas que se vinculam às crenças partilhadas por um determinado grupo; e ao se portar como condutora de mudanças, esses avanços passa a representar para os assembleianos um modelo de sociedade que levaria à erosão de um mundo que estaria alicerçado sobre as bases morais cristãs. É nesse contexto que se insere a proibição do uso da televisão por parte do grupo de especialistas da AD. Em Araguaína o uso da televisão sempre foi tema recorrente nos sermões proferidos durante a realização dos cultos nos vários templos espalhados pela cidade. O uso do aparelho de TV era tratado como algo prejudicial à moral religiosa e, portanto, não deveria fazer parte do cotidiano dos leigos. O verbo está sendo empregado no passado uma vez que atualmente a utilização do aparelho já não desperta tantas inquietações

como no passado recente. Pastor Wagner ao abordar o assunto mostra o quanto ele era delicado na Igreja tempos atrás e como ele veio se transformando no decorrer do tempo.

Eu conheço um pastor e esse, esse, irmão Joaquim, ele ficou sem graça. Eu não era pastor ainda não. Nem obreiro eu era na época. Só cantávamos, né? E eu fui na igreja dele. Eu conheci pessoas que ele disciplinou porque assistia televisão; e eu fui na cidade dele cantar na igreja que ele era pastor. Quando eu cheguei, nós fomos ficar hospedados na casa dele. Depois do culto chegamos, assim, muito rápido, quase na hora do culto. Foi em Esperantina, lá no bico do papagaio. E aí quando terminou o culto nós fomos pra casa dele pra jantar e dormir e quando... eu tinha ficado num quarto. Não tinha ido na sala da casa dele não. Dentro da casa o quarto, mas não tinha acesso a sala. Aí quando terminou a janta ele me chamou pra ir pra sala, quando chegou lá tinha uma TV, com tela de plasma, do tamanho dessa mesa aqui. Bem na sala dele. Aí eu não aguentei. Falei: pastor, me diga uma coisa? Quantas pessoas o Sr. disciplinou porque assistia televisão? E agora o senhor tem uma na sua mesa, na sua sala. Me diga: Jesus mudou? Rapaz, ele ficou sem graça, abaixou a cabeça, saiu foi pro quarto dele. (entrevista concedida pelo pastor Wagner Mendes dos Santos, no dia 07/05/2021).

O uso da televisão por parte dos leigos é um dos elementos simbólicos que AD vem mobilizando para atender aos seus objetivos. Por várias décadas a utilização desse aparelho foi um dos temas mais debatidos dentro dessa instituição religiosa. As mudanças são necessárias e até inevitáveis como foi o caso da liberação desse eletrônico entre os assembleianos. A necessidade de se adequar a um mercado religioso cada vez mais concorrido tem levado a igreja em questão a aceitar algumas mudanças. Na pergunta “Jesus mudou?” O que na verdade representou um sentimento de indignação transformado em um questionamento direcionado a um pastor que era contrário ao uso da TV mostra o quanto as transformações podem ser inevitáveis, mesmo para aqueles que defendem ideias mais conservadoras em relação aos costumes. Se Jesus não mudou, pois a pergunta já tinha uma resposta, a AD foi forçada a mudar em alguns dos seus ensinamentos uma vez que a nova conjuntura estava exigindo. Nesse sentido, os elementos simbólicos são mobilizados visando atender aos interesses de um grupo de acordo o tempo e o território em que estão inseridos.

O relato do pastor Wagner também traz elementos que colaboram para entendermos como a AD de Araguaína lida com os avanços modernos. A televisão é uma das conquistas da modernidade. Além de servir como entretenimento, serve também para as pessoas terem acesso as informações no dia a dia. Mas a AD sempre se posicionou contrário à utilização do aparelho por parte dos leigos. Aqueles que ousassem ter esse eletrônico em seus lares eram afastados das funções que desempenhavam na Igreja, tendo o direito de participar efetivamente da vida religiosa novamente somente quando se desfizessem do referido objeto. Para esse grupo religioso, os elementos que são vistos como conquista da modernidade, ao

contrário de representarem melhoria na vida das pessoas, significam o medo de que esses avanços questionem as crenças arraigadas pela Igreja. Sousa, analisando a revista da escola dominical, reunião que acontece aos domingos de manhã para estudos da bíblia, diz “o temor, sempre presente na trajetória do cristianismo, de que o avanço da ciência adentre as portas da igreja, seja absorvido pelos fiéis e arrefeça sua fé religiosa”. (2011, p.178).

Para o cristianismo, ciência e fé são conceitos que se antagonizam, chegando a ser considerados rivais pelos assembleianos. Ao abordar o tema em uma de suas reuniões mais tradicionais a AD mostra o quanto o assunto desperta o interesse dos seus leigos e especialistas. Na visão desse grupo religioso a fé é o elemento que dá sentido para as suas ações. Entre os bens de salvação oferecidos pela instituição a fé talvez seja aquele bem que mais oferece coesão ao grupo, sendo através dela que, segundo o corpo de especialistas, os demais bens são alcançados, inclusive a própria salvação. Assim, é a fé e não a ciência e suas conquistas que deve nortear a vida desses religiosos em Araguaína. O aparelho de televisão era entendido e, em alguns lugares, ainda o é como um objeto que teria o poder de abalar a fé do grupo o que levou à sua proibição. Essa rivalidade com os avanços da modernidade por parte dos assembleianos tem feito parte da história dos seus cento e dez anos.

A pauta referente aos temas comportamentais envolve outros aspectos da vida dos leigos, como o uso de bebidas alcoólicas. Ingerir bebida alcoólica vem sendo proibido ao longo das décadas na AD. A sua proibição por parte do corpo de especialistas da referida instituição representa uma negociação destes com os leigos, visando o controle do acesso aos bens de salvação. A promessa de salvação e a expectativa de que possam desfrutar de certo respeito na sociedade, respeito esse que supostamente estaria sendo inviabilizado pelo consumo que alguns agentes sociais fariam de bebidas alcoólicas, está entre os motivos que levariam esses leigos a cumprirem a sua parte no acordo. Além disso, a relação entre costumes controlados e a entrada da AD no campo político está vinculada também à imagem de sobriedade e moderação dos seus membros, o que deve coincidir com o discurso doutrinário para que passe à sociedade em geral o efeito de verdade desejado.

Quando os membros da AD não mantêm uma imagem pública condizente com o discurso de seus especialistas, especialmente no que se refere aos comportamentos morais, a possibilidade de que sua pauta conservadora de costumes seja questionada socialmente e politicamente por outros grupos que disputam espaço no campo da política se amplia, por isso a necessidade de controle permanente dos comportamentos e um movimento constante dentro da AD.

A necessidade de controlar o cotidiano dos leigos e ao mesmo tempo visando à entrada

da AD no campo político tem levado os especialistas a incluírem na pauta dos costumes temas que vão além das vestes e bebidas alcoólicas, levando-os a abordar as temáticas voltadas para a propala da defesa da família, a sexualidade e o aborto. A pauta de costumes na AD, especialmente as que se propõem a defender a família, é móvel e está constantemente em mudança, com vistas a fazer a defesa dos valores de cunho moral. Ela busca também a se opor a determinados avanços nessa área. A defesa desses valores e a tentativa de controlar as mudanças têm feito com que esse grupo religioso seja associado a um conjunto de ideias denominadas de conservadoras. Ronaldo de Almeida no artigo intitulado “A onda quebrada – evangélicos e conservadorismo” propõe, como caminho para compreender o conservadorismo moral religioso na conjuntura atual, um conjunto de ideias que ele denomina de quatro linhas de força.

Proponho compreender a conjuntura político-religiosa no Brasil atual como composta por linhas de força que cooperam para a resultante que tem sido considerada conservadora. Elas não se sobrepõem completamente, podendo até serem contraditórias em pontos específicos, mas articulam-se em torno de opositores comuns. Quatro linhas de força parecem-me centrais para compreender a conjuntura atual e a participação evangélica no que tem sido nomeado como “onda conservadora”, a saber: econômica, moral, securitária e interacional. (2017, p. 13).

Pela citação apresentada, é possível inferir que o conservadorismo tem vários rostos e os sentidos atribuídos a ele dependem do contexto no qual está inserido. Almeida elenca no seu trabalho quatro faces que essa ideologia vem apresentando na atualidade em território brasileiro, para o autor essas quatro linhas de força são de ordem econômica, moral, securitária e interacional. Mas esse trabalho vai tratar apenas da linha de força que envolve a moral, pois no nosso entender tem sido esse o elemento que vem organizando o poder simbólico dos assembleianos em Araguaína uma vez que o rosto do conservadorismo araguainense está voltado para as questões de ordem moral. Como plataforma política que organiza o poder simbólico dos Assembleianos essa agenda dos usos e costumes tem sido mobilizada pela Igreja para adentrar no campo político e dessa forma auferir vantagens materiais perante o poder público.

Uma pauta que por décadas tratou quase que somente de temas voltados para a aparência e comportamento privado dos leigos, desde a constituinte de 1985, vem sendo atualizada e invadindo o debate público incorporando novas temáticas como a proibição do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Transformando uma discussão que seria restrita apenas aos evangélicos em uma pauta de interesse público, essa mudança no discurso passa pela necessidade de os assembleianos organizarem uma pauta política tendo como elemento



de coesão os usos e costumes. A construção dessa pauta visa impor a visão de mundo desses religiosos aos demais agentes sociais como sendo a correta e verdadeira (BOURDIEU, 2004). Esse discurso para ser legitimado precisa ser reconhecido pelo grupo e emanar de uma autoridade, o que no caso da AD vem dos seus pastores. (BOURDIEU, 2004). Estes são os responsáveis pela elaboração do discurso que instituía pauta dos costumes.

O discurso dos usos e costumes objetiva reconhecer a participação da AD no campo político. É por intermédio da agenda dos costumes que esse grupo ganha visibilidade e poder político. Por isso, esse discurso precisa emanar de autoridade legítima com capacidade de fazer ver e fazer crer nos elementos que compõem a dita agenda, os quais precisam ser reconhecidos para legitimarem a participação política da instituição. (BOURDIEU, 2004). Os assembleianos, enquanto grupo, precisam reconhecer os valores dessa agenda, pois, é por meio dela que passam a ganhar visibilidade política perante os outros grupos religiosos e políticos.

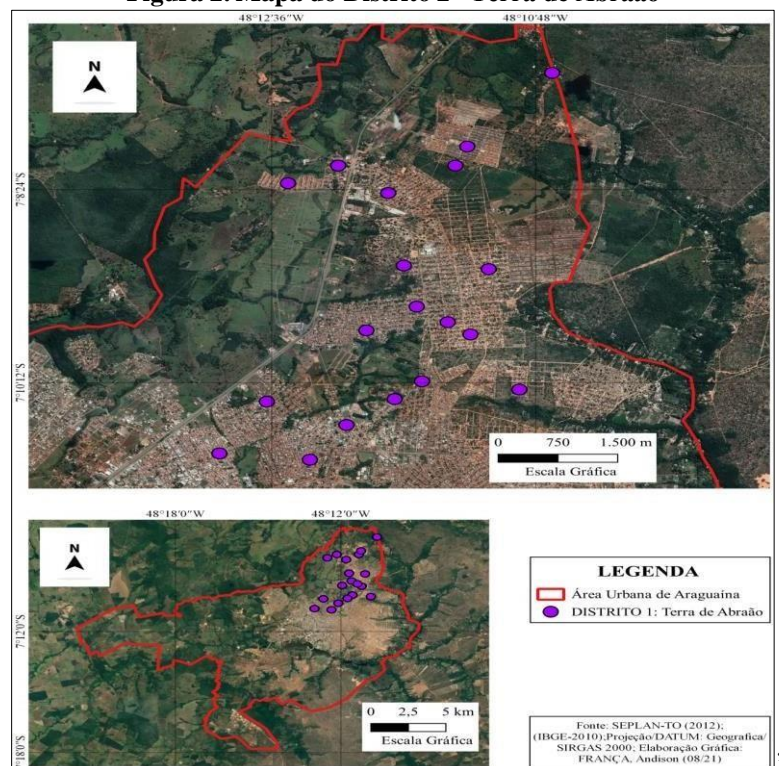
O reconhecimento desse grupo é ato performativo que exige que o discurso produzido sobre a moral religiosa institua uma realidade que provoque a sensação de que a sociedade está mergulhada em uma profunda crise de ordem moral (BOURDIEU, 2004, p. 116). Ao instituir-se com uma realidade no campo religioso, o discurso sobre uma “crise moral” forneceria as condições para a AD adentrar o campo político como representante da conservação dos costumes e, conseqüentemente, como restauradora de uma ordem. Contudo, em um momento anterior, quando a AD decidiu entrar, definitivamente, no campo político, sua posição político-partidária era complexa e antagônica.

A partir da análise dos relatos orais dos pastores e dos principais membros da AD Seta, em Araguaína, à continuação se discute a forma com que a Igreja passou de um discurso que recusava a política para um discurso (e uma prática) que assumiu a política como um de seus preferidos campos de atuação.

## 4 A CONSTRUÇÃO DO PODER POLÍTICO DA AD Seta DE ARAGUAÍNA: DESAFIOS E PAUTAS

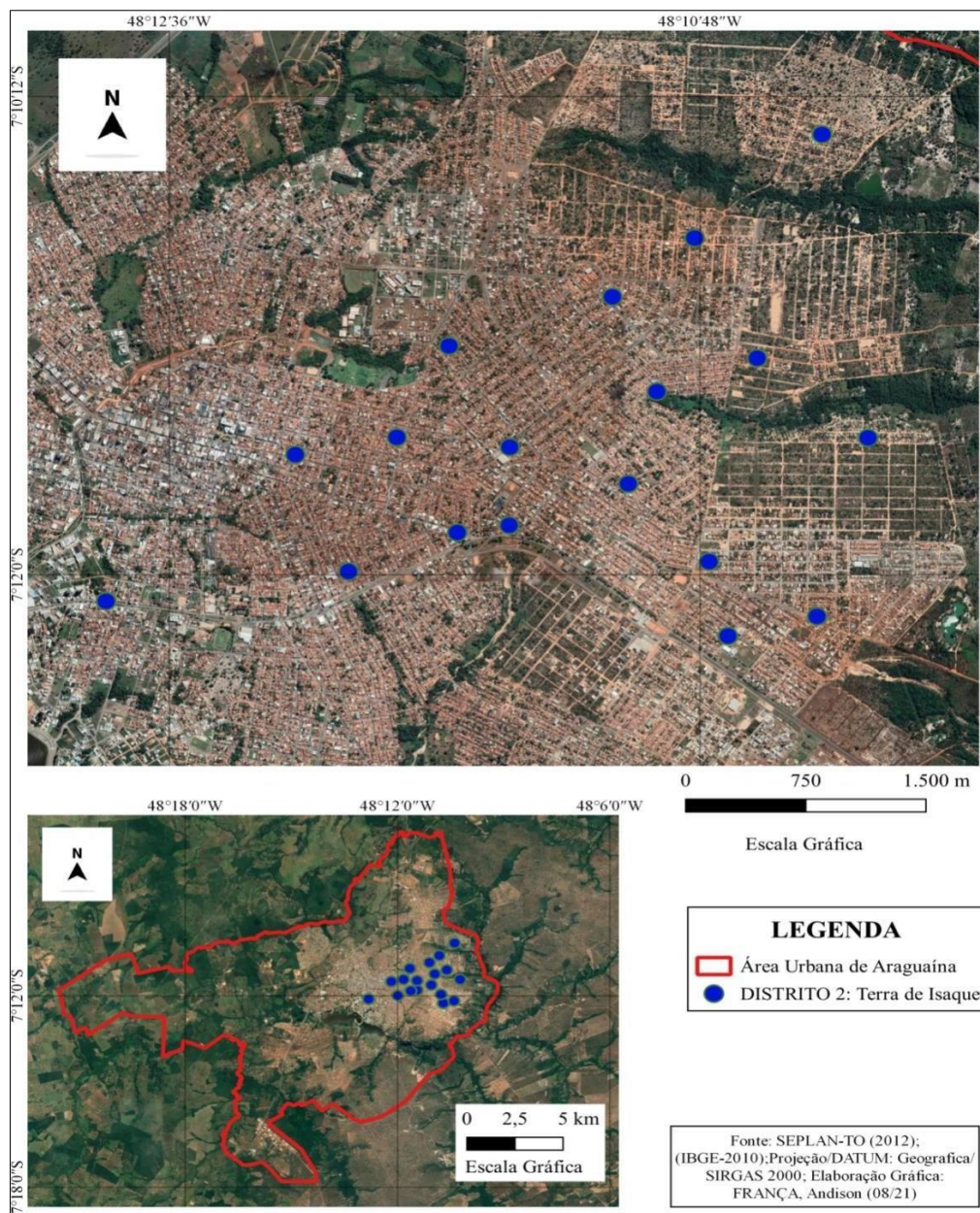
Considerando a discussão proposta no capítulo anterior, sobre as territorializações físicas e simbólicas da AD, em Araguaína, destacamos as disputas externas e internas por ocupação espacial e, ademais, a constituição de uma territorialização simbólica que visou a estabelecer padrões de comportamento e de expressão social dos leigos. Desde seu surgimento, em Araguaína, na década de 1940, a Igreja AD passou por muitas mudanças, cisões, ampliações e, especialmente, por um forte crescimento, o que justifica o aumento de suas igrejas e a ampliação de suas congregações, como evidenciado nos mapas a seguir (Figuras 1 a 5):

**Figura 2. Mapa do Distrito 2 “Terra de Abraão”**



Fonte: Arquivo do autor.

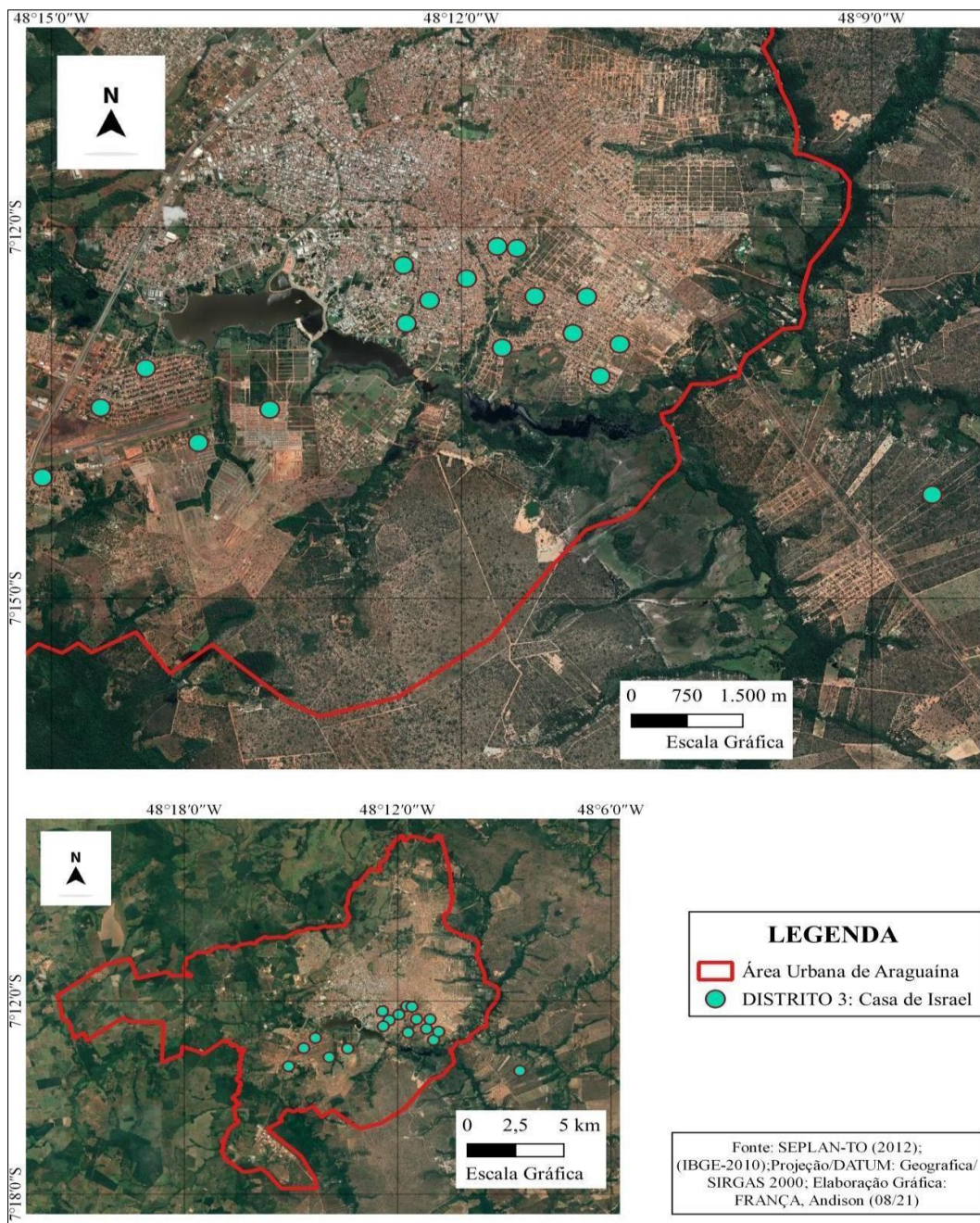
**Figura 3. Mapa do Distrito 3: “Terra de Isaque”**



Fonte: Arquivo do autor.

**Figura 4. Mapa do Distrito 4: “Casa de Israel”**

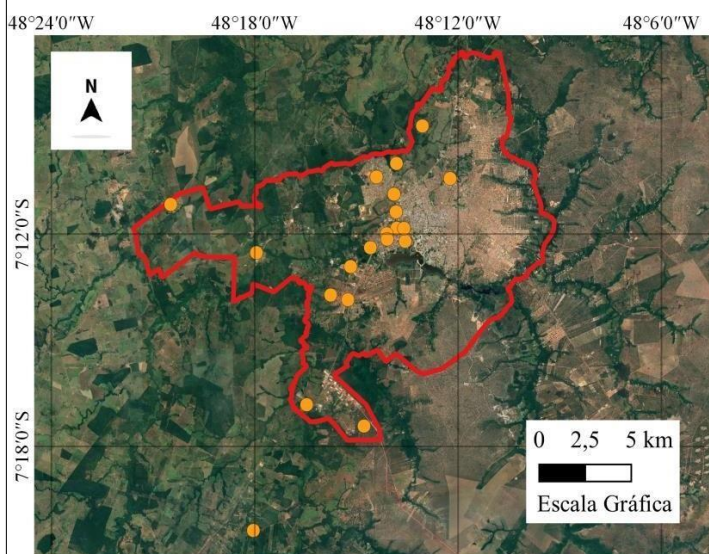
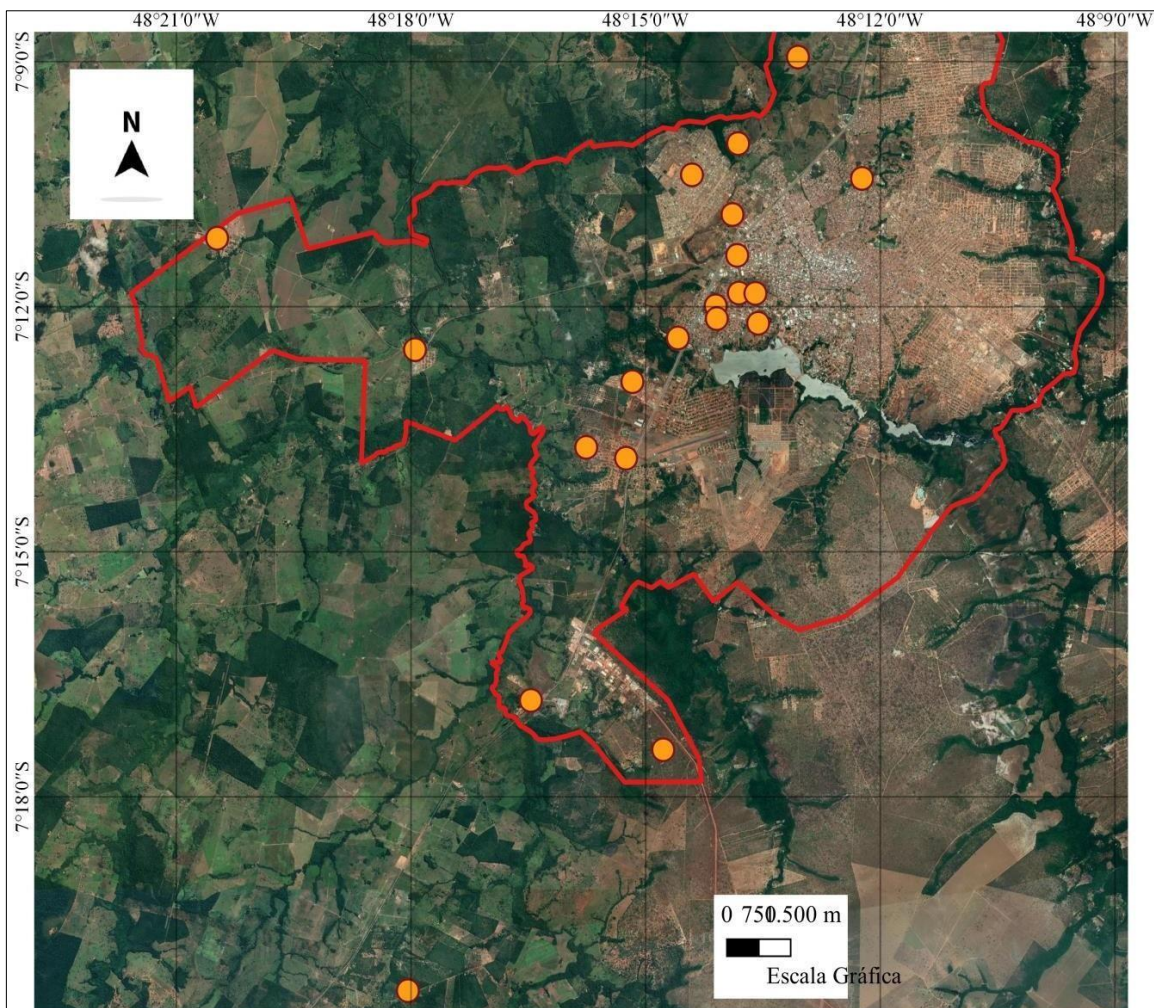




Fonte: Arquivo do autor.

**Figura 5. Mapa do Distrito 5: “Casa de Davi”**





**LEGENDA**

- Área Urbana de Araguaína
- DISTRITO 4: Casa de Davi

Fonte: SEPLAN-TO (2012);  
 (IBGE-2010); Projeção/DATUM: Geografica/  
 SIRGAS 2000; Elaboração Gráfica:  
 FRANÇA, Anderson (08/21)

Fonte: Arquivo do autor.

De fato, no ano 2000, segundo os relatos dos nossos depoentes, como o do pastor Fredson, o número de igrejas variava entre 45 e 50 templos. Desde então, houve um crescimento significativo da AD Seta e, atualmente, segundo a secretaria da Igreja, são 83 congregações, conforme se observa nos mapas. Essas congregações são divididas em quatro distritos, que comportam, em média, 21 igrejas. Cada distrito recebe o nome de um personagem bíblico: “Terra de Abraão”; “Terra de Isaque”; “Casa de Israel” e “Casa de Davi”. Essa AD vigorosa e em crescimento está vinculada, como já afirmado, à sua entrada no campo político partidário, que fortaleceu sua influência para além dos muros da instituição. No entanto, décadas antes, a situação era outra, pois o discurso de que “crente não se envolve com política” tinha forte repercussão dentro da referida denominação.

Nesse sentido, para compreendermos como se deu esse processo de “entrada na política”, inicialmente pretendemos discutir a ideia que, durante bastante tempo, foi difundida entre os assembleianos: crente não deveria se envolver com política. Na sequência, propomos a evidenciar como a cisão de 2000, a chamada “segunda cisão”, representa um momento no qual a Igreja fortalece a ideia de que não é apenas eleitor, e que pode, sim, ser eleito. Isso se relaciona profundamente com o fortalecimento das pautas de costumes e comportamentos uma vez que é um mecanismo e um instrumento para a entrada definitiva da AD Seta no campo da política partidária.

#### **4.1 A Cidadania Política dos Leigos da Assembléia de Deus em Araguaína: de “crentes” a crentes eleitores**

A AD, desde a sua fundação, manteve-se afastada da política partidária. Em parte, essa posição de distanciamento tem relação com a nacionalidade dos pais fundadores. A Suécia era um país de religião predominantemente luterana, ou seja, o luteranismo era a religião oficial do estado e, quem não o professasse, passava a sofrer a perseguição estatal. Ao chegarem ao Brasil, Daniel Berg e Gunnar Vingre optaram por manter certa distância do campo político, dada a experiência que tiveram na sua terra natal. Esse elemento pode ter-se constituído como um fator cultural fundante da tradição assembleiana. Desde então, a AD foi construindo um discurso que visava a passar a ideia de que esse grupo religioso era totalmente avesso às

disputas eleitorais. Aos leigos, era concedido o direito de votar, mas o corpo de especialistas lhes aconselhava que não se envolvessem diretamente com as disputas eleitorais. No entanto, essa versão de que a igreja seria apolítica vem sendo contestada por vários estudiosos que se propõem a investigar a relação entre o campo político e o religioso no Brasil. O ano de 1986 (ALMEIDA, 2020) é reconhecido, por vários especialistas (a exemplo dos sociólogos), como o marco da entrada dos evangélicos na política partidária. Contudo, é contestado por outros pesquisadores, em especial os historiadores, que enxergam nesse período a consumação de um processo histórico iniciado décadas atrás. No artigo intitulado *Revista a Seara e o debate sobre a inserção da Igreja AD na política partidária (1956 – 1958)*, o historiador André Dionei Fonseca entende que esse processo histórico teria iniciado bem antes da Assembleia Nacional Constituinte. Segundo ele, o objetivo do artigo é

Demonstrar que, embora a maioria da liderança da AD (AD) fosse, naquele contexto, hostil à participação da igreja na arena política, havia alguns membros e líderes que viam sua inserção no âmbito político como algo urgentemente necessário. (2020, p. 1).

O artigo trata da publicação da revista *A Seara* pela CPAD na década de 1950. Nesse periódico, já havia uma discussão interna de alguns sobre a necessidade de a AD participar da política partidária. Mesmo sendo uma discussão proposta entre grupos minoritários, dentro da instituição, já era possível perceber o interesse de leigos e especialistas em torno do assunto. Se, por um lado, a AD, no seu início, optou por não participar institucionalmente do processo eleitoral, por outro, jamais se pôs a contestar o poder instituído. Ou seja, em alguma medida, sempre foi uma aliada dos governos, mesmo não fazendo parte da estrutura do Estado. Portanto, sendo a Igreja portadora de um capital religioso, e detendo o monopólio do discurso político-religioso dos leigos, houve a necessidade de justificar uma mudança de postura em relação ao campo político, o que fez com que a AD mobilizasse o seu capital religioso para criar as condições que garantissem o apoio dos leigos frente à nova postura adotada.

A necessidade de estabelecer uma data que delimitasse com precisão a entrada da AD na política partidária funciona mais como uma disputa entre as várias áreas do conhecimento do que, especificamente, uma resposta a essa dúvida. As datas, dessa forma, funcionam mais como um marco de onde se parte para estabelecer um ponto inicial que forneça respostas às dúvidas. Como já dito, a AD sempre esteve apoiando os governos do momento, ou seja, mesmo não participando diretamente do jogo político, ela sempre buscou encontrar respostas para os seus interesses sem se importar com quem estivesse no poder. Desse modo, procurou

evitar atritos com o poder político e não formular propostas que pudessem ser interpretadas como uma ameaça ao grupo político que estava no poder. Segundo o historiador Adroaldo José Silva Almeida, foi essa a postura da AD durante os 21 anos da ditadura militar no Brasil. O exemplo mais provável dessa submissão ao grupo que estava no poder se deu com a aprovação da lei do divórcio, em 1977.

Alguns pastores pretenderam redigir um manifesto desaprovando a lei do divórcio, o que deixou a cúpula da igreja preocupada. O presidente do Conselho Administrativo da CPAD, Pr. Alípio da Silva, e o presidente da Junta Executiva de Deliberações da convenção geral, Pr. Túlio Barros Ferreira, recomendam aos pastores assembleianos o seguinte: “Que não seja tomada qualquer medida, com base na lei que instituiu o Divórcio no Brasil nem que possa prejudicar o bom relacionamento que sempre houve entre as Assembleias de Deus e as autoridades constituídas, a fim de que seja conservado, entre nós, o princípio do respeito às instituições do país”. (ALMEIDA, 2020, p. 195).

O uso da expressão “autoridades constituídas” na citação é recorrente entre os assembleianos. O entendimento desse grupo religioso é de que essas autoridades foram constituídas por Deus, e que, por isso, devemos total submissão a elas. O leigo não deve se colocar contra as decisões do governo uma vez que foi Deus que o colocou como governante daquele País, Cidade ou Estado. Partindo dessa leitura que esses religiosos têm do mundo, a ideia é que não seria bom contrariar “as decisões divinas”. Essa leitura da AD sobre o campo político mostra claramente como o poder simbólico vem sendo mobilizado pelo corpo de especialistas da igreja. Esses, ao se reportarem à escolha dos governantes como uma ação puramente divina, dão a uma decisão política o caráter de santificação, tornando invisível todo o jogo de poder que há nesse entendimento.

O bom relacionamento entre a AD e o governo militar, ao que se refere Almeida (2020), traz implícita a preocupação dos líderes da igreja em manter invisíveis os seus interesses econômicos e políticos. A necessidade de manter um bom diálogo com os poderes constituídos — a fim de que suas ambições fossem atendidas — fez a igreja ir além e decidir entrar na disputa político-eleitoral. Daí a necessidade de uma data que fosse o marco de entrada da AD no campo político e, mais do que isso, era necessário elaborar um discurso que conseguisse mobilizar os anseios dos leigos no sentido de que aderissem ao projeto político da instituição. Por outras palavras, a AD sempre esteve próxima do poder político mesmo que dissesse o contrário. No entanto, faltava a ela criar as condições que lhe permitisse disputar os espaços de poder na busca por hegemonia, tanto no campo político como no religioso.

Foi nesse sentido que se tornou importante construir a pauta dos costumes como discurso religioso com finalidade política, e ter o ano de 1986 como o marco da entrada dos



evangélicos na arena política partidária. Estamos cientes de que a participação da AD nas disputas políticas partidárias foi um processo histórico; mesmo assim, entendemos que, para atender à finalidade deste trabalho, é importante ter uma data como referência que simbolize a entrada desse grupo no processo político. Foi um processo não linear e que, aos poucos, se interiorizou pelo Brasil. Em Araguaína, a AD seguiu os passos do que foi observado no restante do País, e sempre se comportou como uma forte aliada do poder político no município, mesmo não tendo representante no parlamento municipal e na prefeitura. Não contando com representação política, mas valendo-se do capital religioso, o corpo de especialista local tinha acesso ao prefeito municipal como foi observado na fala da depoente Antônia Salazar:

Deixa eu te falar, no tempo do meu esposo [Década de 1980], cobraram a calçada em volta, 15m de frente e 30 de comprimento, a energia e a água. Todo ano ele tinha que pagar o imposto predial. Tinha que pagar isso. Paga aqui, paga aquilo. E teve um ano que ele disse: - “eu vou lá na prefeitura falar com prefeito, era época do Joaquim Quinta. “Eu quero perguntar! O Santa Cruz é dona da quadra toda. Os padres faz quermesse, faz leilão, ganham bezerro, ganham vaca. Ganham isso, ganham aquilo. O padre não paga imposto de energia e de água, de nada, e nem o predial. E por que que eu com a minoria só essa esquina eu tenho que pagar. Por que que é assim”? É bom o senhor procurar seus direitos e tal. Mas até hoje! Semana passada eu ia saindo de uma reunião que a gente faz, reunião de família, as quartas de manhã, e eu que recebi o talão de luz da igreja. (Entrevista concedida por Antônia Salazar de Freitas em 11/02/2020).

Segundo nossa interlocutora, esse encontro se deu entre o pastor Francisco Bueno de Freitas e o prefeito Joaquim de Lima Quinta, ocasião na qual o líder religioso requereu junto ao gestor municipal a extinção de alguns impostos que a igreja vinha pagando. Ou seja, nesse encontro, os interesses políticos e religiosos se misturaram aos de ordem econômica trazidos pelo pastor como pauta da reunião. A defesa de uma pauta econômica durante o encontro como chefe do executivo municipal revela uma das reais motivações desse grupo ao entrar para a política partidária. No entanto, para ver suas demandas atendidas, a AD deveria entrar no campo político, ocultando seus interesses econômicos. Por isso, a pauta de costumes conservadora foi um eficaz instrumento de manipulação simbólica. Para as pretensões políticas da AD, essa pauta passa a desempenhar a função de consagração das pretensões materiais dessa instituição. Para Bourdieu (1982):

A religião exerce um efeito de consagração sob duas modalidades: 1) através de suas sanções santificantes, converte em limites legais os limites e as barreiras econômicas e políticas efetivas e, em particular, contribui para a manipulação simbólica das aspirações que tende a assegurar o ajustamento das esperanças vividas às oportunidades objetivas; 2) inculca um sistema de práticas e de representações consagradas cuja estrutura (estruturada) reproduz sob uma forma transfigurada, e portanto irreconhecível, a estrutura das relações econômicas e sociais vigentes em

uma determinada formação social e que só consegue produzir a objetividade que produz (enquanto estrutura estruturante) ao produzir o desconhecimento dos limites do conhecimento que torna possível, e ao contribuir para o reforço simbólico de suas sanções aos limites e às barreiras lógicas e gnosiológicas impostas por um tipo determinado de condições materiais de existência (efeito de conhecimento-desconhecimento). (1982, p. 46).

Acompanhando Bourdieu, a entrada da AD no campo político, para ser legitimada, precisaria de uma “pauta consagrada” cujo discurso conseguisse expressar as crenças defendidas por esse grupo. Adentrar no campo político como forma de avançar sobre os interesses de ordem econômica só era possível se tivesse um elemento simbólico de coesão que traduzisse uma suposta preocupação dos leigos e especialistas em relação aos temas morais. De fato, o exercício da cidadania passa, necessariamente, entre os assembleianos, pela defesa dessa agenda, pois é ela que os torna participantes da vida político-partidária. Nesse sentido, a pauta dos costumes é um elemento discursivo que busca dar identidade política a esse grupo. Essa pauta acompanha a AD nos vales dos Rios Araguaia e Tocantins desde o início do processo de territorialização vivido pela instituição no final dos anos de 1940, constituindo-se, assim, em um elemento de territorialidade e de formação de uma dada cultura política, o que tem levado a um comportamento político por parte desse grupo religioso em Araguaína.

Portanto, a AD, por agir sob um poder simbólico, não pode explicitar a verdade objetiva que a levou às disputas no campo político. Segundo Bourdieu, os interesses que movem o corpo de especialistas das instituições religiosas são de ordem econômica. (1982, p. 61). Mas, como essas instituições e os seus representantes se proclamam os representantes de Deus na terra a AD viu-se obrigada a elaborar um discurso que conseguisse dar ares de santidade a uma preocupação que é puramente de ordem econômica. Nesse sentido, os elementos simbólicos da referida igreja foram mobilizados com o intuito de tornar uma agenda que se voltava para a exigência de dispensa de IPTU dos seus templos, por parte do poder público municipal, por exemplo, em um elemento simbólico baseado na moral capaz de justificar as suas pretensões políticas e econômicas. Segundo o autor:

Por sua vez o feiticeiro pode alugar abertamente seus serviços em troca de remuneração material, ou seja, pode assumir explicitamente seu papel na relação vendedor/cliente que constitui a verdade objetiva de toda relação entre especialistas religiosos e leigos. (BORDIEU, 1982, p. 61).

A citação fala da liberdade que possui um especialista que não está acobertado por um poder simbólico (no caso, o feiticeiro) e um líder religioso que age através de um capital

delegado pela instituição a qual representa. O especialista que age acobertado por um poder religioso delegado o faz dentro dos limites simbólicos da instituição. Age em nome dessa instituição e o capital religioso de que dispõe é conquistado graças a essa instituição. Portanto, as ações desenvolvidas por esses especialistas precisam estar imersas em um poder simbólico que as torne imperceptíveis perante aqueles que estão sujeitos a esse poder. A AD, enquanto instituição religiosa, goza de um poder perante os leigos que os tornam complacentes com esse poder. Para que a igreja, através dos seus especialistas, desenvolva um discurso para legitimar os seus interesses, é necessário que os leigos endossem esse discurso. Ao entender que deveria dialogar com o campo político, a AD percebeu que deveria justificar aos leigos sua mudança de postura. Para o pastor Wagner Mendes:

A igreja durante muitos anos, [...] foi alheia à política. O que, que acontece? Na época de Gunnar Vingre e Daniel Berg, vamos pegar bem aqui, criou-se um jargão que dizia assim: política não é para crente! E passou-se os anos e o povo continuou com esse jargão: “política não é pra crente”, é para o povo lá do mundo! E com isso aí, “política não é para nós não”, mas nós acabamos elegendo um punhado de cabra aí que hoje nos persegue, tá perseguindo as igrejas, né? E a gente acordou pra isso, irmão Joaquim. A gente acordou para isso aqui. Porque a gente tem que fazer uma transformação na mente das pessoas, primeiro, pra depois nós lançarmos... já lançamos candidato várias vezes não deu certo. Porque a sociedade brasileira, nós evangélicos, colocamos uns camaradas lá, que não quer nem saber de crente, quer nem saber de família. Os valores são todos invertidos hoje. Entendeu? Uma sociedade que o certo é o certo tão tentando botar pra ser errado e o errado estão tentando botar para ser certo. Então nós precisamos mudar nossas estratégias, precisamos mudar a maneira, as nossas visões. Porque se não, nós estamos enrolado. (Entrevista concedida pelo Pastor Vagner Mendes no dia 07/05/2021).

A necessidade de mudar a percepção que os leigos tinham a respeito da política partidária passou a ser um desafio para o corpo de especialistas da AD. A igreja levou décadas para justificar o seu afastamento das disputas políticas, e não foi diferente quando se pôs a fazer o caminho contrário. A mudança de percepção do campo político faz parte de uma construção discursiva que encontrou resistência entre os leigos e até mesmo entre os especialistas. Visão negativa que parte dos assembleianos possuía acerca do seu envolvimento com a política exigiu da igreja que começasse um trabalho de convencimento entre aqueles que continuavam a discordar dessa relação. Trabalho esse que levou décadas até que a instituição começasse a colher os primeiros frutos. Foi a partir de 1986 que se percebeu com mais força a guinada da igreja. A fala do pastor Vagner demonstra a preocupação que há entre os especialistas sobre uma mudança de postura entre os leigos com relação à política.

A expressão “política não é para crente”, citada pelo pastor, era e continua sendo, em alguns círculos assembleianos, válida. Era esse entendimento acerca do debate político que

precisava passar por mudança entre os leigos para que a igreja viesse a alcançar os seus objetivos. A partir da eleição para a escolha dos deputados que debateriam a carta constituinte de 1988, a política partidária passou a ser assunto obrigatório no meio evangélico. Se antes era um tema circunscrito a grupos de amigos que se reuniam (algo mais direcionado à vida privada dos cidadãos protestantes), a partir dessa data ganhou o espaço público através dos púlpitos e passou a ser uma das mensagens religiosas mais divulgadas dentro dos templos da AD. Portanto, a premissa mudou e a política passou a ser um assunto institucional que era debatido entre os “cidadãos crentes” tanto no que concerne a votar nos candidatos apresentados pela Igreja como a serem votados pelo grupo.

Os debates referentes aos temas políticos foram se misturando com as pautas de ordem moral que acompanharam a AD por décadas. Nesse sentido, os dois assuntos foram se fundindo e passaram a dar as diretrizes que a Igreja seguiria no campo político a partir de 1986. A busca por um discurso político e religioso que possibilitasse a coesão do grupo em questão é um dos elementos presentes na fala do pastor Vagner, em que é possível perceber a tentativa de criar uma sensação de pânico entre os leigos. Segundo essa narrativa, que vem sendo construída pelo corpo de especialistas, a sociedade brasileira e, conseqüentemente, a de Araguaína, estaria vivendo uma inversão de valores, e o mundo estaria mergulhado no caos moral. Logo, era necessário reverter esse quadro. Isso só seria possível a partir da entrada dos “cidadãos do céu” no campo político. É recorrente nos sermões proferidos nos cultos a ideia de que existe uma crise moral.

Veio muita valorização de determinados segmentos, entendeu? E aí o que, que o governo de esquerda fez? Criou a questão sexual como quase que uma classe especial no país, a questão do LGBT. Deu legalidade a uma degradação moral da sociedade e isso legalmente, legalmente mesmo, ou seja, a pessoa tem a opção, porque isso é opção da sexualidade. A pessoa é homossexual, mas você não pode dizer “Ei, homossexual”, porque ele já recebe isso aí como Ofensa; e se a igreja não se tiver nesse, a igreja não tiver o papel de intervir nisso aí, ela vai deixar de exercer o seu papel principal que é como sal da terra, de preservar. A igreja tem que preservar os bons costumes, a moral e esse povo veio para destruir. (Entrevista concedida pelo pastor Fredson Borges, no dia 03/05/2020).

Na fala do pastor Fredson, vemos a menção à expressão “degradação moral” em que, segundo ele, a sociedade estaria mergulhada. Logo em seguida, ele menciona que a Igreja deve intervir para preservar os “bons costumes”. Essa interferência deveria ser feita prioritariamente pela via político-partidária. Contrariando a visão dos irmãos fundadores a respeito do assunto, e seguindo o novo entendimento que a Igreja passa a ter, a AD deveria intervir na sociedade votando nos irmãos para os cargos eletivos. Essa mudança de postura tanto em relação à

participação no campo político quanto a respeito da compreensão de que o mundo estaria mergulhado em uma crise aguda remonta a década de 1970.

Segundo o historiador Benjamim Arthur Cowan, em seu artigo publicado em 2014, é a partir da década de 1970 que as primeiras mudanças na relação entre o campo religioso e o político começam a ser percebidas. Também nesse período foram lançadas entre os evangélicos as bases discursivas concernentes à nomeada crise moral aguda em que o mundo supostamente estaria mergulhado. A AD não tardou para também adotar o tom alarmista como plataforma política visando à mudança de sentido atribuído ao jargão “política não é para crente”. Para o historiador já citado

A direita política evangélica no Brasil tornou-se presuntiva, mas foram prefiguradas durante os processos simultâneos de redemocratização nacional e de politização evangélica na década de 1970. Nesta encruzilhada, os líderes de várias denominações religiosas adotaram a linguagem de uma crise moral aguda, lançando as bases para uma direita evangélica (2014, p. 1).

Esse processo, iniciado na década de 1970, colheu os seus primeiros frutos eleitorais com a redemocratização do País, que veio a ocorrer em meados dos anos 80 do mesmo século. Nesse período a defesa de uma agenda conservadora que visava à preservação de uma sociedade que supostamente estaria sob ameaça constante no que concerne aos aspectos morais começa a ganhar espaço entre a comunidade evangélica em todo o Brasil. Fenômeno este que aos poucos também foi chegando a Araguaína. A fala do pastor Wagner demonstra a compreensão de mundo que os assembleianos em Araguaína possuem da política e como o capital religioso adquirido pela AD deve ser mobilizado para que a mesma adentre ao campo político visando à construção de uma sociedade que eles julgam a ideal. Na construção dessa sociedade é preciso formar cidadãos que passem a se interessar pela política, mas esse interesse deve se dá dentro dos padrões morais estabelecidos para que os leigos se identifiquem com essa nova proposta. É sobre a efetividade dessa entrada da AD Seta na política partidária em Araguaína, a partir do ano 2000, que discutiremos na sessão a seguir.

## **4.2 A segunda cisão da AD Araguaína e as novas dinâmicas de inserção na política partidária**

No ano de 2000, durante a segunda cisão da AD Seta em Araguaína, quem estava à frente da direção da Igreja era o pastor Alfredo Alves de Sá. Segundo alguns relatos a cisão teria iniciado por divergências em torno da doutrina conforme podemos inferir da fala do pastor Fredson Borges, ligado ao ministério acima citado. Quando questionado a respeito dos motivos que levaram à separação, temos a seguinte explicação

Tinha! Tinha! O motivo foi, foi um, uma, um movimento novo que surgiu no Brasil conhecido como G12, né? Que foi um movimento que ia contra as doutrinas que nós seguíamos, nossos costumes e nossas doutrinas. E o líder religioso, ele fez esse encontro do G12, e ele trouxe pra dentro da igreja esse ensinamento, né? E eu penso que esse ensinamento não é de tudo o ruim. A visão do G12 é uma visão, no caso, a evangelização é tremenda. Só que havia dentro da, da visão, né? Dentro do, dos ensinamentos dele havia coisas que vai totalmente contra é, os ensinamentos da palavra de Deus. É você perdoar Deus, é você voltar ao teu passado, rever os teus pecados. E isso aí é totalmente contra o que nós seguimos. Por quê? Porque nós acreditamos através da palavra de Deus que nós fomos perdoados. Através da morte de Jesus ele nos remiu, ele nos livrou, nos livrou. Ele levou sobre si os nossos pecados, as nossas culpas. Então por causa dessa visão que o pastor na época, o Pastor Alfredo, quis implantar na igreja de Araguaína é, é houve essa, essa divisão. Mesmo porque a convenção não aceitou”. (Entrevista concedida pelo pastor Fredson Borges, no dia

Por essa linha de interpretação estaria havendo discordância entre a mesa diretora do Seta e a direção da Igreja em Araguaína. Segundo Bourdieu a dinâmica do campo religioso é constituída pelas relações de concorrência que “opõe os diferentes especialistas”. (1989, p. 50); ou seja, seria a partir de divergências entre os especialistas a respeito da condução dos negócios de uma empresa de salvação que as cisões no campo religioso se tornariam viáveis. Isso fica claro quando o pastor diz que passou a existir uma discordância na Igreja de Araguaína em relação à doutrina. No caso da AD a doutrina é um dos bens de salvação ofertados pela instituição; a obediência a essa doutrina por parte dos leigos lhes asseguraria um lugar no céu. Logo, discordâncias nessa área entre o corpo de especialistas devem ser contidas. Nesse sentido, a elaboração de um discurso por uma das partes envolvidas visando justificar a cisão como se ela fosse causada por uma divergência doutrinária tem por objetivo mascarar os reais interesses que constituem a estrutura do campo religioso. Ou seja, este é um território no qual as relações de poder, tanto material como simbólica, se fazem presentes.

O campo religioso é onde o poder simbólico é mais completamente ignorado, logo as questões discutidas nele são aceitas sem muito questionamento por parte daqueles que estão sob sua influência. No caso dos assembleianos, as disputas por poder que envolvem os agentes

especializados da instituição assumem essa lógica; e por isso as disputas em busca de melhores espaços dentro da estrutura da Igreja não são compreendidas como motivados por interesses voltados para a promoção pessoal do agente, mas, sim como um instrumento por meio do qual determinado agente faria a defesa daquilo que é tido por esse grupo como a verdadeira mensagem pentecostal. Nesse caso, o poder simbólico é mobilizado para ocultar os motivos de caráter político e econômico que movem o corpo de especialistas. Portanto, esse poder que, entre os assembleianos, é exercido através da teologia pentecostal visa manter a ordem na instituição.

Segundo Pierre Bourdieu (2018), a força do poder simbólico está nas palavras de quem tem legitimidade para exercê-lo. Como, por exemplo, no campo religioso ocorre com a figura do pastor. Na AD, esse poder é exercido principalmente pelo corpo de especialistas e por aqueles que são detentores dos chamados “dons espirituais”. São eles que têm legitimidade para elaborar os discursos destinados a explicar os eventos ocorridos nos mais de cem anos da referida Igreja no Brasil. “A crença na legitimidade das palavras” (2004, p. 15) desses agentes sociais é garantida pelo respaldo que eles gozam dentro da Igreja. A partir de 2000, com a cisão, passou a ocorrer uma guerra de narrativas entre o grupo que acompanhou o Ministério Seta e aqueles que decidiram-se por fundar o Ministério Cadetins. As várias narrativas construídas em torno do tema que visam a explicar a divisão da Igreja é fruto desse poder invisível.

O relato do pastor Fredson Borges, que acompanhou o Ministério Seta, é esclarecedor nesse sentido. Quando questionado a respeito dos motivos que levaram a cisão, afirmou:

Ali. Eu vejo, eu vejo aquilo ali que foi uma briga, uma disputa de poder, né? Porque a nossa igreja ela é filiada, é só. Ela é filiada ao Ciadseta, a uma convenção, entendeu? Ela é filiada fraternalmente a uma convenção. Só que as igrejas são independentes. Por exemplo, a igreja em... de Araguaína ela é filiada a uma convenção, a convenção Ciadseta. Só que a igreja na época, o líder, ele não quis aceitar a intervenção da convenção aqui, né? Então eles, eles ficaram com medo de ser transferidos...Essa intervenção é o seguinte: porque hoje, por exemplo, nosso pastor, Pastor Paulo Martins, ele é o presidente, ele é o líder da Convenção hoje, mas digamos que ele seja subordinado ao presidente da comissão, da Convenção, a convenção ela tem o poder de transferir ele daqui, entendeu? Mover ele dessa cidade pra uma outra cidade. Então é, na realidade, nós estamos sobre as ordens da Convenção. Mesmo sendo uma igreja com CNPJ, mesmo sendo uma igreja filiada fraternalmente. O patrimônio da igreja não pertence à Convenção, né? O patrimônio não pertence. E isso que eles, na época, ficaram com medo de, de perder o patrimônio, de perder a posição. E eles então formaram uma ata, né? Desligando a igreja de Araguaína da Convenção. (Entrevista concedida pelo pastor Fredson Borges em 18/08/2020).

No relato do pastor Fredson, são expostas duas dimensões que, nos anos 2000, foram fontes de disputa por poder, como ele mesmo assume, entre os especialistas da AD em

Araguaína: de um lado, a preocupação com a autonomia de ação, que se expressa na demanda de não ser transferido para outra igreja; de outro, a preocupação em manter o patrimônio. Ou seja, embora discursivamente os “dons espirituais” e a cultura pentecostal apareçam enquanto fatores que fundamentalmente provocam conflitos e cisões na AD, no relato, observamos que as relações de poder material se encontravam no centro das disputas. Contudo, ainda que os interesses políticos e econômicos estejam entre as reais motivações que norteiam as ações do corpo de especialistas da referida instituição, esses se apresentam ao grupo de leigos como práticas que possuem um cunho sagrado. Segundo esse discurso, o que pode mover os interesses da AD é a defesa intransigente da dita “moral cristã”.

Ainda que o pastor Fredson assuma a existência de interesses não muito “sagrados” que, em 2000, teriam sido a causa da cisão — a exemplo da disputa pelo patrimônio da igreja — o grupo ligado ao seu Ministério Seta procura, em suas narrativas sobre o tema, tratar o assunto como sendo resultado de divergências doutrinárias entre a direção da Igreja de Araguaína à época e a mesa diretora da convenção. Tem sido essa a mesma posição de vários especialistas do citado ministério sobre o assunto. É o que podemos inferir da fala do pastor James Barbosa:

O que, o que eu entendi que na época, havia o interesse de justamente de liberar doutrinariamente a igreja, estava ligada, estava ligada a esse interesse, né? Como vários outros é, por exemplo, interesses pessoais, interesses pessoais. Determinada liderança tinha o interesse de perpetuar, ou a família desta liderança se perpetuar na direção da igreja, porque na época eu lembro muito bem, que foi oferecido por parte da direção da mesa diretora da convenção, uma transferência do líder atual da época para uma outra determinada igreja do campo, compatível e não foi aceita. (Entrevista concedida pelo pastor James Barbosa, no dia 03/03/2020).

Essa incompatibilidade estaria relacionada a uma inovação nas práticas de evangelização pretendida pela direção local com a que o Ministério Seta não concordava. Nesse sentido, a proposta de alterar os modos como a Igreja vinha promovendo o seu trabalho de evangelismo foi rejeitada de pronto pelo referido Ministério. Mas, além dos interesses políticos e econômicos que direcionam as ações do corpo de especialistas, há uma enorme resistência por parte desses agentes sociais em aceitar mudanças. Assim, ainda que esse recurso discursivo seja usado pelo Ministério Seta para mascarar os reais interesses da cisão, o que está implícito, nesse caso, é uma certa resistência às mudanças, o que caracteriza a ideia conservadora.

O fato de o pastor da época não aceitar a transferência para outra Igreja que a convenção lhe teria oferecido tem algumas explicações que extrapolam o campo do sagrado, sempre enfatizado pelo corpo de especialistas para justificar suas práticas. Entre as possíveis alegações



está o fato de a Igreja de Araguaína ser reconhecida como uma das maiores da convenção do Ministério Seta. Esse fato confere prestígio social, econômico e político a quem estiver à sua frente. Ao aceitar deixar tal posto, provavelmente, o especialista perderia parte desse prestígio que desfrutava estando à frente da sua Igreja. Em 2000, a Igreja de Araguaína Ministério Seta contava com 50 congregações e que, segundo o relato do pastor James Barbosa da Silva, sobre o Ministério Seta.

Naquela época aconteceu. Eles, eles ficaram com as maiores congregações, né? Eram 36 igrejas... Não! Era 50...deixa eu ver aqui...eram 50 Igrejas. Eram 50 igrejas, né? Aí o que, que ocorre? Eram 50 Igrejas. Nós ficamos na época, depois do acordo, né? Que foi feito, nós ficamos com 36 e eles ficaram com 14. 14 Igrejas, né? Só que eles ficaram com os templos maiores, mais centralizados, né? Que tinha a maioria de membros, né? A gente ficou com, mais a periferia e as congregações pequenas. Aí depois que foi negociando aí a gente voltou para umas igrejas mais centralizadas, maiores, né? Mais na época a gente ficou mesmo só com povo, né? ...A maioria, a maioria ficou com o Seta. A maioria, a maioria. A maioria. E foi um tempo que a igreja cresceu mais. Várias Igrejas foram abertas de repente. E, logo, logo a gente já tinha, chegamos a casa de 50 congregações novamente. E hoje nós temos, estamos aí com 85 congregações. (Entrevista concedida pelo pastor James Barbosa da Silva em 03/05/2020).

A cisão que originou o Ministério Cadetins teve uma série de atritos físicos e demandas judiciais entre as duas partes envolvidas. Na fala do pastor James aparece novamente a disputa pelo patrimônio da instituição. Após vários conflitos pela posse dos templos foi realizado um acordo entre os especialistas com a finalidade de dividir os cinquenta templos que a AD Seta possuía na cidade. O patrimônio da Igreja que seria a causa maior da desarmonia foi objeto de partilha entre os conflitantes. Ficando dessa forma cada parte contemplada com uma quantidade de templos, o que colocou fim ao conflito, ao mesmo no que diz respeito às demandas patrimoniais.

Na fala do pastor Fredson acima há alusão à independência das Igrejas ou congregações em relação à convenção. Uma possível mudança no estatuto da Igreja no ano em questão teria levado a um descontentamento entre o corpo de especialistas. Como já dito nessa dissertação a AD adota o modelo congregacional, no qual as igrejas locais gozam de certa independência administrativa e financeira. Na visão dos especialistas que permaneceram no Seta a mudança no estatuto estaria alterando essa autonomia. Principalmente a liberdade financeira uma vez que toda a arrecadação seria enviada para a Igreja Sede. A possível perda da liberdade econômica remonta também à dificuldade em aceitar mudanças por parte desse grupo. Segundo relato do pastor James Barbosa

sido feita a alteração estatutária, né? O que, que ocorria com essa nova modalidade de administração financeira da igreja na época? Se o dirigente precisasse de comprar uma vassoura lá para congregação, ele tinha que vir na tesouraria da igreja no centro, na sede, pegar uma requisição e comprar... Tinha alguns comércios autorizados. E outras às vezes você ia no comércio pegava o valor do objeto, ia lá pegava o dinheiro pra você comprar. ..Então essa era a modalidade que seria implantada na época, né? Ainda começou, mas logo, logo veio essa cisão da igreja.(Entrevista concedida pelo Pastor James Barbosa da Silva no dia 03/05/2020).

Pelos relatos acima, observamos ter havido durante o processo de cisão de 2000 um conjunto de fatores que colocaram em oposição as lideranças da AD Araguaína, dentre elas podemos destacar o receio de alguns líderes em perderem prestígio social e simbólico dentro do campo. Outro fator que destacamos se refere à resistência em ter suas ações controladas pela igreja sede, considerando que com a alteração estatutária, todas as decisões econômicas, financeiras e patrimoniais deveriam ser autorizadas. Assim, a ameaça de perder a relativa liberdade econômica da qual desfrutavam levou parte do corpo de especialistas a demonstrar descontentamento com a liderança da Igreja de Araguaína e, dessa forma, levarem a cabo a cisão do ano 2000. Considerando esses fatores, é importante compreender que na base de todas essas questões, as quais levaram à cisão, está um aspecto estrutural da AD: uma forte resistência às mudanças, resistência essa oriunda do conservadorismo. Tema esse que unifica culturalmente essa denominação.

O ano 2000 também assinala uma maior organização e participação da AD local no que concerne o campo político. Com a cisão, a AD – Seta, para continuar hegemônica entre os pentecostais e até mesmo para se impor nas relações de concorrência com o Ministério de Cadetins vislumbrou no campo político a possibilidade de conseguir esses objetivos. Para tanto era necessária a definição de uma identidade que o diferenciasse do Cadetins. Essa identidade passou a ser construída a partir de um conservadorismo moral que já caracterizava esse grupo religioso. No entanto, para conseguir o intento novos elementos foram acrescentados a essa agenda e outros retirados como pode ser observado no capítulo 2 dessa dissertação. Para o pastor James

é toda prática que não agrada a Deus, dessa questão que você citou em que você falou aí, da diferencia dos pentecostais conservadores, e os neopentecostais, que os neopentecostais não têm mais as questões de uso e costumes, que as pessoas acham que são apenas os usos e costumes, mas esses usos e costumes estão vinculados a doutrina da salvação. Ainda tem. Já não é com tanta veemência, como tivemos na origem. Hoje muitos líderes já abrem espaço, já abre mão de pregar sobre usos e costumes da nossa igreja, mas a nossa AD no campo de Araguaína ainda tem”. (Entrevista concedida pelo pastor James Barbosa no dia (03/05/2020).

É importante perceber no relato desse pastor a referência que ele faz à palavra

conservador. Ele se coloca nessa posição. O termo conservador é empregado com o objetivo de diferenciar o grupo do qual ele faz parte de outra vertente do pentecostalismo. Essa posição é levada para o campo político quando a AD Seta de Araguaína levanta a bandeira do conservadorismo dos costumes como uma pauta que deveria ser atendida para além dos limites da Igreja, ou seja, quando defendem que o conservadorismo nos costumes deveria ser apropriado por toda a sociedade Araguainense.

### **4.3 Pautas de costumes e Política partidária na AD Seta de Araguaína**

Se durante muito tempo a pauta moral dizia respeito às questões de ordem privada, ao longo dos anos ela vem sendo transposta para o espaço público. Ou seja, ela vem sendo mobilizada pelos evangélicos em razão do interesse deles em adentrarem na arena político partidária. Essa justificativa é uma necessidade criada com base em argumentos cuja base está alicerçada na propalada moral cristã conseravadora. Segundo essa ótica, ter representantes evangélicos nos cargos eletivos seria uma maneira de defender os valores ligados a essa moral. Quando perguntado sobre a participação da Igreja no campo político o pastor da AD Seta de Araguaína Fredson afirmou:

Sim! Até mesmo porque nós temos que ter nosso representante. Porque todas as classes sociais têm representantes. Você imaginou se nós da igreja não tivéssemos representante no congresso nacional? A lei do aborto seria aprovada. Porque assim é, é a gente pensa “ah mais Deus vai”, mais Deus não vai descer e mudar a consciência de ninguém. Porque uma coisa que Deus respeita em você é o teu livre direito de escolha. Porque seria muito fácil Deus descer e transformar isso em vez de uma democracia em uma teocracia, né? Ele comandar tudo. Então assim, nós temos que ter nossos representantes, até Cristo precisou de um representante. Dois senadores da república levaram o corpo dele, né? Tiraram da cruz, levaram para sepultura e envolveram em panos assim. Então a igreja precisa de representantes e a gente está procurando escolher os, os menos pior, né?(Fredson Borges, entrevista, 18/08/2020).

A fala do pastor é carregada simbolicamente de elementos que estão presentes no discurso oficial de parte significativa das Igrejas evangélicas acerca da necessidade das mesmas de terem representantes ocupando os cargos eletivos. Segundo esse discurso é necessário ocupar essas posições visando a defesa de uma pauta moral que vem sendo empunhada por essas denominações. Mas, ao passo que a tal pauta carece de quem a defenda, ela ao mesmo tempo confere poder aos evangélicos uma vez que é por seu intermédio que essas instituições religiosas conseguem as condições para disputar a coisa pública. É por meio dela que os líderes mobilizam e convencem muitos dos leigos a votarem nos candidatos



apontados por eles. Nesse sentido, a pauta de costumes busca dar hegemonia política a esses religiosos.

A necessidade de construir uma narrativa que justifique o ingresso dos evangélicos no campo político passa pela exposição dos elementos que compõem a tal agenda. O pastor Fredson menciona o aborto e conseqüentemente a obrigatoriedade de barrá-lo através de projetos de lei, pois a proibição do aborto seria um dos componentes da agenda conservadora de costumes. Portanto, está dada a justificativa para a presença dos evangélicos nas instâncias de poder, a menção ao aborto por parte do pastor não é algo acidental, mas integra um conjunto de valores que os evangélicos empreendem como natural quando na verdade é uma construção que visa atender aos interesses desses grupos religiosos. Esses interesses estão relacionados aos mais diferentes aspectos da vida social. Entre eles a busca pelo controle de corpos.

As igrejas evangélicas, em especial, as pentecostais sempre se mostraram interessadas nesse controle. As Igrejas pentecostais, entre elas a AD, sempre procuraram exercer certo domínio sobre a vida privada da sua membresia. Em Araguaína essa situação não foi diferente, a AD sempre se colocou como uma das guardiãs desses valores ligados à moral.

De pessoas vivendo, como se diz, amigada. Na direção de igreja, sabe? Pessoas em fornicção, prostituição. Então isso é o que mais acontece dentro da igreja. O que mais acontece, dos problemas mais graves. Problema que o pastor enfrenta aí que não é fácil. E têm pessoas que não aceita. Moral. Entendeu? Então eu já resolvi... (Entrevista realizada com o pastor Manoel José de Oliveira, no dia 31/10/2020).

A narrativa do pastor aponta para um tema que demonstra a amplitude da agenda dos costumes na AD. Mesmo em assuntos mais íntimos e pessoais, como é o caso da vida sexual de uma pessoa, ela se faz presente. Ao mencionar a palavra fornicção o pastor revela que para exercer cargo na igreja o leigo precisa ser casado no civil. Logo, segundo ele, problemas dessa ordem são os mais enfrentados pelos pastores, o que evidencia a importância atribuída ao tema pelo corpo de especialistas. Além do mais, fica claro que o controle dos corpos e mentes passa necessariamente pelo gerenciamento dos desejos sexuais dos leigos. Nesse sentido, a dita agenda dos costumes empreendida pela AD ao abordar temas ligados com a vida sexual dos fiéis, o faz com objetivos políticos e religiosos, o que torna esse tema relevante para a construção de uma pauta política. Isso fica exemplificado quando a instituição aborda os assuntos relativos ao aborto e aos direitos dos grupos LGBTQI+.

Ser a detentora do monopólio do comportamento moral dos fiéis colocaria essa instituição religiosa na condição de interlocutora desses evangélicos na arena pública. Ela passaria então a ser a legítima representante no espaço público das questões de ordem moral,

mas não somente isso, pois na impossibilidade de Deus vir diretamente à Terra instituir uma Teocracia, nas palavras do pastor Fredson, os evangélicos protestantes e mais especificamente os da AD Seta seriam os responsáveis por garantir que a vontade divina fosse obedecida pelas instituições de Estado.

O costume, sem dúvida, é um campo para a mudança e para a conservação dentro da arena política, ou seja, é um campo para a disputa, na qual interesses opostos apresentam reivindicações conflitantes (THOMPSON, 1998, 16). A pauta dos costumes se apresenta também como um mecanismo de negociação utilizada por determinados grupos sociais em momentos de tensão. Um território conflagrado cria as condições para que haja negociação entre os agentes envolvidos na disputa. No relato de dona Antonia Salazar é evidenciada uma negociação entre o pastor da AD e a direção da escola: os interesses de ambos, ao entrarem em conflito, fez surgir à necessidade de uma negociação por meio da qual foi estabelecido um limite entre os interesses da escola e os da Igreja AD. Nesse sentido, a pauta dos costumes reforça as relações de poder dentro da AD e evidencia o exercício da dominação por parte do pastor e com a convivência dos fiéis.

Desse modo, depreende-se que a busca empreendida pela AD visando ao controle dos bens de salvação é resultado das condições do processo de territorialização simbólico em que se deu o processo. O território simbólico pentecostal é construído por discursos em torno de elementos que constituem uma determinada abordagem acerca da “moral cristã”, tais como vestuários, comportamentos sociais e recreativos, cuidados e apresentação do corpo, sendo, segundo os agentes especializados responsáveis por sua elaboração, por meio da observância da referida moral que os fiéis alcançariam, ao menos em parte, a “salvação”. Nesse sentido, a construção de uma agenda preenchida de temas que procuram enfatizar a doutrina dos usos e costumes se insere no contexto das lutas simbólicas, sendo através dessa agenda que o corpo de especialistas da Igreja exerce dominação simbólica, a qual constitui um aparato para o controle político da membresia da AD. Sem dúvida, na construção das estratégias de dominação simbólica e controle político dos leigos estão em jogo o exercício de um poder, que segundo Pierre Bourdieu (2004):

[...] num estudo de em que se vê o poder por toda a parte, como em outros tempos não se queria reconhecê-lo nas situações em que ele entrava pelos olhos dentro, não é inútil lembrar que – sem nunca fazer dele, numa outra maneira de o dissolver, uma espécie de círculo cujo centro está em toda parte e em parte alguma – é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. (2004, p. 7).

Os usos e costumes são normas comportamentais impostas por meio de um discurso elaborado com a finalidade de fazer crer que aqueles que professam a crença pentecostal devem manter determinadas práticas morais tendo como alvo a promessa de salvação, um instrumento de luta simbólica operado constantemente pelos dirigentes da AD de Araguaína. Segundo Bourdieu (2004)

o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronuncia, crença cuja produção não é de competência das palavras”. (2004, p. 15).

Os elementos simbólicos para produzirem efeito precisam ser operacionalizados por quem detém o poder simbólico para tanto. Ao impor um conjunto de condutas morais a um grupo religiosos o pastor o faz por meio das palavras que são proferidas nos púlpitos dos templos. No entanto, essas palavras só ganham legitimidade se forem proferidas por quem possui um capital religioso capaz de dar autenticidade a um elemento simbólico como é a promessa de salvação, em algo palpável para os leigos, como, por exemplo, o uso ou não de determinadas roupas. Ou seja, as palavras, por si só, não produzem efeito, é o poder simbólico mobilizado pelo pastor que dá legitimidade às palavras proferidas por eles, sendo elementos como esses que contribuem para a formação de uma cultura política conservadora.

Na construção dessa cultura política conservadora há a mobilização, no campo da política partidária, dos capitais, os quais desempenham papel importante uma vez que são eles que vão determinar a posição dos agentes dentro do campo. São eles também que terminam por influenciar a escolha e o sucesso dos candidatos na AD de Araguaína. Por outro lado, a mobilização desses capitais não ocorre de forma transparente, pois mesmo que atualmente a presença da AD no campo político partidário seja comum, ainda é frequente surgir nas falas de leigos e especialistas, quando questionados sobre o tema, uma certa negação da relação entre Igreja e partidos políticos. Parte dessa negativa é fruto de uma memória cuja permanência entre os assembleianos remete a um tempo não muito longínquo, como foi discutido na primeira seção desse capítulo, em que a política partidária para esses religiosos era considerada “coisa do diabo”. Essa negação por parte de muitos membros da AD em relação à política remete também ao simbólico. O campo religioso brasileiro, em especial, a vertente pentecostal se caracteriza por fundamentar as suas ações segundo as interpretações que são feitas a partir das leituras que são realizadas em determinados textos bíblicos.

Assim, essas interpretações contribuem para a formação de um conjunto de valores

morais que segundo o entendimento desses religiosos vão de encontro ao jogo da política partidária. Nesse sentido, parte dos assembleianos, mesmo no presente, entende a política partidária como algo pejorativo que deveria ser evitada por quem professa a fé pentecostal. Nas entrevistas realizadas com parte do corpo de especialistas e alguns leigos da AD de Araguaína, de início, os interlocutores e as interlocutoras se manifestaram no sentido de que “crente” não deve se envolver com a política. Segundo Antônia Salazar

Agora os pastores têm duas versões: o político, o pastor político, que pode entrar e não se corromper; e o pastor que não deve ser político porque se corrompe. Têm os dois termos. (entrevista concedida por Antônia salazar, no dia 11/02/2020).

Salazar é uma das pioneiras da AD de Araguaína. Ela chegou a cidade no ano de 1969 para se casar com o pastor Francisco Bueno de Freitas (Fiíco). Portanto, a nossa interlocutora vivenciou os dois momentos distintos da Igreja no que diz respeito à visão que os evangélicos possuem sobre a participação dos seus pares nas disputas eletivas. Por isso, no primeiro momento a interlocutora se opõe a participação dos evangélicos na política partidária. A depoente pertence a uma geração que aprendeu que o “crente” não deveria se apresentar como candidato a cargos públicos, tendo em vista que, como já discutido, foi a partir de 1985 que os evangélicos entraram efetivamente no campo político. Portanto, Antônia Salazar traz vivo na memória o tempo em que a política partidária não era algo condizente com a vivência do “crente”.

Na fala da depoente aparece outra característica presente no pensamento assembleiano a respeito da política, a menção a corrupção. O que leva a indagação sobre o real sentido que a política tem para parte desse grupo: ela parece representar, para os que são contra à entrada na política partidária, um conjunto de normas que está em desacordo com as práticas religiosas. Portanto, segundo esse entendimento a arena política necessita de mudança. Logo, somente a escolha de candidatos comprometidos com as práticas ditas cristãs seria capaz de dar um novo rumo a um mundo sempre em crise. Por outro lado, mesmo sendo uma mentalidade que vem mudando nas últimas décadas, em parte da membresia, como é o caso da depoente, a negação a política de alguma forma ainda permanece.

Ao procurar construir uma identidade religiosa, que os diferenciasse em termos culturais, os assembleianos recorreram ao elemento simbólico do dito comportamento moral para se firmarem enquanto grupo religioso à medida que vivenciavam o seu processo de territorialização em Araguaína. Com o passar das décadas esse elemento de territorialidade transcendeu o campo religioso e foi mobilizado para fins políticos. Desde a primeira vez que

a Igreja Evangélica AD elegeu um representante para a Câmara Municipal de Araguaína, fato ocorrido em meados da década de 1990, até a consolidação da cisão de 2000, o corpo de especialistas vem reforçando seu discurso acerca da necessidade de moralizar o espaço público seguindo os preceitos bíblicos e morais. Para Bertone de Oliveira Sousa(2011) a AD

embora se diferenciem das igrejas do contexto pós-reforma, mantém, no entanto, semelhanças no que diz respeito a preceitos morais, sobretudo com o puritanismo – sacrifícios de renúncia a este mundo que devem ser feitos na busca pela santificação para manter o estado de salvação e a certeza de entrada no Reino de Deus. Contudo, essas semelhanças são aplicáveis apenas ao pentecostalismo de primeira onda, como a AD. Essa espécie de comportamento “monástico” deve, no entanto, ser seguido não no isolamento, mas no convívio social, com todos os seus “embaraços” e “tentações” o que requer do crente diligência e vigilância para não ceder a elas. (2011, p. 137).

A AD por décadas se colocou como a legítima detentora do monopólio da pregação do evangelho, isso ao mesmo tempo em que construía uma imagem de que a sua única preocupação consistia em exigir dos leigos que se abstivessem nas suas relações privadas de prazeres que pudessem impedir a dita “santificação”, pois sem ela não alcançariam “o reino de Deus”. Ao recorrer ao mercado dos bens de salvação para consolidar a aparência de que a sua inquietação era restrita ao campo religioso, a referida instituição visava com essa atitude negar qualquer outro interesse que não o sagrado, mesmo que outras preocupações como a de exercer hegemonia tanto no campo religioso, como no político estivesse no horizonte.

#### **4.4 A Igreja na Política e a Política na Igreja: Representação Partidária e Discurso do Sagrado na escolha dos Candidatos**

Por outro lado, com a mudança de perspectiva da AD em relação à política partidária, muitos pastores dirigentes passaram a defender que valores morais não devem ser vividos apenas na esfera religiosa e privada, mas precisam ser compartilhados no espaço público. A AD Seta de Araguaína utiliza como discurso político para convencer os seus fiéis a votarem nos candidatos apresentados pela igreja os mesmos valores que são ensinados nos seus 83 templos espalhados pela cidade. Ao enfatizar que “o crente” deve fazer “sacrifícios de renúncia a este mundo” o corpo de especialistas da referida instituição não está simplesmente negociando um bem de salvação, mas impondo condições para aqueles que pretendem ser escolhidos como candidatos da igreja. Para o pastor Wagne Mendes presidente do Conselho Político da citada igreja, o crente para ser indicado a cargo eletivo precisa preencher alguns



requisitos. Entre eles

[...] primeiro essa pessoa tem que amar o próximo. Meu ponto de vista é esse. Se ele é um camarada egoísta, pra mim ele não serve pra ser o nosso representante. O critério é o camarada ser crente. É o cara gostar de ajudar as pessoas, entendeu? Esse aqui é um dos critérios principais, entendeu? E ter um nome, ter uma boa índole. Uma pessoa de bom caráter. Uma pessoa que tem... que a gente olha a vida dele, ele não tem uma sujeira dele ao longo dos anos dele de vida política e não político. Então tudo isso a gente tem que analisar. Porque se não a gente pega um camarada aí, chega lá, ele vai envergonhar o evangelho como muitos fazem. (entrevista concedida pelo pastor Wagner Mendes em 07/05/2021).

A narrativa do pastor elenca os critérios fixados pelo conselho político para a seleção dos escolhidos. Os itens elencados giram em torno da pauta moral que a igreja vem empreendendo nos últimos anos. As exigências impostas como requisito para se chegar aos nomes que melhor atendam ao padrão moral estabelecido pela AD vai desde pontos que o pastor chama de “amar ao próximo” passando pela exigência de ser “crente” até possuir “um passado limpo”. Esses pontos elencados demonstram o quanto o simbólico muitas vezes é mobilizado por esse grupo visando atingir os objetivos que ele se propõe a alcançar. Aparentemente a preferência por determinado candidato parece seguir parâmetros meramente “sagrados”, no entanto, a seleção passa por outros crivos, como a necessidade de o candidato apresentar algum capital político.

hoje os deputados evangélicos, na sua grande maioria, eles têm muita ligação com a base. São pastores, são pessoas com história dentro da igreja, são pessoas que têm um perfil já, já comprovado de militância. O que nós temos errado muito é que às vezes a gente tá tomando uma pessoa só pelo fato de ser da base e não estar devidamente preparada para o cargo. Isso nos gera muita frustração e até a nação. Então a gente tem visto casos assim muito extremos. Mais estamos corrigindo aos poucos. Por exemplo, na última eleição nós tínhamos a possibilidade de ter alguém, digamos assim, só ligado a base, mas nós optamos por um deputado já com experiência, certo? E isso foi bom porque hoje ele está realmente correspondendo, se destacando, fazendo um grande trabalho”. (Entrevista concedida pelo pastor Paulo Martins no dia 28/11/2019).

A fala do pastor é uma firme constatação da profissionalização no campo político que a AD de Araguaína vem empreendendo desde os anos 2000. Como dito anteriormente se antes as candidaturas eram projetos individuais, vindas de candidatos com pouco capital político, da virada do milênio e nas décadas que se seguiram o projeto político tem tido o respaldo da instituição, o que tem levado a escolha de candidatos com um perfil mais técnico. O pastor fala da importância de a Igreja ter um candidato que tenha relação com a base, mas apenas esse quesito não é o suficiente mais, é preciso estar preparado também para o cargo. Essa preparação está relacionada com o comprometimento que o escolhido deve ter com a pauta



moral ou de costumes defendida pela igreja. Uma pauta que vem sendo reformulada por influência de algumas mudanças na doutrina que a AD Seta vem promovendo como forma de se diferenciar das demais empresas de salvação, em especial do Cadetins.

Nesse sentido, a AD em Araguaína tem seguido alguns caminhos que vêm fugindo ao que tradicionalmente é ensinado aos leigos em seus templos sobre os critérios para a escolha dos candidatos. Ao mesmo tempo em que menciona os itens presentes na fala do pastor Wagne como determinantes para se chegar à seleção dos candidatos oficiais, a referida igreja vem traçando estratégias que a aproxima dos benefícios oferecidos pelo sistema eleitoral brasileiro. O sistema proporcional com listas abertas adotado no Brasil facilita a vitória dos grupos e partidos que conseguem mobilizar um grande número de pessoas. Na eleição municipal de 2020, a AD Seta de Araguaína exigiu dos leigos e especialistas que quisessem se candidatar oficialmente pela igreja que se filiassem ao partido indicado por ela. Ao ser questionado sobre o assunto pastor Fredson deu a seguinte resposta

Correto! Não na realidade a igreja apontou um partido, né? É hoje eu acredito que a igreja tá apoiando o Avante... Aqui em Araguaína. O AVANTE. E nesse partido parece que têm uns 23 candidatos. A igreja tem, da própria igreja têm vários. Então a igreja deixou aberto para qualquer um desses candidatos nesse partido... Não! Não! Ela organizou a política partidária, entendeu? E seguindo aquele, aquele, aquele sistema do partido. Porque se você, por exemplo, vou pegar, vamos usar aqui, pegar um vereador desses que estão aí, um político desses que estão aí “ah! vamos votar no político X”, a igreja acaba se dividindo e não elege praticamente nenhum. E a igreja tem potencial de ter no mínimo 3 vereadores... Venham para esse partido aqui, que nós vamos apoiar esse partido. Por quê? Porque esse partido aqui tem a possibilidade de ratearmos os votos entre os irmãos que são deste partido, e ir pelo menos 1 ou 2”. (Entrevista concedida pelo pastor Fredson Borges em 18/08/2020).

Depreende-se pela narrativa do pastor que na eleição de 2020 houve uma mudança na estratégia da Igreja no quesito escolha dos candidatos. A AD de Araguaína passa a exigir dos pretensos candidatos que querem o apoio da instituição que sejam filiados ao AVANTE. Não houve a indicação de determinado nome como usualmente ocorre. Essa mudança assinala uma nova postura da instituição na busca do seu objetivo. Qual seja? Ocupar as instâncias de poder no município. Se até o ano 2000 havia candidaturas avulsas sem um maior envolvimento da marca AD no projeto, desde então a citada denominação vem experimentando um processo de profissionalização chegando ao ponto de contar na sua estrutura hierárquica com um conselho político cuja finalidade é dar as diretrizes que a Igreja deve seguir para eleger os seus candidatos. Mesmo não obtendo êxito no pleito em questão, uma vez que não conseguiu eleger nenhum dos nomes que fez parte do projeto, a Igreja foi exitosa no sentido de formular uma plataforma eleitoral para as eleições vindouras. Além do mais o relato do pastor é esclarecedor

quanto à confiança que o corpo de especialistas tem na capacidade eleitoral da AD na cidade, considerando que a citada denominação é a maior do segmento pentecostal em Araguaína.

Andrea Dip ao trazer os critérios que são fixados pela AD para a escolha dos seus candidatos mostra o quanto esse grupo procura mobilizar os elementos simbólicos visando justificar as suas escolhas. Além de mostrar também que a igreja se vale de elementos mais objetivo.

as pessoas se apresentam de maneira voluntária ou são levadas pela própria igreja, e ainda há a ideia de que alguns são indicados por Deus, porque mobilizam grandes multidões – ou contagiam, como dizia Freud -, o que também termina sendo um critério. Então tem uma lista, depois uma pré-seleção que passa por um conselho de pastores – isso em cada ministério. (SURUAGY apud DIP, 2018, p. 76).

A citada autora aponta como um dos possíveis critérios para a escolha o fato de o postulante ser apresentado como alguém que foi “indicado por Deus”. A menção a uma dita “indicação divina” para se formalizar o processo sobre o escolhido é produto da transferência de um capital oriundo da própria instituição. Capital esse denominado por Bourdieu de delegado. Isso ocorre quando a instituição transfere para o agente social parte de seu capital. É através dessa transferência que o pretense candidato consegue conquistar os votos dos fieis. Alguns pastores e missionárias que obtêm sucesso no meio político adquirem esse reconhecimento por meio do acumulo de ações que realizaram em nome da instituição. Ao citar que “alguns” têm facilidade para “arrastar multidões” Dip está se referindo aqueles que conseguem mobilizar determinadas práticas e representações do campo religioso, em especial, do pentecostal para o político. Ao obter o reconhecimento religioso muitos desses sujeitos entram para a arena política, como é o caso dos pastores midiáticos.

Mesmo se apropriando de elementos do campo religioso para justificar a escolha, em muitos casos, ela segue métodos mais relacionados com o capital pessoal que foi sendo adquirido pelo candidato durante a sua trajetória de militância. No caso da AD de Araguaína, ligada ao Ministério Seta, a decisão sobre os rumos políticos que a igreja deve tomar cabe a um conselho político formado por nove pastores. Esse conselho estabelece os critérios que devem fazer parte do rol para se confirmar a escolha do candidato. Entre os itens está a necessidade de o candidato ter uma boa reputação ao se apresentar para o conselho:

hoje os deputados evangélicos, na sua grande maioria, eles têm muita ligação com a base. São pastores, são pessoas com história dentro da igreja, são pessoas que têm um perfil já, já comprovado de militância. O que nós temos errado muito é que às vezes a gente tá tomando uma pessoa só pelo fato de ser da base e não estar devidamente preparada para o cargo. Isso nos gera muita frustração e até a nação. Então a gente

tem visto casos assim muito extremos. Mais estamos corrigindo aos poucos. Por exemplo, na última eleição nós tínhamos a possibilidade de ter alguém, digamos assim, só ligado a base, mas nós optamos por um deputado já com experiência, certo? E isso foi bom porque hoje ele está realmente correspondendo, se destacando, fazendo um grande trabalho. (Entrevista concedida pelo pastor Paulo Martins Neto em 28/11/2019).

O relato do pastor traz outro critério que merece ser analisado. A expressão “devidamente preparado” mostra que critérios como o de estar na base, como militante, ou ser “crente” não são suficientes para ser escolhido. Além de preencher esses requisitos é necessário que o pretendente disponha de capital pessoal ou delegado. Nesse sentido, a dita “competência” muitas das vezes pode estar atrelada ao fato de o candidato já ser portador de capital político. O caso acima mencionado pelo pastor trata-se do deputado Ely Borges, pastor ligado a AD de Madureira, mas já com notória visibilidade eleitoral uma vez que já tinha sido vereador em Palmas e deputado estadual no Tocantins por quatro mandatos. Em 2018 saiu candidato a deputado federal sendo eleito. A possibilidade de não ter os seus anseios correspondidos tanto no que se refere à defesa de uma pauta moral e econômica, como em eger seus candidatos, tem levado o corpo de especialistas da AD, em Araguaína, a buscar saídas mais pragmáticas para as suas escolhas.

Além de selecionar os critérios, o corpo de especialistas da AD tem buscado convencer o grupo de leigos sobre a necessidade de mudança de mentalidade em relação à participação da AD na política partidária. Para Marina Aparecida Oliveira dos Santos Correa “o que era negado e apontado como “trevas” agora passou a ser “luz”. (2013, p.195). Assim como Salazar, embora de maneira não tão enfática, o pastor James demonstra preocupação em relação ao envolvimento de determinados setores da Igreja com a política. Os relatos de ambos se assemelham pela condição de partilharem a mesma crença e terem vivido o mesmo tempo histórico ou pelo menos parte dele em que a igreja se dizia apolítica. Mesmo fazendo parte do grupo de especialistas o citado pastor diz que:

[...] eu não sou contra o crente entrar na política. A minha preocupação, a minha preocupação é da política entrar na igreja. Por quê? A igreja, enquanto igreja de Deus, enquanto obra do senhor, ela nunca precisou de política e nem de político. Agora enquanto instituição formada por cidadãos aí ela precisa da política, né, por quê? Porque qual é o cidadão que não, que não depende da política hoje, né, não da politicagem, da política social. Porque política é uma coisa, politicagem é outra, né. Politicagem é essa que você sai defendendo um partido e tal, aquela coisa toda. Brigando por fulano de tal. Fazendo inimidade. Isso é politicagem. E dentro dessa minha opinião, eu sou da opinião que líder nenhum deva, líder de igreja, religioso. Líder religioso que tá na liderança de uma instituição religiosa espiritual deva se envolver com política, né, ser o candidato a prefeito, ser o candidato a vereador, ser candidato a governo, essa é a minha opinião, entendeu? (entrevista concedida pelo pastor James Barbosa no dia 03/03/2020).

O relato do pastor é revelador acerca da compreensão dos assembleianos sobre a política. Por fazer parte de uma geração que presenciou a mudança no discurso político nos templos da AD, de início, ele se coloca como não contrário a entrada da igreja na política. Porém no decorrer do relato ele vai fazendo algumas ressalvas sobre essa participação. Para ele o pastor não deve se envolver com política, esse ofício deveria ficar a cargo dos leigos. Nesse entendimento está implícito além de outros elementos o poder simbólico que envolve os líderes Assembleianos. Esse poder invisível quase imperceptível é exercido de várias formas na AD. O fato de dizer que o pastor deve se envolver apenas com situações que teriam ligação apenas com o sagrado é uma das maneiras de exercer esse poder.

Os temas voltados para o campo político foram sendo introduzidos aos poucos, mas se tornaram um dos assuntos mais enfatizados nas celebrações religiosas da AD. A narrativa acima traz um assunto que é comum no meio assembleiano, ou seja, a de que existiriam duas igrejas. Na visão do pastor James uma igreja necessitava de ter representantes na esfera política. Tanto nos poderes legislativo quanto no executivo. Esse ponto justificaria, por si só, a entrada dos evangélicos na política. Nesse sentido, a necessidade de ter esses representantes fez a citada igreja se engajar de tal forma a ponto de formar um conselho político, criado com a finalidade específica de discutir os assuntos voltados para essa área. Entre os temas debatidos nas reuniões desse conselho está a escolha dos candidatos. Para Correa essa seleção seguiria entre outros critérios o da “visibilidade eleitoral”, ou seja, do capital pessoal que o pretendo candidato precisa apresentar. (2013, p. 195). Esse método faz parte de um processo de escolha que tornou-se preponderante na AD de Araguaína. A inserção de alguns elementos entre os critérios de escolha com mais afinidade com o sistema eleitoral brasileiro faz parte de um projeto de poder empreendido pela referida instituição. Nesse sentido, a AD local vem mobilizando itens tanto do campo político como do religioso com a finalidade de manter mobilizados os leigos em torno do seu projeto político.

Ao construir um projeto político partidário para a AD de Araguaína o corpo de especialistas da referida instituição tem levado em consideração as disputas internas e externas. A fragmentação da AD em Ministérios como visto no capítulo I dessa dissertação pode ser uma das causas que levou a citada denominação a adentrar ao campo político. Eleger o maior número de candidatos aos cargos eletivos tem sido um dos objetivos empreendidos pelas convenções visando ser hegemônicas nos territórios de suas respectivas atuações. Ter representantes na esfera política faz parte da estratégia de apropriação de territórios pelos inúmeros Ministérios. Nesse sentido, os interesses que movem esse grupo vão além dos

religiosos e se mostram parte de uma tática política. Pastor Paulo Martins ao ser questionado sobre os motivos que levaram o Ministério Seta a encontrar dificuldades para eleger os seus candidatos diz

[...] eu vou lhe explicar o que, que é o fenômeno Madureira e o CIADSeta. Madureira já começa no Estado do Tocantins via política. Porque os primeiros, os primeiros líderes enviados por Madureira para o Tocantins, eles, eles já eram políticos... eles já eram políticos e vieram pra cá e viraram deputado estadual, deputado federal, secretário de Estado... então esses irmãos de Madureira, eles já tinham essa, essa militância que nós não tínhamos na época. Nós não tínhamos ninguém no meio político. Ninguém, ninguém, ninguém mesmo. E só depois que eles começaram a.. até mesmo a, a, a, a trabalhar uma forte perseguição contra a gente e utilizando essa arma política... é que a gente despertou pra isso. O que nos levou a, a despertar para a questão política dentro do Tocantins foi a concorrência desleal de Madureira. Só que eles estavam anos luz na nossa frente. (Entrevista concedida pelo pastor Paulo Martins Neto no dia 04/10/2021).

A narrativa indica a concorrência existente entre os Ministérios, no caso, o de Madureira e do Seta no Estado do Tocantins visando o monopólio do mercado religioso e político, na década de 1980. O Ministério Seta elegeu o seu primeiro representante para a Assembleia Legislativa assim que o mais novo integrante da federação brasileira foi criado. Trata-se do pastor Jurandi Oliveira, então vice-presidente da igreja de Araguaína, eleito em 1988. Contudo, entre esse período e a segunda cisão, ocorrida no ano 2000, o ministério Seta encontrou dificuldades para permanecer com representação no parlamento estadual, assim como na câmara municipal de Araguaína.

Po outro lado, a referida cisão deu ao Ministério Seta a oportunidade e o pretexto para construir mecanismos, especialmente os voltados à defesa da pauta de costumes, para garantir sua entrada efetiva e eficaz na política partidária. Nesse contexto, a escolha dos candidatos assume um papel relevante. São eles que vão defender as demandas de cunho moral e econômico dessas instituições religiosas nos parlamentos e executivos. Em Araguaína, um dos objetivos da AD foi obter isenção de impostos para os seus templos. Necessidade atendida pelo poder público local através de lei municipal de 29 de agosto de 2003. Mas o pastor Fredson Borges traz algumas ressalvas a respeito do assunto

É! Não! Ela não é beneficiada com esse, com essa questão não. Porque apesar de ter essa Lei, você tem que ter toda uma documentação no nome da igreja, entendeu? E Assim, por que a igreja não é tão beneficiada com IPTU, taxa de lixo estas questões? É porque a maioria das igrejas não tem CNPJ. Por exemplo, esse templo aqui, quem é que sabe onde está o documento dessa igreja? Então a maioria das igrejas, mais antigas, são assim: ninguém sabe onde é que tá o documento. Ouve a divisão, estes documentos desapareceram. Então para ter esse benefício, ela tem que ter uma organização também documental e não tem... (mas segundo o pastor) Tem! Têm várias que são beneficiadas. A igreja do bairro Santa Terezinha, ela tinha a

documentaçãozinha todinha, certinha. O pastor foi lá e conseguiu isentar essas coisas: IPTU, Taxa de Lixo. Essas isenções.

A viabilização dessa demanda por parte das igrejas evangélicas vem refletir o crescimento desse segmento religioso na cidade. Mesmo tendo que cumprir algumas exigências para que o benefício seja efetivamente conquistado essas instituições avançaram no sentido de conseguir fazer com que as suas necessidades fossem atendidas. Mesmo não conseguindo isenção para a igreja da qual é pastor, Fredson reconhece que outros templos conseguiram ter acesso as isenções que a AD pleiteava há décadas. Conquistas como essas fazem parte de um processo de negociação que envolve os políticos de Araguaína e os pastores. Nesse sentido, de um lado, o campo religioso procurando negociar certos privilégios como a isenção de taxas e tributos. De outro, o campo político cedendo aos anseios de grupos religiosos visando angariar votos dos fieis que integram essa coletividade. É por meio dessa relação que vai sendo construído o território simbólico assembleiano em articulação com o campo político.

#### **4.5 Leis, legislação e embates políticos: a luta política em torno das pautas da Igreja AD Seta**

Araguaína tem vivenciado nas duas últimas décadas a construção de debates e projetos legislativos no pelo parlamento municipal voltados para as demandas de católicos e evangélicos. São debates e projetos que buscam atender desde os interesses econômicos dessas instituições religiosas, até a mais expressiva das pautas: aquelas relativas às disputas acerca dos costumes e comportamentos. Na aprovação do Plano Municipal de Educação (PME), no art. 3º, inciso V, na parte das diretrizes, versa entre outros assuntos sobre os “valores morais”, respeito aos “valores da família”, temas esses que são de interesse dos assembleianos. A inclusão de temas de ordem religiosa no PME mostra como é possível através de um jogo de interesses um grupo religioso transformar um tema amplamente debatido nos cultos em lei através dos vereadores do município.

No art. 3º da lei 2957 de junho de 2015 que define as diretrizes do PME no município de Araguaína, no seu inciso V define que a “formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade, respeitando os valores da família, tendo um zelo pelo não repasse de atribuições das famílias as escolas”. Pelo exposto a educação no município deve buscar oferecer na formação dos alunos os valores citados no

inciso. Tendo por base que a sociedade de Araguaína é na sua grande maioria formada por pessoas que professam a fé cristã, infere-se do exposto acima que o relator está se referindo aos valores cristãos defendidos nos templos da AD como é o caso da referência a família. Nesse sentido, a família a que o inciso faz referência é a família nuclear ou tradicional formada por um casal hétero e com filhos. Esse inciso de alguma maneira se articula com o relato do pastor Paulo Martins quando ele se refere a um dos pontos da pauta dos costumes defendida pela Igreja da qual ele é o pastor presidente. Mais precisamente quando ele menciona os “ideais LGBTs”.

Agora nessa luta a gente defende a nossa posição. Porque eles também defendem as deles. Como nós defendemos o conservadorismo, eles defendem um liberalismo já exacerbado. Então eu acho que aí é uma, é mais uma reação, num é? Eu vejo mais como uma reação. Porque se a gente for olhar bem, é toda essa, essa pauta que hoje é o que mais mobiliza a igreja ela também vem como uma forma de imposição, num é, Por exemplo, aqueles que defendem os ideais LGBTs, por exemplo, querem que eu como pastor, celebre o casamento deles. Quer dizer, eles querem me impor isso. Então eu tenho que me defender, porque não eu vou, eu não posso aceitar essa imposição. Isso fere todos os meus princípios, tudo que eu, que eu defendo como, num é? (Entrevista concedida pelo pastor Paulo Martins Neto, no dia 28/11/2019).

É importante perceber na fala do pastor a referência feita a duas palavras: defender e reação. Primeiro ele se coloca na posição de alguém que precisa se defender de algo. Logo em seguida o pastor diz que é preciso reagir a certas imposições que segundo ele podem ser efetivadas contra o corpo de especialistas. A reação a algo que pode ser perdido é uma das características do conservadorismo. A possibilidade de perder produz o medo. Perda e medo são dois elementos trabalhados nos discursos conservadores. (GAHYVA, 2017, p. 301).

Logo essa reação é motivada por esse medo de perda. Nesse sentido, o sentimento de reação e medo se completam. O perigo, que segundo ele existe, de que venha a ser obrigado a celebrar o casamento entre pessoas do mesmo sexo leva a uma reação que no caso da AD de Araguaína está voltada para o campo político. Nesse sentido, os atores sociais envolvidos nesse processo negociam segundo os seus interesses. De um lado, os atores políticos movidos pelo anseio de agrandar uma parcela do eleitorado. De outro, o grupo de especialistas buscando ter os seus objetivos atingidos.

Voltando ao inciso que faz menção “aos valores da família” nele está incluso, ainda que de forma implícita, assuntos que são caros aos pentecostais como: a negação aos direitos de gênero, condenação da legalização do aborto. Esses temas não são restritos ao município de Araguaína, eles fazem parte de um contexto mais amplo no qual a citada cidade se insere. A América Latina, e conseqüentemente, o Brasil, a partir dos anos de 1990 são invadidos por



um conjunto de ideias contrárias a liberdade sexual, de gênero e sobre sexualidade. (CUNHA, 2020, p. 24). Esse movimento, que é fundamentado na reação ao avanço de conquista desses direitos, é denominado de fundamentalismo político religioso. Nesse contexto, a ocupação da arena política pelos pentecostais visa à defesa desses ideais. Segundo Lyndon de Araújo Santos e Adroaldo de Almeida “o fundamentalismo protestante foi um movimento teológico cujas raízes remontam ao século XIX e inícios do século XX na Europa e Estados Unidos. De modo geral, correspondeu à reação ao processo de pluralização e de secularização no ocidente. (2014, p. 135).

O fundamentalismo político-religioso de caráter pentecostal e o conservadorismo têm entre as suas características a ideia de reação a algo que é entendido por esse grupo como contrário a sua visão de mundo. Nesse sentido, o fundamentalismo e o conservadorismo vêm se constituindo em um movimento de reação aos avanços sociais em um mundo que pretende cada vez mais plural. Segundo Cunha,

[...] uma das características comuns desta ampliação da utilização do termo a outras religiões é o antimodernismo, o que se amplia com outras análises para a reação a uma percepção de ameaça ou crise, a dramatização e a mitologização de inimigos da fé, o idealismo religioso, a infalibilidade das escrituras o extremismo, o proselitismo”. (2020, p. 23).

Em Araguaína a conquista de direitos civis e sociais por grupos LGBTQI+ tem encontrado uma forte reação por parte dos assembleianos. Estes vêm se posicionando contrários a esses avanços através de suas lideranças políticas e religiosas mediante o sinal de qualquer êxito conseguido nessa área. Os feitos por mais tímidos que sejam são de imediato rechaçados por esse grupo religioso. Essa visão de mundo é construída também a partir de leituras de textos bíblicos. Para a AD de Araguaína a bíblia é a infalível e inerrante palavra de Deus, assim ela deve fundamentar todas as decisões do fiel a respeito dos mais variados assuntos. Portanto, é a bíblia que os especialistas e leigos da AD recorrem para justificar as suas posições contrárias ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. A base bíblica para esse tipo de compreensão encontra-se segundo eles, no livro de Mateus, capítulo 19, versículo 4. A interpretação quase literal da bíblia é outra característica do fundamentalismo político religioso que impera em Araguaína. O fato de estarem recorrendo a textos bíblicos, com frequência, só reforça esse argumento.

Ao ser questionado sobre o que a Bíblia representa para os assembleianos, na citada cidade, pastor Paulo Martins não hesita em verbalizar com certa veemência que esse livro contém “a verdade absoluta”.

Exatamente. A bíblia pra nós da igreja ela é verdade absoluta. Mas o senhor sabe que hoje vários, muitos e importantes segmentos da sociedade já relativizam a bíblia. Então hoje, pra nós, a maior dificuldade é essa relativização da verdade bíblica. Interpretação. Hoje a gente é muito questionado sobre determinados textos, determinadas práticas que são milenares da igreja e que hoje são questionadas. Isso pra nós, hoje, é a maior dificuldade. É. E também porque, porque hoje nós convivemos com uma geração que é extremamente conservadora e a nova geração que quer uma mudança. (entrevista concedida pelo pastor Paulo Martins Neto, no dia 28/11/2019).

Ao frisar que essa dita verdade absoluta vem sendo relativizada pela sociedade na contemporaneidade o pastor deixa claro que há uma preocupação por parte do corpo de especialistas em relação a esses questionamentos, pois na visão desse grupo essas indagações visam por em xeque essa verdade. A interpretação que se faz da bíblia na América Latina, segundo Cunha, normalmente não é algo literal “mas é uma leitura realizada em função de um dogmatismo pré-existente”. (MÍGUEZ apud CUNHA, 2020, p. 28). Um dogmatismo que geralmente é voltado para atender aos interesses relacionados com o campo político. Nesse caso, as leituras realizadas na bíblia visam viabilizar a construção da denominada agenda dos costumes algo caro para a AD de Araguaína. Essa seleção de textos bíblicos feita pelos pentecostais aparece na narrativa do pastor quando ele diz que é “muito questionado sobre determinados textos”. Essa expressão denota essa característica do fundamentalismo latino também presente em Araguaína.

Os questionamentos à respeito da infalibilidade das escrituras têm provocado uma reação por parte dos pentecostais que veem nessas indagações, uma ameaça a um padrão de sociedade que eles julgam a correta. Essa reação se dá, principalmente, por meio da seleção de alguns elementos capazes de semear o sentimento de temor. A possibilidade de perder as vantagens adquiridas em um mundo cujos valores são pautados no patriarcado tem levado os assembleianos a uma reação visando à manutenção desses valores. Para Cunha “[...] em todo e qualquer contexto, o fundamentalismo começa a tomar forma quando os membros de movimentos já conservadores e tradicionais se sentem ameaçados.” (CUNHA, 2020, p. 27). Nesse sentido, os conservadores se articulam com os ideais fundamentalistas visando manter os seus interesses.

A necessidade de construir um discurso segundo o qual o mundo estaria prestes a ser tragado por comportamentos, que segundo esse grupo, não seriam “lá muito cristãos” tem alimentado uma rivalidade entre os pentecostais e aqueles que não se encaixariam nessas normas. Em Araguaína o território que preferencialmente tem servido para esses embates tem sido a câmara municipal. O parlamento municipal tem sido utilizado tanto para aprovar leis

que beneficiam os pentecostais quanto para os parlamentares ligados à bancada evangélica proferirem discursos que visam defender determinados pontos da pauta de costume. De fato, em 2021, por ocasião da comemoração do dia dos namorados na cidade foi veiculado pela prefeitura municipal uma peça “contando a história do primeiro casal homoafetivo do tocantins a oficializar sua união em cartório, dentre outras. Nenhuma das demais postagens recebeu questionamentos dos parlamentares”. (AFNOTÍCIAS, 27/01/2022).

A única postagem que recebeu questionamento foi a que fez alusão a relação homoafetiva. Três vereadores de Araguaína. Y.C, M. D, e J. C, ligados à Igreja Evangélica AD, mesmo sendo de ministérios diferentes, usaram a tribuna da câmara e as redes sociais para atacar a propaganda veiculada pela prefeitura. Quando questionado sobre o ocorrido o vereador M. D, “reafirmou seu posicionamento e disse que continuará denunciando e criticando qualquer tipo de ideologia de gênero e ativismo LGBTQIA+”. (AFNOTÍCIAS, 27/12/2022). Nesse sentido, infere-se que entre os pontos centrais da pauta dos costumes na atualidade está esses dois temas elencados pelo vereador.

É importante observar também que os vereadores que emitiram a nota de repúdio ou se posicionaram contrários à veiculação da comemoração da referida data com pessoas LGBTQIA+, ocupam duas posições na arena pública: são, de um lado, pentecostais com forte atuação junto às Igrejas; e, de outro lado, são representantes na referida casa legislativa dos interesses das Igrejas. Esses dois pontos mostram o quanto as forças políticas e religiosos se articulam no município para fazer valer os seus interesses.

Outro ponto que merece destaque em relação a pauta de costume é que, além de ocupar o espaço do parlamento municipal, ela passa a ser debatida no ambiente virtual. Há uma circulação dessas ideias pela cidade. Ela nasce nas igrejas pentecostais, mas circula por toda uma rede que passa pela câmara municipal, redes sociais e todo um sistema de comunicação que esses religiosos possuem, tendo na disseminação do medo o seu ponto central. Nesse sentido, essa movimentação política da AD corresponde à consolidação da territorialização simbólica na cidade de Araguaína.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sempre que a AD Seta vê ameaçada a sua doutrina — que tem base na conservação dos padrões de comportamento e no limitado espaço para mudanças, sob ameaça, ela retoma a agenda dos costumes uma vez que esta funciona como elemento de coesão entre os leigos dando sentido às suas práticas de territorialização simbólica. Nos últimos 20 anos, quando inúmeras pautas progressistas, principalmente as que defendem as minorias e as mulheres, auferiram espaço e representatividade dentro do campo político, o campo religioso se viu novamente na posição em enfrentar esses avanços, propondo freá-los por meio de iniciativas dentro da esfera pública com a eleição de seus representantes próprios, destacando-se os representantes que fossem “crentes”. Aparentemente, a preferência por determinado candidato parece seguir parâmetros meramente “sagrados”, no entanto, é possível que a seleção passe por outros crivos que não necessariamente o religioso.

Para o corpo de especialistas da AD Seta de Araguaína, os valores morais não devem ser vividos apenas na esfera religiosa e privada, mas precisam ser compartilhados no espaço público. Nesse sentido, os pastores da AD Seta utilizam, como discurso simbólico para convencer os seus fiéis a votar nos candidatos apresentados pela Igreja, os mesmos valores que são ensinados nos seus 83 templos espalhados pela cidade. Ao enfatizar que “o crente” deve fazer “sacrifícios de renúncia a este mundo” o corpo de especialistas da referida instituição religiosa não está simplesmente negociando um bem de salvação, mas impondo condições para aqueles que pretendem ser escolhidos como candidatos da igreja.

Acompanhando a abordagem de Bourdieu, para que a entrada AD Seta no campo político pudesse ser legitimada, foi necessário que seu corpo de especialistas instituíssem uma “pauta consagrada” que conseguisse expressar, por meio de um discurso, as crenças defendidas por esse grupo. Por outras palavras, adentrar no campo político como forma de avançar sobre os interesses do campo social e econômico, só é possível por meio da construção de um território simbólico de coesão que consiga traduzir uma suposta preocupação dos leigos e especialistas em relação aos temas morais, os quais seriam o alicerce da existência da própria Igreja.

Por fim, a partir dessa “nova forma” de conceber a relação entre religião e política, o exercício da cidadania entre os assembleianos da Seta/Araguaína passa, necessariamente, pela defesa dessa pauta de costumes, pois é ela que os tornam participantes da vida político-

partidária. Nesse sentido, a pauta dos costumes, transformada em agenda político-partidária, se constitui uma prática discursiva que busca dar identidade política ao referido grupo, justificando a entrada da Igreja no campo da política.

Contudo, a entrada da AD Seta de Araguaína no campo político-partidário não se restringe à construção e à consolidação de uma pauta de costumes a ser defendida por seus candidatos. O corpo de especialistas dessa denominação compreendeu a necessidade de profissionalizar sua atuação e, para isso, tem instituído uma série de instrumentos capazes de ampliar sua influência na política local, transformando, por exemplo, a escolha dos candidatos em um processo racionalizado que passa pelo crivo dos pastores na escolha de um partido político que, hipoteticamente, atenderia aos interesses da Igreja. Nesse jogo simbólico, o corpo de especialistas consegue mobilizar determinadas práticas e representações do campo religioso, transpondo-as para o político o que, obtendo reconhecimento religioso de “fazer ver” e “fazer crer”, tem consolidado seu poder simbólico e a territorialização da AD Seta em Araguaína.

ABREU, F. H. **A Gestalt da graça e o desdobramento de uma consciência protestante no Brasil:** Responsabilidade social, ética e humanismo teológico. Tese (Doutorado em Ciência da Religião) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

AFNOTICIAS. **Vereadores serão interrogados pelo MPTO em denúncia de homofobia em Araguaína.** Da Redação. Araguaína. 2022. Disponível em: <  
<https://afnoticias.com.br/cidades/vereadores-serao-interrogados-pelo-mpto-em-denuncia-de-homofobia-em-araguaina>. Acesso em 15 mar. 2022.

ALMEIDA, A. J. **Pelo Senhor Marchamos:** Os evangélicos e a ditadura militar no Brasil (1964-1985). Maranhão: Editora IFMA, 2020.

ALMEIDA, R. **A onda quebrada:** evangélicos e conservadorismo. São Paulo: DOSSIÊ CONSERVADORISMO, DIREITOS, MORALIDADES E VIOLÊNCIA, 2017

ALMEIDA, V.; RODRIGUES, J.; LÔBO, M. P. Igrejas Assembleianas no norte do Tocantins: Processo de implantação e construção de identidade. **Revista sapiência:** sociedade saberes e práticas educacionais, v. 3, n.1, p. 46-62, jan./jun., 2014.

ALMEIDA, V.; CORREA, R. P. Nós Fazemos a diferença: Mulheres metodistas em Porto Nacional. *In:* BRESSANIN, C. E.; ZITZKE, V. A. **Coleção Religiosidades no Tocantins.** Curitiba: CRV, 2020, v. 1, p. 43-60.

ALMEIDA, V. Protestantes de Missão e Cultura Histórica. *In:* MANIERI, D.; LUNCKES, M. C. (org.). **A História e seu campo de pesquisa:** diálogos e perspectivas. Curitiba: CRV, 2014, v. 1, p. 117-130.

ALENCAR, G. **Assembleia de Deus:** origem, implantação e militância (1911-1946). São Paulo: Arte Editorial, 2010.

ALVES, D. **Conectados pelo Espírito:** redes de contato e influência entre líderes carismáticos e pentecostais ao sul da América Latina. 2011. 236 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, 2011.

ALVES, D. Conectado pelo Espírito: redes de contato e influência entre líderes carismáticos e

pentecostais ao sul da América Latina. **HORIZONTE** - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, v. 9, n. 22, p. 608-609, 27 out. 2011.

ARAGUAINA (Tocantins). **Plano Municipal de Educação**. Lei Municipal nº 2.957, de 24 de junho de 2015. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação de Araguaína, Estado do Tocantins, e dá outras providências.

BRAGA, C. M. As influências missionárias estadunidenses no pensamento religioso batista da região tocantina. *In*: RIBEIRO, D. R. **Conhecendo a América: Entre fatos e cultura**. Curitiba: Appris, 2021.

BERSTEIN, S. A Cultura Política. *In*: RIOUX, J. P.; SIRINELLI, J. F. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Ed. Nova História, 1998.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, P. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. 3. ed. Porto alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, P. **Conceitos Fundamentais**. Petrópolis: Vozes, 2018.

BONINO, J. M. **Rosto do Protestantismo Latino-Americano**. Rio Grande do Sul: Sinodal, 2013.

BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Trad. Carmen C. Varriale... [et. al.] coordenação da tradução João Ferreira. 7. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

COHEN, A. C. **Minha vida: autobiografia de Armando Chaves Cohen**. Editora Oliveirartelucas, 1985.

CORREA, M. O. Igrejas Assembléia de Deus no Brasil: Cem Anos de “Laços Fraternos” e sem unidade no centenário. *In*: FONSECA, A. D.; MARIM, J. R. **Olhares sobre a Igreja Assembléia de Deus**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2015.

COSTA, M. M. **As relações de poder no processo de territorialização dos religiosos da**

**congregação, pequena obra da divina providência no norte goiano (1950- 1970).** 2017. 143 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins (UFNT), Araguaína, 2017.

CGADB - Convenção Geral dos Ministros das Igrejas Evangélicas. SILAS, D. (org.). **História da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil:** Os principais líderes, debates e resoluções do órgão que motivou a face do Movimento Pentecostal Brasileiro. Rio de Janeiro: CPAD, 2004.

CUNHA, M. N. **Fundamentalismo, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul:** Tendências e desafios para ação. Salvador: Koinonia, 2020.

DIP, A. **Em Nome de Quem?** A Bancada Evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DREHER, M. N. De Luder a Lutero: uma biografia. São Leopoldo: Sinodal, 2014. v. 01. 304p.

EAGLETON, Terry. **A ideia da Cultura.** Tradução Sandra Castello Branco. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FAJARDO, M. P. **Assembleia de Deus no Brasil:** Uma Igreja que cresce enquanto se fragmenta. **Revista de Estudos Pentecostais.** São Paulo: Azusa, 2015.

GAHYVA, H. Notas sobre o Conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. **Política e Sociedade.** v. 16, n. 35. Florianópolis, 2017.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** dos fins dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2016.

JUNGBLUT, A. L. Evangélicos na América Latina. *In:* SEMAN, P. **Religiões e política em tempos de Mudanças.** São Paulo: Baioneta, 2018.

LIMA, A. S. A teologia pentecostal das Assembleias de Deus e o paradigma do pluralismo religioso. **Revista Brasileira de História das Religiões.** ANPUH, ano XI, n. 32. Paraná, 2018.



MACHADO, M. S. A territorialidade Pentecostal: uma contribuição à dimensão territorial da Religião. **Espaço e Cultura**. Doi: 10.12957/espacoecultura.1997.67732017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/>. Acesso em 20 fev. 2020.

MARIANO, R. **Neo Pentecostais**: sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Loyola, 2014.

MARIANO, R. **Crescimento Pentecostal no Brasil**: fatores internos. Revista de Estudos da Religião. São Paulo, 2008. p. 68-95. ISSN 1677-1222.

MENDONÇA, A. G. **O celeste porvir**: A inserção do Protestantismo no Brasil. São Paulo: Edusp, 2008.

MENESES, J. S. Igreja Evangélica Assembleia de Deus: movimento, continuidade e mudanças. In: FONSECA, A. D.; MARIM, J. R. **Olhares sobre a Igreja Assembleia de Deus**. Campo Grande: UFMS, 2015.

MOTTA, R. S. Desafios e possibilidade na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, R. S. **Culturas Políticas na História**: Novos Estudos. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

OLIVEIRA, R. S. A indumentária e os usos e costumes defendidos pela Igreja Assembleia de Deus (1975-1999). **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH, 2013.

ORO, A. P. **Religião, Coesão Social e Sistema Político na América Latina**. São Paulo: IFHC/CIEPLAN, 2008. Disponível em: [434.pdf \(fundacaofhc.org.br\)](#). Acesso 15 ago. 2019.

POMBO, O. Interdisciplinaridade e Integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v.1, 2005, p. 3-15. Disponível em: [HTTP://ibict.br/liinc](http://ibict.br/liinc). Acesso em 20 fev. 2020.

PORTELLI, A. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e voz, 2016.

PORTELLI, A. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

SANTOS, L. A; ALMEIDA, A. S. Trincheiras da verdade: o fundamentalismo evangélico e a ditadura militar brasileira. **Revista Mnemosine**. v. 5, n. Especial, 2014, p. 130-147.

SAQUET, M. A. Construindo uma proposta de abordagem territorial (i)material. *In: Abordagens e concepções de território*. p. 157-177. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SOUSA, B. O. **Uma perspectiva histórica sobre a construções de identidades religiosas: a Assembléia de Deus em Imperatriz/MA**. Maranhão: Ética, 2011.

SOUSA, B. O. A expansão da Assembeia de Deus em Imperatriz-MA: história e constituição identitária. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DA PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA*, 2., 2009, Goiânia/GO. **Anais eletrônicos...** Goiânia: UFG/UCG, 2009. Disponível em: < [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09\\_Bertonedeousa.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_Bertonedeousa.pdf). Acesso em: 1 jan. 2020.

TESTA, J. P. A pesquisa qualitativa e a história de vida. *In: PAULILO, M. S. Serviço Social em Revista*. v. 2, n. 1, p. 135. Londrina, 1999.

TRIGUEIRO, G. R. Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista Estudos Políticos**. Publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF). Rio de Janeiro. v. 6, n. 1, p. 97-118, dezembro 2015. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/>. Acesso em 20 fev. 2020.

THOMPSON. E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. São Paulo: Schworcz, 1998.

WILLIAMS, R. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZWETSCH, R. E. Igrejas, Inculturação e Reforma Protestante na América Latina. *In: RIBEIRO, C. O.; ROCHA, A. R. Coleção iguais e diferentes*. São Paulo: Paulinas, 2017.